



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **Diário da Sessão**

**VI Legislatura**

**Número: 5**

**I Sessão Legislativa**

**Horta, Sexta-Feira, 22 de Novembro de 1996**

**Presidente:** Deputado Dionísio de Sousa.

**Secretários:** Deputados Guilherme Pinto e José Aguiar.

### **SUMÁRIO**

*Os trabalhos tiveram início pelas 10,15 horas.*

Sem Período de Antes da Ordem do Dia, tal como estipula o n.º 4 do artigo 178.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional, deu-se continuidade à ordem de trabalhos com a apreciação do único ponto constante da mesma, ou seja, o debate sobre o Programa do VII Governo Regional.

Assim, intervieram sobre este assunto, quer através de intervenções escritas, quer através de pedidos ou prestação de esclarecimentos, os seguintes Srs. Deputados: Luís Resendes (*PS*), Sidónio Bettencourt (*PSD*), António Menezes (*PSD*), Ana Carolina Silva (*PSD*), Duarte Ponte (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Eugénio Leal (*PSD*), José Monjardino (*PP*), Manuel Azevedo (*PSD*), Jorge Valadão (*PSD*), João

Greves (PP), José Manuel Nunes (PSD), Rui Pedro Ávila (PS), Herberto Rosa (PS), Fernanda Mendes (PS), Humberto Melo (PSD), Fátima Sousa (PS), Manuel Brasil (PSD), Silva Melo (PS), Victor Cruz (PSD), António Gomes (PS), Mark Marques (PSD), Joaquim Ponte (PSD), Francisco Sousa (PS), Berta Cabral (PSD), Vasco Cordeiro (PS), Manuel Serpa (PS), Aurélio da Fonseca (PSD), Augusto Elavai (PS), Natividade Luz (PS), Jaime Medeiros (PSD), Alvarino Pinheiro (PP) e Francisco Oliveira (PS), bem como os Srs. Secretários da Economia, *Duarte Ponte*, das Finanças e Planeamento, *Roberto Amaral*, da Educação e Assuntos Sociais, *Álamo de Menezes*, da Habitação e Equipamentos, *José Contente* e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, *Carlos César*.

De acordo com o n.º 5 do Artigo 178.º, proferiram intervenções finais os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), José Monjardino (PP), Victor Cruz (PSD), Fernando Menezes (PS), e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, *Carlos César*, que encerrou o debate em apreço.

O Programa do VII Governo Regional dos Açores foi aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PS e PP, os votos contra do PSD, tendo ainda registado 1 abstenção do PCP.

Antes do término desta Sessão Plenária, foi ainda submetida à apreciação e votação dos Srs. Deputados uma Proposta de Resolução, oriunda da Mesa da ALRA, "declarando findo o Período Legislativo de Novembro", tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

*Os trabalhos terminaram às 21,00 horas.*

---

**Presidente:** Srs. Deputados, bom dia.

Pedia a vossa atenção para a chamada.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: PS - António Gomes, António José Loura, António Silva Melo, Augusto Elavai, Carlos Fraga, Dionísio Sousa, Élio Valadão, Fátima Sousa, Fernanda Mendes, Fernando*

*Menezes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Guilherme Pinto, Herberto Rosa, João Forjaz Sampaio, João Macedo, José Humberto Chaves, José Nascimento Ávila, Luís Resendes, Manuel Serpa, Natividade Luz, Norberto Pinto, Rui Pedro Ávila, Vasco Cordeiro; PSD - Aires Reis, Alberto Madruga da Costa, Ana Gomes Silva, António Almeida, António Meneses, Aurélio da Fonseca, Berta Cabral, Duarte Freitas, Eugénio Leal, Francisco Xavier Rodrigues, Humberto Melo, Jaime de Carvalho Medeiros, João Cunha, Joaquim Ponte, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Francisco Fernandes, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel da Silva Azevedo, Mark Marques, Sidónio Bettencourt, Victor Cruz; PP - Alvarino Pinheiro, João Greves, José Monjardino; PCP - Paulo Valadão).*

**Presidente:** Estão presentes 52 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar continuidade ao debate sobre o Programa do VII Governo Regional.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Resendes.

**Deputado Luís Resendes (PS):** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Na minha primeira intervenção na tribuna da Assembleia Legislativa Regional impõe-se-me saudar Vossa Excelência Sr. Presidente formulando-lhe votos de sucesso no desempenho das suas nobres funções.

Saúdo também todas as Sr<sup>as</sup>. e Srs. Deputados com o desejo sincero de que possamos cabalmente responder ao mandato que nos foi conferido livremente pelo povo açoriano.

Ainda uma devida saudação a Sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores extensiva a todo o seu executivo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É no âmbito da política de juventude que irá centrar-se a minha intervenção.

A juventude é o melhor exemplo do inconformismo, de reivindicação, de anti-burocracia, de insatisfação permanente, autêntica mola de imaginação e criatividade, que caracteriza a procura de uma nova e melhor perspectiva de futuro.

À visão da juventude como uma categoria inacabada fundamentada na idade, cabaia e mero objecto passivo de experiências de desenvolvimento, opomos o reconhecimento dos jovens como uma estrutura heterogénea, composta por grupos diversos com interesses e objectivos diferentes, capazes de colaborarem e influenciarem activamente a evolução social e política.

Não podemos encarar a chamada política de juventude como algo estanque e facilmente destacável de uma panóplia de políticas globais, como sejam a educação, a saúde, o emprego, a cultura, o desporto, etc. Cada uma destas políticas deve conter uma componente juvenil, por forma a resolver os específicos problemas que afectam a juventude.

Neste contexto, entendemos dever falar-se e apostar-se numa política integrada de juventude caracterizada essencialmente, por uma intervenção horizontal da acção governativa, ao invés das habituais, e por isso pouco eficazes, políticas avulsas e desgarradas de juventude.

Desejamos também que este governo incremente o intercâmbio juvenil, fomente e dinamize o associativismo, por forma a reforçar a participação dos jovens e a cidadania.

Foi esta a visão que esteve na base do programa eleitoral do PS e da Nova Autonomia. É esta a ideia que subjaz ao programa de governo ora discutido.

É com sincero agrado que verificamos a aposta na formação profissional como um meio estratégico essencial para a afirmação de um sistema paralelo ao ensino geral e simultaneamente, factor fundamental para a inserção social dos jovens, decisiva no combate ao flagelo do desemprego.

Idêntica importância assume a temática da habitação, que é um problema geral mas com particular incidência nos jovens, pois são estes que constituem a maior fatia da procura no mercado da habitação, vindo na aquisição de casa própria ou arrendada um factor fundamental para a sua independência, estabilidade e emancipação.

Neste âmbito, a criação de sistemas de apoio e incentivos financeiros à habitação para jovens assume enorme relevância.

O presente programa do governo constata a inadiabilidade de um investimento nos recursos humanos.

A declarada paixão pela educação assenta numa premissa de investimento prioritário e sério nas pessoas, pois são estas a verdadeira substância e motor das sociedades modernas.

A criação do turno único no primeiro ciclo do ensino básico, a generalização do ensino secundário, a implantação do ensino politécnico e a criação de condições para uma efectiva ligação da Universidade dos Açores ao mercado de trabalho, constituem indubitavelmente factores de progresso. Por isso, os Açores devem usar o ensino para o desenvolvimento.

Refiram-se ainda os flagelos sociais da droga, sida e toxicodependência, que afectam de forma marcadamente dura a juventude, e que exigem uma postura descomplexada sem preconceitos e corajosa no seu combate e prevenção.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Juventude Socialista reafirma nesta Câmara, o seu apoio e confiança no novo Governo Regional, acreditando que este irá pautar-se por novas políticas, outras prioridades e um novo estilo de governação em que os eleitores tenham mais confiança nos seus eleitos.

Nessa medida pugnamos por uma governação com os jovens, ao invés de uma governação para os jovens.

Queremos uma mudança tranquila, onde os valores da igualdade, da justiça e da solidariedade sejam uma constante. No que nos toca, procuraremos ser a correia de transmissão dos legítimos anseios e aspirações da juventude açoriana, tendo a nossa presença parlamentar que ser a voz inconformada desses jovens neste importante centro de decisão que é a Assembleia Legislativa Regional.

Em primeiro lugar, estão os interesses fundamentais da juventude, pois foi com esta que assumimos o nosso maior compromisso.

Cá estaremos, de alma e coração, situados à esquerda da indiferença.

Disse.

Obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PS e Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt para uma intervenção.

**Deputado Sidónio Bettencourt (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Secretários Regionais:

É para mim uma honra falar neste Parlamento. Deixar expressas as minhas ideias e convicções sobre o desenvolvimento da minha terra; das minhas/nossas ilhas.

E faço-o pela primeira vez reconhecendo desde já quão difícil é sublinhar com rigor, empenhamento e elevação o nível intelectual e técnico deixado no tempo - logo é dizer na História - por grandes vultos que às causas dos Açores deram sempre o melhor da sua dedicação.

Por razões profissionais habituei-me, ainda nos tempos do Amor da Pátria, a conviver de perto e a admirar figuras ímpares que ajudaram a escrever as primeiras e imprescindíveis páginas daquela que porventura, hoje, com o novo quadro parlamentar saído de 13 de Outubro chamar-se-ia "**velha Autonomia Democrática**", em contra-ponto ao que empiricamente se passou a apelidar de "Nova Autonomia".

E neste caso, eu, e naturalmente muitos dos senhores deputados são mesmo "**novos**" - "**estreantes**", mais preocupados com o futuro que perdidos nos viciados meandros do passado que nenhum dos veteranos poderá deixar de co-responsabilizar-se, quer nas vitórias quer nas derrotas políticas que a Região, duma forma ou de outra, mal ou bem, sempre conseguiu nas suas lutas travadas entre portas ou mesmo além fronteiras.

E se neste contexto recordo simbolicamente três deputados nesta Casa, Álvaro Monjardino, Rogério Contente ou Martins de Freitas, é para registar duma forma afectiva que os seus filhos, José António Monjardino, José Contente e Duarte Freitas, respectivamente, são exemplo da legítima renovação que a sociedade Açoriana, inquieta e actuante, vai exigindo com os mecanismos que tem ao seu dispôr: o voto, essa arma secreta e irredutível.

Quero aproveitar esta circunstância para saudar o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional e o Sr. Presidente do Governo Regional, duas personalidades políticas que simbolizam pelo seu perfil de luta e persistência a face dum povo que à esperança sempre concedeu o melhor dos seus alimentos.

Saúdo e desejo-lhes a melhor sorte no desempenho das mais altas funções a que agora são chamados.

Um abraço a todos os deputados.

Fazê-lo aqui é expressar um sentimento na intimidade da Ilha. Essa realidade quantas vezes esquecida para sobrevalorizar conceitos quantas vezes abstractos e pouco consistentes.

Dizer aqui que há gente na ilha, à espera: da continuidade, da confirmação dos seus direitos.

A procura dum equilíbrio entre o **Ter e o Ser**; entre a **resignação** e o apelo.

Entre a Terra e o Mar há uma permanente mutação. Um mundo em constante desafio no desafoço da instantaneidade da notícia que tão depressa promove como tão rapidamente mata.

Vivemos numa sociedade com valores. Com identidade. Uma sociedade decididamente aberta, para não dizer exposta, ao mundo !

A sociedade da Informação, da Comunicação, do Marketing e da Aldeia Global.

Cada vez mais **expostos** e sem intermediários é impossível rejeitar a força e o papel da Comunicação Social numa Região insular - atlântica - periférica.

E se hoje há unidade entre as ilhas, entre estas e o continente Europeu e uma relação **tímida** mas sincera com as nossas comunidades espalhadas pelo mundo, não se deve apenas à distribuição pelas ilhas dos diferentes órgãos de Poder da Região, mas porque a Comunicação Social dos Açores cedo percebeu e aperfeiçoou os mecanismos que permitem a relação entre as ilhas, as suas gentes, o seu grito e os seus talentos.

A Comunicação Social dos Açores fez alguma pedagogia e deu razão de ser ao Regime Autonómico. Mas mais que isso: deu e tem que dar expressão à nossa história de ilhéus com mais de 500 anos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com atenção as palavras de apresentação do programa do VII Governo Regional dos Açores.

O Sr. Presidente do Governo diz que em relação ao Programa Eleitoral que o Partido Socialista apresentou "**apenas procedeu a um rearranjo do seu texto, retirando-**

**lhe considerações que não cabem nas competências do Governo e diagnósticos que se afiguram agora dispensáveis e aperfeiçoando alguns dos seus aspectos, adaptando-o à textualidade institucional própria da sua análise e aprovação pelo parlamento".**

Na Lei Orgânica que o Governo Regional considera adequada para a eficácia do seu melhor desempenho, o Chefe do Executivo Açoriano reserva para as suas competências entre a **"Emigração e relações com as comunidades açorianas"**, a **"Ciência e a Tecnologia"**, precisamente o sector da **"Comunicação Social"**.

Reparei que saudou os jornalistas na correcta dimensão da sua importância. Percebi que o Sr. Presidente do Governo tem de facto sensibilidade para um sector que apesar de dar sinais de alguma crise mantém inegável respeitabilidade aqui e em todo o mundo.

Mas a verdade é que, entre a campanha eleitoral e a apresentação do Programa de Governo, terá havido um vendaval que fez desaparecer a folha **outonal** que prometia uma Comunicação Social **forte, rigorosa e plural**.

Por isso não sei se o Governo tenciona ou não promover a formação profissional e desencadear o que então chamou de **"Desgovernamentalização da gestão do sector público simplificando a sua estrutura bem como garantir condições para a sua sobrevivência como canais regionais, dotados de autonomia de meios e de políticas editoriais e de programação própria, mesmo que tal implique séria contenção de custos"**.

E neste caso, sempre pensei que o texto deve ser **"mesmo que tal implique custos acrescidos"**.

Também vejo desaparecer uma ideia amadurecida em ponto de rebuçado e que se transformou em acordo para a chamada Nova Autonomia, ou seja, traduzindo à letra e em discurso directo **"- Não faz sentido a actual política de manter canais de televisão nacionais apenas acessíveis aos detentores de Televisão por cabo. Para além de injusta é fundamentadora de mais um monopólio, numa altura em que se pretende reduzi-los. As autoridades regionais devem empenhar-se, inclusivé, financeiramente na resolução deste problema"**.

Também se desconhece se vai ou não haver empenhamento político para estender aos Açores as emissões do canal cultural da RDP, por forma a não privar os Açorianos do acesso àquele tipo de emissões já que ele não está disponível nas estações privadas ou cooperativas.

Se estivessem, bom talvez deixassem de ter interesse para os Açorianos. De resto uma ideia respeitável mas desenquadrada de outras prioridades.

Atento e preocupado está o Sr. Ministro da República a avaliar pela forma incisiva como destacou a pretexto da cobertura informativa das últimas eleições regionais - também e em relação aos Açores, uma mudança **de ciclo** na Comunicação Social.

Para o Sr. Ministro da República, "**não há participação cívica sem conhecimento e sem comunicação**".

**Aqui reside um factor importante de coesão e de unidade nacional.**

Na tomada de posse deste Governo, cujo programa estamos a debater em Sede própria - naquela ideia expressa - "**reside um factor importante de coesão e de unidade nacional**".

E mais: **a distância a que se encontram as regiões autónomas necessita de ser definitivamente vencida / ou pelo menos reduzida / nos vários eixos em que está ao nosso alcance consegui-lo. E um desses eixos, e dos mais importantes, é precisamente o da Comunicação Social.**

E na presença do Sr. Ministro Adjunto do Primeiro Ministro (Dr. Jorge Coelho) insistiu e esclareceu que não se trata apenas de tornar visível e presente, **nos Açores, a vida continental e nacional, mas que se trata também, e com o mesmo valor e alcance, de tornar visível, no país inteiro, a vida da Região Autónoma dos Açores.**

Nada mais certo.

Mas nada se faz apenas com vontade ou através duma varinha mágica.

É preciso muito empenhamento político, muita mudança de mentalidades, sobretudo ao nível dos Poderes de Decisão Central, **investimento**, e uma política concertada que contemple um futuro que no mínimo estimule e crie a unidade e dignifique os profissionais que trabalham e entendem a realidade açoriana.

Sendo a Comunicação Social um elemento estratégico para o desenvolvimento e promoção de qualquer país ou região, **lamento** que o actual Governo Regional não tenha uma simples palavra para dedicar a esta problemática e assim não aproveitar os meios que um dos partidos que suporta esta maioria relativa - **o PS no caso** - reconhece que a penetração das novas tecnologias da informação pode permitir a globalização da Comunicação Social açoriana, permitindo assim a ligação simultânea a todas as ilhas, as comunidades emigradas e o aparecimento de vozes açorianas no panorama global da informação.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveito, o propósito, para anotar o entusiasmo que o Sr. Presidente do Governo está a colocar nas relações com os Estados Unidos, Canadá, Brasil e Bermudas que além do mais visa ultrapassar a **mera** retórica sentimental.

Não diria **mera** retórica.

Há progressos que aplaudo.

Longe parecem já ir os tempos em que o **PS** não se fez representar na delegação que acompanhou o então Presidente do Governo Madrugada da Costa ao sul do Brasil para comemorar os 250 anos da chegada dos **Casais Açorianos** a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul, em cerimónias que constituíram inegáveis e insubstituíveis manifestações antropológicas.

Curiosamente e pela primeira vez, a Rádio de Serviço Público nos Açores não foi autorizada a cobrir o acontecimento.

Espero mesmo que o Governo Regional tenha, sem complexos, uma visão emblemática da açorianidade.

Lembram-nos permanentemente que somos Portugal aqui.

É tempo de sermos açorianos no mundo.

Tal não é possível sem uma política integrada multi-disciplinar, inter-departamental com expressão livre, plural, nos meios de comunicação social dos Açores não como elementos redutores e umbilicais da vivência comunitária em que nos inserimos, mas abertos à expansão universal das nossas singularidades.

Sem esta vertente, o Programa de Governo fica nitidamente prejudicado, além de que menospreza e subestima uma área de inquestionável importância para a inter-relação

das ilhas e suas gentes e que dê corpo a uma política sócio-cultural que garanta aos Açores, como diz o Governo a páginas tantas - "Profundidade Oceânica" - enquanto vou fazendo votos para que não vá tudo por água abaixo.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tal como já salientei na apresentação do Programa do Governo, gostaria apenas de vincar que a política deste Governo relativamente a este sector, destina-se a proporcionar aos meios de comunicação social, especialmente aos privados, condições de exercício com isenção, equilíbrio em relação às suas actividades, quer no que diz respeito aos órgãos de imprensa quer no que diz respeito aos órgãos de rádio.

São instrumentos especialmente vocacionados para isso, aqueles que necessitando de reestruturação e harmonização, enquadram os incentivos e os subsídios que são distribuídos aos órgãos da imprensa e da rádio, quadro esse que será rectificado, especialmente no que concerne a imprensa, pelo facto do actual Governo discordar dos critérios subjacentes aos cálculos presentes para este efeito.

Portanto, vamos ter muitas coisas na área da comunicação social.

Mas muito, até a um limite menor do que aquele que tivemos no passado.

Eventualmente, alguns jornalistas e até cidadãos estavam habituados a uma intervenção excessiva do Governo Regional nos órgãos de comunicação social.

Uns sentiam-se muito satisfeitos com isso, ao ponto tal de desejarem passar de receptores a intérpretes dessa antiga política. Outros, porém, entendem que é necessário haver uma maior liberdade e uma maior distância democrática entre a comunicação social e o poder político.

A nossa política acentuar-se-á, assim, designadamente através da reestruturação do actual gabinete de imprensa dos Açores, cujo serviço actualmente prestado, na nossa opinião, - e se for apenas esse - não justifica a sua existência.

Vamos, por isso, reflectir sobre essas matérias.

Teremos até muito gosto nisso, e penso que é uma metodologia útil, de vez em quando encontrarmo-nos, a nosso pedido até, com as Comissões especializadas da Assembleia, discutirmos e reflectirmos em conjunto, algumas perspectivas que temos em comum sobre isso. E vamos resolvendo, todos juntos, sem prejuízo da tal capacidade de decisão do Governo Regional, aquilo que há a decidir sobre essa matéria.

Quanto ao sector público de comunicação social, como se sabe, ele está sob a tutela do Governo da República. E está muito bem.

Pela nossa parte, não desejamos qualquer interferência ou corresponsabilidade no sector público da comunicação social, seja ele a rádio seja ele a televisão.

O nosso ponto de vista é o de que esse serviço, sendo um serviço público e sendo uma obrigação do Estado, deve ser custeado, desenvolvido e tutelado, pelo Governo da República.

Este Governo Regional não tem qualquer intenção de interferir nesse domínio, excepto no que concerne a um relacionamento super-estrutural entre o Governo Regional e o Governo da República, no sentido de, com a autonomia que essas empresas públicas ou sociedades anónimas têm na área da comunicação social, poderem receber as orientações que legalmente forem possíveis da parte do Governo da República, para cumprir melhor a sua função nos Açores.

Portanto, o que nós devemos ter, é como sempre dissemos, uma rádio que chegue a todos os açorianos, que preste um efectivo serviço público e uma televisão assente num centro gestor de um canal regional, que terá naturalmente para isso que ser dotado de melhores equipamentos, de outro orçamento e de uma política mais activa no domínio da informação e da programação do que tem hoje e também a transmissão em simultâneo de um canal directo nacional.

Era a nossa política, se bem se lembram, aliás sempre foi a política do actual Presidente do Governo Regional. É essa que está em pleno desenvolvimento na actualidade, e é essa política que este Governo Regional continuará a cumprir.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo).*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

**Deputado Sidónio Bettencourt (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente fiz esta intervenção com este cariz, atendendo à minha qualidade de cidadão conhecedor de alguns mecanismos ligados à comunicação social nos Açores, à qual dei profissionalmente o meu empenhamento.

Como houve uma proposta à sociedade açoriana, da responsabilidade do Partido Socialista, seguida do Programa do Governo, em que era feita uma referência à desgovernamentalização da gestão do serviço público, desaparecendo depois completamente no Programa do Governo, é óbvio que não podia deixar passar este facto sem proferir algumas palavras a este respeito.

Em face disto, gostaria de saber se o Governo ainda mantém essa ideia de desgovernamentalização do serviço público, que o mesmo é dizer o que é pretende dizer com isso?

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Entretanto a lei já foi considerada inconstitucional, por isso já não há problema por causa disso.

**O Orador:** Entretanto, eu gostaria de perguntar ao Sr. Presidente do Governo, e uma vez que esta é uma das preocupações manifestadas pelo Sr. Ministro da República, aliás manifestada até aquando da tomada de posse do seu Governo e perante o Ministro da tutela - o Sr. Ministro da República está preocupado com a presença dos Açores nos canais nacionais - se o Sr. Presidente comunga destas inquietações e se tenciona, perante o Ministro da tutela, bem como das administrações centrais,

desencadear os mecanismos que propiciem essas medidas que tecnologicamente permitem uma presença activa das concretizações de matéria feita nos Açores, em termos de criatividade?

Como sabe, existem muitas séries, muitos programas, e há uma política integrada de cultura - constante do Programa do Governo - com a qual concordo em parte, portanto gostaria de saber se o Sr. Presidente do Governo tenciona desbloquear esse elemento de integração, sobretudo nas comunidades que é onde se fazem muitas críticas à presença activa dos Açores?

Digo isto porque, normalmente, é sempre por razões financeiras que são bloqueadas as participações dos meios de comunicação social açorianos nos canais nacionais, e não por má vontade ou por imperativos de outra ordem que tenham a ver com a participação dos mesmos nos canais nacionais.

Portanto, resumindo, é apenas para saber se uma vez que isto não consta do Programa do Governo, o Sr. Presidente tem de facto esse empenhamento, numa política evidentemente separada do poder político e do poder inerente à informação, mas que consiga desencadear todo este processo que é fundamental para os Açores na minha opinião.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional para prestar esclarecimentos.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Também comungo dessa preocupação que é comum ao Sr. Deputado Sidónio Bettencourt e ao Sr. Ministro da República.

Naturalmente que nós entendemos que ela é importante, quer em termos promocionais quer em termos dirigidos a um público que é também açoriano - seja nos países de emigração, seja no continente -, ou seja, a informação sobre os Açores.

Não podemos fazer isso, no entanto, nem por decreto nem por resolução, mas sim através do diálogo, do convencimento das pessoas, esperando que elas tenham do país uma cultura nacional e universal, porque é importante que assim seja.

Portanto, e como sabe, nem sempre nos Açores se governou com dimensão regional, nem sempre no país se governou ou se geriu com dimensão nacional.

A nossa incumbência é exactamente persuadir aqueles que são responsáveis por serviços de difusão nacional, a que possam gerir e comportarem-se como tal.

Portanto, obviamente subscrevo essa ideia, estou de acordo. Conheço algumas das queixas neste domínio, quer no âmbito da televisão, quer no âmbito da rádio, porque fala-se pouco deste meio difusor por ser supostamente um meio menos poderoso, mas se nós verificarmos os noticiários nacionais, por exemplo, da rádio, não vejo que tenham mais notícias sobre os Açores do que têm os da televisão.

Por isso, é necessário fazer um esforço nesse domínio e nós estamos prontos a fazer aquilo que for possível, no âmbito das nossas competências e com a nossa capacidade de persuasão.

**Presidente:** Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Menezes.

**Deputado António Menezes (PSD):** Sr. Presidente, gostaria de interpelar a Mesa no sentido de saber se posso intervir e colocar uma questão ao Sr. Presidente do Governo, relativamente às afirmações que ele prestou em resposta ao Deputado Sidónio Bettencourt?

**Presidente:** Faça favor, Sr. Deputado.

**Deputado António Menezes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu também concordo com o Sr. Presidente do Governo, de que em termos de comunicação social não deve haver intervenção do poder político e dos governos instituídos em relação à liberdade redactorial, editorial e profissional que a comunicação social, nos vários meios, deve ter para cumprir o seu papel social.

Faço votos que essa sua intenção, com a qual eu concordo, seja mantida com coerência ao longo de todo o mandato. E não tenho razões para duvidar que isso não será feito.

No entanto, há aqui uma questão que suscitou alguma dúvida durante este debate com o Deputado Sidónio Bettencourt. Ou seja, se é verdade que este Governo entende que não deve ter nenhuma intervenção na gestão e na administração da comunicação social, por outro lado, a não existência neste Programa do Governo de uma linha só em relação a outras questões de política de comunicação social, como por exemplo, formação profissional aos jornalistas açorianos, política de investimentos na Região, inclusive o tentar salvaguardar esta questão fundamental que foi aqui referida e que é

a projecção da Região no continente, nas comunidades, se não for efectivamente garantido pelas direcções e administrações nacionais, o que é que o Governo pretende fazer?

Concluindo e sintetizando, a inexistência e o desaparecimento de uma das reflexões da Convenção para a Nova Autonomia que foi feita nesta área, e o facto de não constar uma só linha no Programa do Governo, significa que o executivo não dispõe de qualquer política em matéria de comunicação social naqueles aspectos que eu referi?

Muito obrigado.

**Presidente:** Para pedir esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina Silva.

**Deputada Ana Carolina Silva (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se bem entendi, o Sr. Presidente do Governo disse que a intervenção excessiva do Governo nos órgãos de comunicação social, teria resultado em que alguns dos jornalistas passassem a defender a política do PSD.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Ninguém falou nisso!

A Sr<sup>a</sup>. Deputada é que está dizendo.

**A Oradora:** Eu gostaria de saber se a intervenção excessiva do Partido Socialista na comunicação social, resultou também na defesa de alguns jornalistas do Partido Socialista?

É que pelo menos eu percebi assim.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** A Sra. Deputada percebeu mal.

*(Risos da bancada do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores para prestar esclarecimentos.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu respondo com muito gosto a todas as perguntas que são feitas com o fim de nos esclarecermos uns aos outros e de, por essa via, também os açorianos ficarem esclarecidos.

Tenho que confessar com franqueza que não corresponde a uma opção política o facto de não estar aqui o capítulo da comunicação social - não corresponde.

Corresponde, visivelmente, a uma situação de troncagem, como é óbvio.

Todos os Srs. Deputados percebem que assim aconteceu.

**Deputado António Menezes (PSD):** Eu percebo muito bem. Já fui membro do governo!

**O Orador:** No entanto, é importante que se substitua no registo deste documento, aquele que se pode fazer através dos Diários das Sessões e da documentação da política em relação a este sector, penso que isso será suficiente para nos entendermos. De qualquer modo, eu devo dizer que no domínio da formação profissional, estes problemas estão resolvidos, porque basta ir à formação profissional para ver que não se está a distinguir em muitos dos seus itens os cidadãos que serão alvo dela. Naturalmente os jornalistas são profissionais como quaisquer outros, têm a sua profissão e, portanto no quadro dessas políticas, é preocupação nossa fazer essa abrangência.

De resto, também não tiveram muitas experiências, infelizmente, como essas no passado. Agora poderão ter algumas.

Devo dizer-lhes que já estamos trabalhando em certas áreas que depois irão ter relação com a própria comunicação social.

Neste momento, ao nível da Secretaria Regional da Educação, e ao nível dos seus departamentos na área da cultura, está-se a trabalhar na integração de um programa nacional que vai permitir, dentro de pouco tempo, colocar toda a nossa imprensa regional gratuitamente na Internet.

Portanto, eis uma forma de contribuir para a nossa comunicação social. Eis uma forma de contribuir para a promoção externa da Região, sem interferir num plano no qual nós não desejamos interferir.

Penso que respondi às duas questões colocadas pelo Sr. Deputado António Menezes, ficando as mesmas esclarecidas. Outras questões que surjam, tê-las-ei de memória para responder.

Não tenho é memória de ter feito outras alusões que estavam certamente no subconsciente da Sr<sup>a</sup>. Deputada Ana Carolina.

Muito obrigado.

*(Risos da bancada do Governo)*

**Deputada Ana Carolina Silva (PSD):** Não há qualquer questão que me tenha passado no subconsciente!

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Ou então foi ao lado do subconsciente...!

*(Risos das bancadas do PS e do Governo).*

**Presidente:** Retomamos o debate sobre o Programa do Governo. Para isso, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia para uma intervenção.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de iniciar a apresentação do programa do VII Governo Regional, gostaria de saudar esta Assembleia, os seus deputados e muito em especial o seu Presidente e desejar a todos um profícuo trabalho, para o bem dos Açores e das suas gentes.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para desde já vos fazer sentir que estarei sempre à vossa disposição para atender todos os esclarecimentos que julguem pertinentes em todas as áreas que digam respeito à Secretaria de Economia. Às vossas questões e chamadas de atenção, procurarei encontrar as respostas mais adequadas e quando não vos puder responder de imediato tentarei, em tempo útil, encontrar as soluções que melhor satisfaçam os vossos problemas. Quem vos elegeu espera empenhamento e exigência e eu tudo farei para corresponder às vossas justificadas expectativas.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados:

A recessão económica que, no início desta década, atingiu de uma forma mais ou menos acentuada todo o continente europeu foi, no caso dos Açores, agravada ainda mais pelo facto de ter havido, a partir do ano de 92, uma clara derrapagem orçamental do Governo Regional. Tal originou o acumular de dívidas a fornecedores, a asfixia de muitas pequenas e médias empresas e a paralisação de obras que estavam em andamento por falta de cumprimento das obrigações financeiras. É evidente que este estado de coisas, que resultaram em parte de uma política centralizadora do Governo da República da responsabilidade do Partido Social Democrata, nomeadamente do Prof. Doutor Cavaco Silva, atirou a Região para um crescente endividamento de consequências extremamente gravosas para a sobrevivência da própria Autonomia e com claros reflexos no mundo empresarial.

Não cumprindo o Governo Regional com as suas obrigações financeiras, nos prazos acordados, o Governo criou uma imagem de impunidade, o que levou a um descrédito generalizado do mundo empresarial, favorecendo o laxismo e a instabilidade negocial. Passou a ser politicamente correcto não cumprir, não pagar a quem se deve a tempo e horas e passou a ser politicamente incorrecto exigir o que por direito próprio lhe era devido. Para quem não cumpria com as suas obrigações financeiras, havia sempre desculpas e adiamentos, mas para quem exigia os seus direitos, passou a haver ameaças veladas. No mundo dos negócios o espírito de confiança, de estabilidade e de regras claras de funcionamento é fundamental para criar um ambiente propício ao investimento. Numa altura em que havia uma recessão generalizada, o Governo deu a imagem de instabilidade, do não cumprimento de obrigações, de falta de regras claras de jogo e de imprevisibilidade. Por outro lado, como só as grandes empresas tinham maior capacidade de endividamento ou de suportar demoras de pagamento, assistiu-se a uma crescente entrega das principais obras de construção civil a empresas sediadas no Continente português, defraudando as expectativas de quem tinha investido na Região. Não admira, pois, que tenha havido uma retracção do investimento privado, que os principais agentes económicos tenham esperado por melhores dias, agravando ainda mais o crescente desemprego, advindo da necessária reestruturação e racionalização das empresas.

É preciso restaurar a confiança dos investidores, o Estado tem que ser uma pessoa de bem, é preciso dar um sinal claro que o VII Governo Regional tem uma estratégia bem definida, que alia a solidariedade a uma clara aposta na criação do emprego sustentável e no aumento da competitividade. Assim, é natural que no Programa deste Governo estejam propostos os seguintes princípios de acção governativa:

### **1. Uma política orçamental estável e sustentável.**

O Governo Regional ao estabelecer as suas prioridades de despesa, deve assumir as suas respectivas responsabilidades financeiras. O orçamento a ser apresentado a esta Assembleia, irá privilegiar a promoção do crescimento económico, irá privilegiar os investimentos com maior impacto reprodutivo, restringindo sempre que possível as despesas com a administração Pública. A redução actual do número de Secretarias, a redução do número de Direcções Regionais e de cargos de chefia é um exemplo pragmático do que aqui se deixa dito.

### **2. Uma política de investimento público adequada às características da economia Regional, numa óptica de complementação do investimento privado.**

Sempre que possível procuraremos promover projectos adequados à dimensão e capacidade das empresas regionais que permitam criar riqueza e empregos nos Açores.

O Governo Regional procurará ser, em todas as áreas, um elemento incentivador e estimulador do investimento privado.

O Governo Regional não irá competir com os privados, mas privilegiará acções que visem a associação, o casamento de interesses entre os agentes económicos, de forma que a economia de mercado funcione, se torne mais sólida e mais capaz de competir num mundo cada vez mais aberto e concorrencial.

### **3. Um novo regime fiscal e de incentivos.**

O Governo Regional e a Secretaria de Economia, em particular, estão já a preparar uma reformulação dos sistemas de incentivos em vigor na Região, com vista a torná-los mais simples e adequados aos objectivos de desenvolvimento definidos e à realidade empresarial regional. A reunificação dos sistemas de incentivos permitirá não só estabelecer o cruzamento de informações, o que tornará o actual sistema mais resistente a irregularidades processuais, como estabelecerá também o princípio dos

vasos comunicantes, ou seja, permitirá o "overbooking" de um determinado incentivo que pode ser efectivado à custa da baixa taxa de execução de outro sistema de incentivo. O sistema actual de descentralização, no que diz respeito à entrega de projectos e sua respectiva análise, será mantido, no essencial, haverá contudo um maior acompanhamento técnico que permita ajuizar melhor da sua validade e das causas do sucesso ou insucesso da sua efectivação.

Diligenciaremos, junto do Governo da República, no sentido de reduzir a pressão fiscal das empresas que exerçam as suas actividades económicas na Região. Desta forma se estimulará o investimento e se melhorará a competitividade das empresas exportadoras.

#### **4. Uma política de promoção dos produtos açorianos e de defesa dos mercados tradicionais.**

Os Açores têm uma imagem de marca a que corresponde um ambiente despoluído, a uma produção agrícola próxima da natureza e a uma produção industrial, tradicional e de qualidade, directamente ligada aos bens da terra e do mar.

À promoção das nossas marcas deve estar associado um rigoroso controlo de qualidade, de forma a não permitir que a imagem dos Açores, seja destruída por uma produção que tenha em atenção apenas a quantidade e não a qualidade.

O investimento em programas de promoção e desenvolvimento de produtos tradicionais açorianos, com garantia de qualidade, tem de ser acordado com as nossas empresas. Da mesma forma a defesa de mercados tradicionais, como a Madeira, o Continente, a Europa, nomeadamente a Itália para as conservas de peixe, as regiões tradicionais de emigração açoriana, nomeadamente os Estados Unidos e o Canadá, é fundamental para a sobrevivência das nossas actividades comerciais e industriais.

#### **5. Um acordo a médio prazo para desenvolver novos produtos e novos mercados.**

O relativo isolamento das empresas sediadas na Região impede, por vezes, o acompanhamento adequado das inovações tecnológicas do sector e de importantes mutações do mercado, que se estão constantemente a realizar. É por isso, imperioso o estabelecimento de contratos-programa, apoiados pelo governo e por fundos comunitários, de forma a promover o desenvolvimento tecnológico e comercial, e a estimular a criação de novos produtos e a conquista de novos mercados.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados:

A produção de energia a baixos custos e uma rede de transportes aéreos e marítimos fiável, em condições de preço e regularidade, são condições fundamentais para o desenvolvimento de toda a actividade empresarial nos Açores, seja na área do Comércio, da Indústria ou do Turismo.

Quando o preço da energia para o sector industrial atinge valores que são cerca de 50% mais elevados do que os praticados no continente português, estamos a comprometer seriamente a competitividade das nossas actividades produtivas, que já de si, pela sua dimensão e distanciamento aos principais centros abastecedores de matérias primas e dos mercados de exportação, têm custos acrescidos.

A injustiça do actual sistema tarifário de energia eléctrica atinge também directamente, embora em menor grau, os consumidores domésticos, os quais estão a pagar cerca de 20% a mais do que os outros cidadãos portugueses do continente.

É evidente que nove sistemas produtores de energia nos Açores não podem competir com os sistemas existentes no Continente português que têm uma componente hidroeléctrica elevada e têm acesso, a baixos custos, à energia produzida em Espanha e em França. Porém, a avaliação feita pela EDP à EDA mostra claramente que esta empresa tem ainda muito para evoluir para melhorar a sua rendibilidade. Há pessoas a mais em muitos sectores e apesar do esforço feito nos últimos meses, a EDA denota ainda vícios e ineficiências resultantes de administrações politizadas.

**Vozes do PP:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Continuaremos o esforço de racionalização desta empresa e avançaremos rapidamente para a passagem da EDA, Empresa Pública a sociedade anónima.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Já está!

**Presidente do Governo Regional (Carlos César):** Não está nada! Voltou para trás.

**O Orador:** O decreto lei enviado para Conselho de Ministros foi revisto apenas em relação ao capital social e será presente ao próximo Conselho de Governo. Espero poder enviar este decreto-lei ainda este mês para o Conselho de Ministros. Dentro em breve tomaremos iniciativas ao nível do Governo Central com o intuito da EDP

participar no capital da futura EDA, Sociedade Anónima. Aqui gostaria de responder ao Sr. Deputado do PP Alvarinho Pinheiro. Apesar da nossa vontade, o preço de energia não será amanhã igual ao que vigora no Continente português. Tal exigiria, nas condições actuais, a entrega de 3 milhões de contos anuais à EDA para evitar ainda mais o seu endividamento que é actualmente de 38.3 milhões de contos. Prevejo que o abaixamento de energia será gradual e resultante da possível diluição dos custos acrescidos de exploração da energia eléctrica nos Açores, no todo Nacional e também devido à necessária reestruturação da EDA com vista à sua racionalização.

Encarreguei já a administração da EDA para fazer um estudo do pessoal a mais nesta empresa que se julga situar na ordem das várias dezenas, para traçarmos um plano de reconversões e de transferências que permita a gradual melhoria dos seus rácios e a racionalização dos seus serviços.

No que diz respeito aos transportes marítimos e aéreos de pessoas e mercadorias, elemento essencial para o nosso desenvolvimento, iremos progressivamente preparar a médio prazo a sua liberalização, assegurando sempre, com os diversos agentes, a salvaguarda dos interesses legítimos das ilhas economicamente menos concorrenciais.

Incentivaremos a reestruturação da SATA e procuraremos dirimir com as diversas entidades, Governo Central, TAP e ANA, zonas ainda cinzentas de aparente conflitualidade de interesses, de forma a que esta empresa possa ter um espaço de manobra superior ao actual. Só assim a SATA poderá diluir os seus custos fixos de exploração por uma muito maior facturação e ganhar, sem maximalismos, uma parte do seu espaço natural que estará sempre situado entre Lisboa, o Continente Norte-Americano e os Açores.

Não pretendemos competir com a TAP, pretendemos sim, à nossa escala, tornar esta empresa, tanto quanto possível, rendível e reforçar a sua acção potenciadora do desenvolvimento regional.

Em resposta ao Sr. Deputado Duarte Freitas, do PSD a Ilha do Pico, que falou sobre o barco rápido que fez o transporte de passageiros nas ilhas do triângulo, gostaria de lhe dizer que apesar deste empreendimento ter dado um prejuízo de cerca de 27 mil

contos, repartidos de forma igual pelas antigas Secretarias de Habitação e Obras Públicas, Turismo e Ambiente e pelas 6 Câmaras do triângulo, julgo que a experiência realizada foi positiva. O barco utilizado não foi o mais adequado e a exclusão das ilhas Graciosa e Terceira penalizou fortemente o fluxo de passageiros, retirando diversidade, quantidade e rendibilidade. Iremos estudar este assunto, procurando encontrar a melhor solução para o Grupo Central e para o trajecto Ponta Delgada, Vila Franca, Ribeira Quente e Vila do Porto e de uma forma análoga subsidiaremos para o próximo Verão experiências deste género, logo que haja particulares interessados na sua exploração. Neste, e como em outros casos, é importante aprendermos com as experiências dos outros.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Quanto ao Sr. Deputado Eng.º Jaime Medeiros, gostaria simplesmente de lhe dizer que foi pena não ter vindo para a sua Secretaria, em substituição do senhor Natalino Viveiros, um ano mais cedo, visto que o VII Governo não precisava de fazer mais nada. Já estava tudo feito. Porém, gostaria de lhe lembrar que muitas das promessas feitas aquando da aprovação do VI Governo Regional, em 1992, no que diz respeito ao reforço dos molhes e conclusão das infraestruturas dos portos, ainda estão por cumprir. Como vê, não é preciso ser muito imaginativo nesta matéria, basta ir ao seu programa do Governo de 1992 e copiar o que não foi feito (ver página 36)

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Isso não está em discussão!

**Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (Roberto Amaral):** Não foi executado!

**O Orador:** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados:

O comércio ocupa sempre um lugar de charneira em relação à actividade produtiva e ao bem estar das populações. A recente vinda de três grandes superfícies para os Açores originou e irá originar necessariamente algumas convulsões no comércio tradicional, principalmente no menos preparado e no que se dedica às mesmas áreas comerciais dos Hipermercados. Tudo faremos para minimizar estes efeitos, mas o Estado não pode nem nunca se poderá substituir aos privados. Procuraremos, em cooperação estreita com a Câmara de Comércio e as autarquias, estimular a revitalização das zonas tradicionais de comércio e de lazer, através de entre outras

medidas, instalação de parques de estacionamento ou de participação nos custos de iluminação e de animação.

Incentivaremos a ligação dos pequenos empresários comerciais a centrais de compras com vista à redução de custos com a aquisição e "stockagem" de mercadorias. Tudo faremos para que este importante sector de actividade se modernize, mas isto é uma acção cuja iniciativa cabe fundamentalmente aos interessados.

No sector do Turismo e de entre outras medidas, gostaria de destacar o forte incentivo que daremos ao crescimento, modernização e acréscimo de competitividade da oferta hoteleira nos centros de recepção/distribuição, e ao desenvolvimento de formas alternativas de turismo, nomeadamente, o turismo rural ou de habitação, fora destes centros. O Estado não tem nem nunca teve vocação para ser dono de hotéis. Para sermos claros, gostaria de vos dizer que pensamos lançar a curto prazo concursos de ideias para o estudo de pormenor de determinadas zonas que todos consideramos serem vocacionadas para equipamentos hoteleiros.

O património arquitectónico de uma cidade é um bem público. A qualidade do que se irá construir deve ser amplamente debatida e não relegada para 2º plano e se possível escondida da opinião pública, como se viu com os terrenos da Calheta, em Ponta Delgada. Este debate de ideias será a melhor forma de propagandear o projecto que a ser de qualidade, não faltará quem queira o levar por diante. Temos que dar um impulso novo ao turismo e perceber melhor as razões do atraso de certas ilhas, como por exemplo a Terceira, essenciais ao desenvolvimento multideestino dos Açores.

**Deputados José Monjardino e Alvarino Pinheiro (PP):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados:

Muito mais teria certamente para vos dizer sobre o programa deste Governo no que diz respeito às diversas medidas que iremos tomar nos diversos sectores da economia, que no nosso entender, irão dar um impulso decisivo na criação do emprego sustentado e no aumento da riqueza da nossa Região. O VII Governo Regional dos Açores irá dar um sinal claro de estabilidade, de confiança nas suas políticas e de previsibilidade das suas acções. A construção de um tecido empresarial forte, capaz de gerar empregos estáveis e condições dignas de trabalho, é uma meta que todos

desejamos atingir. Penso que o que deixo dito é um bom ponto de partida para um debate mutuamente enriquecedor.

Tenho dito.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Srs. Deputados, para evitar alguma confusão e algumas dúvidas que possam surgir, eu relembraria rapidamente as disposições regimentais em relação aos pedidos de esclarecimento.

Em primeiro lugar, essas disposições dizem que os deputados que queiram "formular pedidos de esclarecimento, devem inscrever-se logo que finde a intervenção que os suscitou" - chamava, portanto, a atenção dos Srs. Deputados para esta regra.

Depois, essa disposição diz que o "orador interrogante e o respondente têm 3 minutos por cada intervenção" e que "os pedidos de esclarecimento na sua globalidade não podem exceder 10 minutos", o mesmo se aplicando aos esclarecimentos.

Eu tenho interpretado esta última regra com alguma flexibilidade, uma vez que estamos em regime de tempos globais, mas chamaria a vossa atenção para o facto de ser preferível respeitar essas regras, senão cria-se alguma confusão e, inevitavelmente, alguma injustiça, porque às tantas a Mesa terá que chamar a atenção para não se prolongar, indefinidamente, o debate.

Neste momento, tenho duas inscrições para pedidos de esclarecimento. Se houver mais alguém que os queira pedir, faça o favor de se inscrever.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem interpelámos o Governo com base numa afirmação constante do Programa, em que se refere que haverá um aumento das ligações aéreas com o Grupo Ocidental.

A resposta dada pelo Sr. Secretário Regional da Economia não nos satisfaz, no entanto e por imposições regimentais, não pudemos voltar a pedir a palavra, na medida em que estávamos em perguntas e respostas sobre a apresentação do Programa do Governo.

Porém, e se bem que tenhamos o tempo limitado, não queríamos deixar passar esta oportunidade sem fazer algumas considerações e pedir alguns esclarecimentos sobre a matéria.

Começaríamos por lamentar uma afirmação do Sr. Secretário Regional que nos fez lembrar outras afirmações aqui proferidas quando era outros que aí estavam.

Na realidade, Sr. Secretário, as pessoas da Ilha das Flores nunca pretenderam - nem eu aqui referi essa pretensão - ir e vir a Lisboa no mesmo dia. Não foi esta a questão que se pôs

Fazer afirmações destas, fez-nos até lembrar um Sr. Subsecretário que por aí andou e que se costumava pôr "em bicos de pés" para fazer afirmações desse tipo.

Portanto, nós não gostaríamos de voltar a lembrar-nos dessas pessoas.

De qualquer modo, queremos reafirmar que o que se passa neste momento, é que nenhum passageiro com destino às Flores pode deslocar-se de Lisboa até àquela ilha no mesmo dia.

Esta é uma realidade que, na nossa opinião, deve ser alterada.

Para nós é inconcebível que, por exemplo os passageiros que vêm de Lisboa para Horta à Quarta-feira, cujo voo chega ao Faial às 10,30 horas, vejam a SATA sair desta ilha para as Flores meia hora antes dessa chegada.

Penso que esta é uma descoordenação que se mantém, a qual julgamos que este Governo, apesar do pouco tempo em que está a governar, já teve oportunidade de resolver. Mas se não teve ainda tempo, o nosso apelo é o de que faça essa alteração rapidamente.

É inconcebível também que à Quinta-feira, embora o voo chegue à Terceira às 11,20 horas, os passageiros vejam partir a SATA às 12,20 e não possam viajar nesse voo, porque ele vai via Corvo, em que o passageiro só pode confirmar a sua passagem 48 horas antes e como o Sr. Secretário deve saber, para ter tarifa de residente, os passageiros têm que ter o seu voo confirmado de Lisboa até ao destino final.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que procurasse terminar, porque o seu tempo está a esgotar-se.

**O Orador:** Por outro lado, há o problema dos voos "quebrados" oriundos das Flores na Terceira, fazendo com que o passageiro pelo facto de ter dois "cupons flights",

tenha que pagar a viagem por inteiro das Flores até à Terceira, porque só a partir desta ilha é que passa a ter passagem de residente.

Isto é injusto, Sr. Secretário, e pensamos que esta política não pode continuar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Entendemos que para se concretizar aquilo que o Sr. Secretário Regional referiu há pouco em termos de aumento do Turismo nas nossas ilhas, e de se ter em consideração mais alguns destinos turísticos, incluindo o das Flores, é preciso termos ligações aéreas nas devidas condições.

Neste momento não temos essas ligações.

Para terminar, V. Ex<sup>a</sup>. refere a existência de voos P. Delgada/Flores no verão, com frequência ao Sábado no Dornier.

- Nada de novo, Sr. Secretário. Isso já existiu no verão passado!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal para pedir esclarecimentos.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Quero dizer-lhe com toda a franqueza que a sua intervenção surpreendeu-me bastante. Por várias razões, as quais o tempo não permite que as enuncie na íntegra, de qualquer modo vou aludir a pelo menos uma delas.

Uma das razões pela qual o Turismo, nesta nova Orgânica, ficou integrado na Secretaria Regional da Economia, prende-se com o facto dos transportes aéreos constarem deste departamento e eles serem fundamentais para o desenvolvimento desta importante actividade económica.

Não ouvi uma única referência, por parte do Sr. Secretário Regional, sobre este aspecto, ou seja, sobre esta relação entre os Transportes Aéreos e o Turismo.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral):** Ela é tão evidente!.

**O Orador:** Assim sendo, colocar-lhe-ei duas ou três questões concretamente relativamente a esta matéria.

Por um lado, o que é que pensa sobre as tarifas, ponto a ponto?

O que é que pensa sobre a redução das tarifas na época baixa?

O que é que pensa sobre as tarifas especiais em determinadas épocas do ano, como há pouco tempo a TAP anunciou, em que privilegiou apenas duas das nove ilhas dos Açores?

O que pensa concretamente sobre os voos "charter"?

Como pensa reduzir a sazonalidade - problema fundamental do nosso Turismo - para além das medidas que até agora têm sido tomadas e anunciadas?

Por outro lado, e uma vez que no ponto 6 das medidas do Governo para este sector se apresenta a criação de centros de congressos, perguntar-lhe-ia de quem é que seria essa responsabilidade? Das autarquias, das associações das Câmaras do Comércio? Do Governo...?

Julgo que não deve ser da responsabilidade do Governo, olhando à sua intervenção anterior.

Portanto, gostaria de saber de quem seria a responsabilidade da realização dessas infraestruturas?

Finalmente, gostaria de repetir uma pergunta que já tinha formulado ontem sobre o Porto da Horta.

**Presidente:** O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

**O Orador:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ontem, quando lhe formulei a questão relativa aos transportes marítimos, e concretamente em relação ao facto de no Programa do Governo não vir qualquer referência ao Porto da Horta, precisamente o único que com funções de entreposto comercial não vem aí referido, e quando lhe perguntei se iria continuar a manter-se a mesma política de Transportes enquanto não houvesse a sua liberalização, ou seja, se este porto iria continuar a ser escalado pelos navios da Transinsular, respondeu-me o Sr. Secretário, de uma forma dúbia, ficando eu com certas dúvidas...

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Dúvidas?! Não há nenhuma!

**O Orador:** ... na medida em que não sei o que é que quis dizer ao responder-me que "iria continuar, mas que haveria outras alternativas que estavam a ser estudadas".

Face a esta resposta, gostaria que me concretizasse quais serão essas outras alternativas.

Para terminar, na semana passada, julgo que aquando da apresentação da sua equipa - na altura ainda incompleta - ficou-me a ideia de que iria haver um gabinete de planeamento que seria o responsável pela coordenação dos incentivos na área da Secretaria da Economia.

Gostaria de perguntar-lhe se esse gabinete de planeamento vai ser responsável também pela gestão dos incentivos na área do Turismo?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

**Deputado José Monjardino (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Antes de mais quero dizer aqui - e talvez não me vão ouvir dizer isto muitas vezes - que a intervenção que acabei de ouvir, surpreendentemente, criou-me uma expectativa muito grande e achei-a excelente.

Gostava de dizer isso aqui perante o Sr. Secretário Regional da Economia, pessoa do meu conhecimento e que me espantou - que fique aqui registado.

É evidente que se o Governo conseguir levar avante tudo o que aqui foi dito durante 20 minutos de discurso, posições que foram assumidas ao longo de duas décadas pelos representantes das actividades económicas desta Região, nomeadamente a Câmara do Comércio da qual eu já fiz parte, estará no caminho certo.

Acho muito bem a consagração do princípio do Governo Regional, como entidade de bem, em fazer cumprir os seus compromissos, conseguindo transmitir uma imagem de credibilidade perante o sistema, permitindo também aos próprios agentes económicos que o façam.

Podia ter referido também em jeito de nuance, e que já foi dito várias vezes e até muitas delas denunciado por nós, que muitos desses problemas dos chamados atrasos de pagamento - eu na altura estava na Câmara do Comércio e recordo-me que houve então uma guerra grande - tinham a ver com o seguinte: por exemplo, o Secretário das Finanças da altura dizia que tinham as folhas e tinham tudo pago (ou que estava tudo em regime de pagamento), só que veio a descobrir-se que muitas das obras que se mandavam fazer nem tinham enquadramento orçamental, não tinham folhas abertas e já tinham sido mandadas executar.

Esse era um dos problemas, porque tecnicamente não era uma dívida flutuante, porque não estava constituída formalmente, nem tão pouco a maior parte dos contratos. Aliás, tal como veio a acontecer mais tarde, isto é, em 1992, com o celeberrimo caso das obras mandadas fazer pelo Sr. Natalino Viveiros, com montantes que nunca viremos a saber, mas que se estimam, grossomodo, entre 10 a 15 milhões de contos.

Portanto, é importante essa moralização, porque a maior parte das empresas da Região não só sofrem de ter o problema da energia mais cara, comunicações mais caras, transportes adicionais e também mais caros, como também têm problemas de natureza financeira que resultam da sua distância, nomeadamente do facto de que têm que manter níveis de "stocks" mais altos, como ainda por cima têm prazos médios de recebimento dos mais altos do País, no qual obviamente impera a componente da dívida que a Região normalmente tem para com essas empresas.

Por outro lado, queria que me esclarecesse 4 aspectos, muito rapidamente.

No âmbito da fiscalidade (e calculo eu que esteja a falar de **fiscalidade directa**), como é que o Governo se propõe abordar essa componente?

Quanto às experiências dos transportes feitas nas ilhas do triângulo, acho positivo, todavia há aqui uma componente complexa com a qual é preciso ter cuidado, pois há boas ideias que podem ser mal implementadas. E há um sinal muito errado, ou seja, dar a entender que se podem fazer experiências na área económica e depois o défice dessas operações ser suportado por entidades públicas, porque nessa altura corre-se o risco de ouvir os privados dizerem: "- Então como é que é? O que é que nós estamos aqui a fazer?!"

Em relação ao comércio tradicional, penso que falta aqui uma questão muito importante, da qual pouca gente se lembra e que tem a ver com a formação profissional que tem que ser dada, sobretudo aos quadros médios e superiores dessas empresas, especialmente aos seus próprios donos. O comércio tradicional é feito pelo homem que é dono da empresa e que trabalha no balcão com dois ou três empregados. A maior parte das medidas têm sido no sentido de ajudar os caixeiros etc., e esquecem-se que há que investir no próprio dono. Isto deve-se a alguns resquícios de mentalidade socialista, que espero o Sr. Secretário acabe com isso...

*(Risos da Câmara)*

... podendo essa formação tornar-se extensível às componentes dos quadros superiores e aos próprios donos das empresas - agradeço que o faça.

Enfim, não fez a menção à alienação das participações sociais do Governo, no que concerne ao Turismo, por isso gostaria de saber...

**Presidente:** Agradecia que o Sr. Deputado terminasse, porque já está a entrar no tempo do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Não faz mal. Eu dou-lhe um bocadinho do meu tempo.

*(Risos da Câmara)*

**O Orador:** Já termino, Sr. Presidente.

Portanto, e para terminar, gostaria de saber se o Governo terá um objectivo na alienação dessas participações sociais no Turismo. E seria preferível fazê-lo em operadores turísticos da Região para lhes dar capacidade crítica.

Era só isto. Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

**Deputado Manuel Azevedo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria mostrar o meu agrado e satisfação pela primeira parte da intervenção do Sr. Secretário, quando V. Ex<sup>a</sup>. disse que estaria pronto para responder a todas as perguntas que lhe fossem postas e quando não o pudesse fazer na altura, iria estudar o assunto para dar resposta posteriormente.

Acho que essa é uma postura correcta.

Tomei sempre essa postura quando aí estive sentado, não com a competência que é por todos reconhecida a V. Ex<sup>a</sup>., mas pelo menos com tanta abertura, como aqui o demonstrou. Ao contrário do seu colega da Agricultura, Pescas e Ambiente, que

ontem "antes de ir apoiar o Dr. Adolfo Lima à reunião do ICATT", andou aqui a "nadar e a engonhar" e não respondeu a quase nada daquilo que lhe colocámos!

*(Risos da bancada do PSD)*

Segunda questão:

Ontem, aquando da intervenção do Sr. Deputado Jaime Medeiros, e ao falar do Plano Regional de Habitação, o Sr. Presidente do Governo Regional, num aparte e num gesto rasga papéis, mostrou a esta Câmara que esse Plano era para rasgar!

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Era só a capa!

*(Risos das bancadas do PS e do Governo)*

A pergunta que queria fazer ao Sr. Secretário era no sentido de saber se o Plano Director de Turismo é também para levar o mesmo caminho?

Voltando-me agora para o Pico, concretamente o aeroporto do Pico, sabe-se que esta é uma infraestrutura que todos os partidos durante a campanha eleitoral reclamaram relativamente à melhoria da sua operacionalidade, o que quer dizer naturalmente a sua ampliação. Primeiro, para benefício dos residentes na ilha, que tão fortemente têm sido penalizados pelos cancelamentos, dada a situação e a localização da pista e depois também porque cria problemas aos fluxos turísticos que procuram aquela ilha. Efectivamente, a pergunta é esta: vamos partir para a ampliação da pista ou não?

Em terceiro lugar, é reconhecido que o fenómeno da baleação nos Açores teve e tem uma tradição centenária. Foi proibida a captura de baleias. Temos vindo todos a fazer um esforço - quando digo **todos** quero referir o Governo, autarquias, sociedade civil - na recuperação desse património, pondo-o à disposição dos locais e dos turistas que nos visitam, portanto face a isto, gostaria de saber se é preocupação do Governo continuar a recuperar este património, dando curso àquilo que hoje já se pode chamar o "itinerário baleeiro da Região" e do qual a ilha por onde sou eleito é de facto o núcleo central?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Com efeito, houve algumas partes da intervenção do Sr. Secretário com as quais estou de acordo. Só me admira que isso venha de alguém que está inserido num governo socialista.

Desde logo, concordo com a perspectiva de que o Governo Regional não deve competir com a iniciativa privada e com as empresas privadas.

Assim, gostaria de perguntar-lhe, em primeiro lugar, se defende ou não que as Obras Públicas devem limitar a sua intervenção em termos de infraestruturas e de investimentos de obras e se devem ou não remeter para a iniciativa privada a feitura de algumas delas e que até hoje as Obras Públicas têm desenvolvido.

Gostaria de saber também se o Sr. Secretário defende que sejam fixadas e estabelecidas taxas portuárias e aeroportuárias, que possam incentivar a exportação de bens e serviços?

Por outro lado, gostaria de saber se será política deste Governo criar incentivos às empresas, nomeadamente através da bonificação de juros, que se dediquem a empreendimentos no que concerne as habitações para venda?

Por outro lado ainda, se dentro da política do Turismo, entende este Governo que deve criar condições para o desenvolvimento de projectos regionais no que diz respeito aos chamados portos de recreio e marinas, como forma de incentivo ao turismo na Região?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves. E anuncio que esta é a última inscrição na Mesa para pedidos de esclarecimento.

**Deputado João Greves (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Era para uma pequena pergunta ao Sr. Secretário, relativamente aos Transportes.

Depois de ter-se ouvido falar tanto deste assunto, isto é, Transportes mais para o Grupo Central, eu gostaria de saber se há realmente alguma coisa de concreto acerca da Ilha do Corvo, que em transportes marítimos, infelizmente como o Sr. Secretário sabe, a partir das Flores eles não existem.

Por isso, espero bem que este Governo olhe de maneira diferente para esse problema, pelo menos diferente do que o Corvo tem sido olhado até aqui.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Em princípio, dispõe de 10 minutos, mas como vai responder a vários interrogantes, poderá ir até aos 18 minutos.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Penso que não será necessário utilizar todo esse tempo.

Foram-me colocadas várias questões, talvez não tenha tido tempo para fixar todas elas, contei mais ou menos umas treze, portanto vamos a ver se respondo a todas.

Quanto às ligações aéreas para as Flores, eu convido o Sr. Deputado Paulo Valadão a ter uma reunião comigo e com a administração da SATA, para resolvermos de uma vez por todas os horários, os esquemas dos "toques", para percebermos onde é que estão os problemas.

Fica o convite feito, para termos uma discussão ampla deste assunto, que certamente vai ter custos financeiros, mas tudo o que for feito para racionalizar, para que um cidadão do Corvo possa dirigir-se às Flores e à Horta para apanhar o avião, desde que isso seja possível, será feito.

Se há descoordenação ela tem que acabar.

Em relação às tarifas ponto a ponto, actualmente há uma tarifa multi-destino. Acontece, porém, pelo facto de começar a haver nos Açores uma desproporção na capacidade hoteleira das 3 ilhas - S. Miguel, Terceira e Faial - é provável que mais tarde ou mais cedo, principalmente se a Terceira não evoluir, as tarifas ponto a ponto tenham que ser implementadas.

Para tal, teremos que encontrar em cada uma destas ilhas animação turística para qualquer pessoa que para aqui venha possa ficar durante uma semana e tenha entretenimento suficiente durante este tempo - este é um ponto fundamental que vai acontecer mais cedo ou mais tarde.

Quanto à sazonalidade, e às consequentes medidas para acabar com ela, eu penso que há algumas descritas no Programa do Governo, nomeadamente quando se diz

"fomento da construção das infraestruturas necessárias para a captação do turismo em época baixa, nomeadamente através de criação de centros de congresso".

Nós temos toda a intenção de promover centros de congresso nas três principais ilhas, ou seja, S. Miguel, Terceira e Faial. Só que isso terá que ser feito com tempo. Ou seja, se a Terceira não tem capacidade para ter mil camas, não se pode criar já um centro de congresso naquela ilha. Em S. Miguel, por exemplo, essa capacidade já existe, portanto poderemos promover um centro de congressos nesta ilha.

Todos nós sabemos que durante a época baixa os congressos são fundamentais para promover o Turismo. O que quer dizer que temos que apanhar o comboio dos congressos.

Temos que fazer estudos para sabermos a que nível devemos ir, para captar o que é mais procurado.

Como é que serão feitos esses centros de congresso?

Vamos estudar as maneiras possíveis, iremos contactar as Câmaras do Comércio, as autarquias e provavelmente o Governo terá um espírito inicial, dando algum dinheiro. Podemos contactar os hoteleiros, dando-lhes a gestão. Enfim, há muitas modalidades e há que estudar a que melhor serve os diversos agentes do turismo.

Relativamente ao Porto da Horta julgo que fui claro quando disse que será mantida a ligação da Transinsular - quanto a isso não há qualquer dúvida.

Em relação ao gabinete de planeamento criado há pouco tempo nesta Secretaria para estudar os sistemas de incentivos, devo dizer aos Srs. Deputados que ele já produziu um documento sobre isso que abrange todos eles, excepção feita aos que são aplicados à agricultura. Esse documento será entregue à Secretaria Regional das Finanças, nós iremos estudar melhor este processo e só, com algum tempo, iremos dizer o que vamos fazer.

A nossa ideia chave é que actualmente o sistema ora em vigor permitiu irregularidades processuais. Ou seja, há pessoas que concorrem para um sistema, outro e mais outro, e para a mesma coisa, e isso passa.

Para além disso, há sistemas de incentivos que não são utilizados na sua totalidade e há outros em que há "overbooking".

Quanto à intervenção do Sr. Deputado José Monjardino em relação à minha pessoa, agradeço as suas palavras.

Devo dizer-lhe que isto não se trata de uma política liberal, mas sim o sentimento do Partido Socialista.

Nós vivemos demasiado tempo numa situação em que o estado, talvez por alguma necessidade - é preciso dizê-lo - deu um impulso maior em determinadas ilhas. Mas é chegada a hora desse mesmo estado retirar-se dessas ilhas e dar lugar aos privados.

No que diz respeito ao comércio tradicional versus formação profissional, eu sinto e aprecio o que disse o Sr. Deputado José Monjardino, é verdade!

E nós já o dissemos quando contactámos com a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

Além disso, tem que haver uma nova mentalidade por parte dos comerciantes, no que concerne os horários de abertura ao público. Pois é evidente que o pequeno comércio tem que estar aberto nas horas em que as pessoas têm disponibilidade de fazer compras. Não pode estar fechado à Sexta-Feira à noite e ao Sábado, porque é nessa altura que as pessoas têm tempo para fazerem compras.

Antigamente, quando as mulheres não trabalhavam, é que as donas de casa podiam ir fazer compras durante os dias de semana. Mas actualmente, toda a gente trabalha, por isso o pequeno comércio tem que abrir ao fim-de-semana.

O que acontece em S. Miguel é que as pessoas vão passear para os "hipers" ao fim-de-semana. E se não estiverem abertos nessa altura, por mais que se faça formação profissional, as pessoas não vêm à baixa e não vêm fazer compras.

A alienação das participações da Região em empresas do sector, está descrita no ponto 11 do Programa do Governo.

Nós iremos promover essas alienações com calma, de forma a privilegiar as forças vivas de cada região onde elas estão inseridas. E, sempre que possível, evitaremos situações de monopólio. Mas as regras do jogo têm que estar sempre abertas.

No que concerne o Plano de Turismo, seria da minha parte um erro rasgar coisas que foram feitas com a colaboração de muita gente.

O Plano de Turismo teve vários aperfeiçoamentos e não é um trabalho acabado, pois provavelmente haverá que fazer reformulações.

Há determinadas áreas sectoriais que carecem de aperfeiçoamento.

Também não deve ser demasiado rígido, mas deve ter sim uma certa flexibilidade. No entanto, estou em crer que é um bom Plano, o qual devemos ter em consideração.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Foi feito em diálogo.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral):** Está a ver? Se as outras coisas tivessem sido feitas assim, talvez tivessem mais sucesso!

**O Orador:** Há que definir as zonas pontuais que carecem de aperfeiçoamento e pormenorização.

Em relação ao aeroporto do Pico, devo dizer que há já estudos a decorrer sobre isso.

Eu falei com a direcção da SATA, falei-lhes do aumento da largura. E explicaram-me que o não aumento não impediria a aterragem dos aviões, isto é, mesmo com esse aumento, há que atender ao mau tempo que se faz sentir por vezes, e dadas as condições da ilha, a frequência não iria aumentar significativamente. Mas só com um estudo aprofundado é que poderei dar uma resposta cabal sobre isso.

É evidente que o aeroporto, tal como está, não serve bem as populações da Ilha do Pico.

Eu próprio já sofri esses problemas de ir para o aeroporto, chegar lá o tempo estar de Sueste e não haver grandes perspectivas de realizar-se um voo no dia seguinte, porque a direcção do vento será a mesma. O serviço realizar-se-á através do aeroporto da Horta.

Eu sei que isto é altamente penalizante para a ilha, por isso vamos tentar encontrar as melhores soluções para esse problema. Mas é preciso estudar essa matéria e eu não sei o suficiente ainda para poder pronunciar-me sobre esse assunto.

Quanto à baleação, é evidente que a animação turística é fundamental.

Nós temos que promover a animação do turista durante vários dias. O que quer dizer que se deve estudar todas as possibilidades de ocupar o turista mais um dia aqui, é fundamental. Porque nós temos que ocupar o turista durante os 7 dias que ele tem.

No dia em que o turista chega à Horta terá que visitar o Faial, depois Pico e se calhar o triângulo completo. E tem que ir satisfeito para fora.

Taxas portuárias e aeroportuárias:

Em relação às primeiras, eu referi que nós as iríamos baixar. Actualmente a exportação é taxada de cerca de 70% da importação.

Tive uma discussão bastante aprofundada com os elementos da Junta Autónoma dos Portos, nomeadamente de P. Delgada, estudámos os vários itens em que são taxadas as diversas mercadorias.

Faremos o possível para estudar uma nova modalidade em que se baixe os custos das tarifas portuárias, relativos à exportação de produtos manufacturados e à importação de matérias primas, para mais uma vez beneficiar quem aqui trabalha e quem aqui produz riqueza, pretendendo competir com o exterior.

Em relação às habitações para venda, penso que isso não está dentro da minha área.

Quanto às marinas, posso dizer-vos que a Marina da Terceira, a cargo da Junta Autónoma dos Portos, vai ser estudada, pois não conheço ainda o projecto. E se houver alguma coisa a melhorar e se houver alguém que queira participar na avaliação daquele projecto, estou aberto a isso.

Em relação à Ilha do Corvo, penso que aquilo que referi para o Deputado Paulo Valadão, também aplica-se para essa ilha. Estou pronto a discutir com os habitantes, nomeadamente com as forças vivas da ilha, no sentido de saber qual a forma de melhor servi-la, em termos de horários de transporte aéreo e em termos de ligações marítimas.

É óbvio que tratando-se de uma ilha com 350 habitantes, não podemos ter o mesmo grau de acessibilidade que têm outras ilhas com maior número de habitantes. Mas também é verdade que qualquer cidadão do Corvo tem o direito de ter acesso, principalmente em alturas gravosas para a sua saúde. Um grau de acesso que lhe permita, sempre que possível, fazer uma ligação a Lisboa no mesmo dia.

**Deputado João Greves (PP):** Não estou a pedir isso.

**O Orador:** Quando eu falei de ir e vir, foi porque ouvi essa afirmação de que era necessário ir e vir no mesmo dia e isso é impossível para as Flores e Corvo e continuará a ser.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O tempo é curto, por isso gostaria de dizer apenas ao Sr. Secretário Regional que a partir do término do nosso Plenário, estou perfeitamente disponível para consigo e com a administração da SATA vermos estes problemas com a profundidade que desejar.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

**Deputado José Manuel Nunes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Economia:

Uma vez que o Sr. Secretário fez o convite ao Sr. Deputado Paulo Valadão para assistir à reunião com o conselho de administração da SATA, e visto que se trata de um problema que diz respeito à Ilha do Corvo, gostaria também de participar na referida reunião.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral):** O Sr. Deputado também quer?!

*(Risos da Câmara)*

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** E se quisesse, também não podia ser?!

Parece até que não estamos perante um Governo de diálogo aberto!

Parece que têm receio.

Então se querem dialogar, não querem fazê-lo com toda a sociedade?! Por que não?

*(Risos da bancada do PSD)*

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer-lhe, em primeiro lugar, que estou de acordo consigo quanto à necessidade de construção de infraestruturas ligadas a congressos.

Aliás, ao longo destes últimos anos, tem vindo a ser feito um esforço promocional nessa matéria, e tem havido uma correspondência bastante significativa e justamente durante o ano, realizam-se algumas largas dezenas de congressos de dimensão diversa na Região Autónoma dos Açores. E esse tipo de infraestruturas é muito importante.

Queria congratular-me também, porque quando fiz a pergunta de quem seriam os responsáveis pela construção dos centros de congresso, era justamente para saber se o Governo estava interessado em iniciar e apoiar o arranque, portanto congratulo-me, como já disse, com essa situação.

E era também para lembrar ao Sr. Secretário que precisamente no início da fase de arranque do Turismo nos Açores, o Governo interveio na participação do capital social de algumas empresas turísticas, como forma de dar essa arrancada inicial.

E a partir de 1988, tomou a decisão de não participar na feitura de mais unidades, a não ser daquelas com as quais já tinha compromissos assumidos. E assim fez. Tanto é que ao longo destes últimos anos, o Governo anterior procedeu à alienação das participações nas sociedades PROTUROTEL, proprietária dos hotéis Avenida e Açores Atlântico, da sociedade TUROTEL, propriedade do hotel Angra, da SITUR JORGENSE, propriedade da Estalagem das Velas, bem como na AÇORTUR em que hoje em dia a participação do Governo Regional é praticamente nula, o mesmo acontecendo também com a SITURPICO, dispondo apenas de participações maioritárias na Residencial da Graciosa - GRACITUR, Residencial esta que, como sabe, tem uma reduzida capacidade, isto é, uma capacidade de apenas 12 quartos.

Portanto, gostaria que ficasse aqui perfeitamente esclarecido e entendido que cada coisa no seu lugar.

Da mesma forma que agora será importante o Governo apoiar a construção do centro de congressos. foi há 20 anos atrás fundamental para o desenvolvimento do Turismo na Região que o Governo participasse nessas empresas turísticas, porque senão - digo-lhe, Sr. Secretário, com a experiência que tenho e por aquilo que conheço - se não tivesse sido assim, talvez não estivéssemos no estado de desenvolvimento de turismo, ainda não aquele que se pretende, mas na altura - temos que ser realistas - também os empresários não abundavam.

Por outro lado, gostaria de dizer que estou totalmente de acordo com o que refere relativamente à animação turística.

Na verdade o que o Sr. Secretário acabou de dizer são verdades à "La Palice", isto é, que é necessário haver maior animação turística - estamos perfeitamente de acordo, muito embora ela não deva ser entendida apenas por certas e determinadas acções que são feitas.

Há muita coisa que é animação turística, como o Sr. Secretário bem sabe, e que às vezes à luz dos habitantes das referidas ilhas e da Região, parece que não é animação turística, no entanto, há pequenas situações que para um turista o são.

**Presidente:** Sr. Deputado, pediu a palavra com que efeito?

**O Orador:** Sr. Presidente, era para participar no debate.

**Presidente:** Exactamente. A forma de participar no debate neste momento, é pedir ou dar esclarecimentos.

**O Orador:** Pronto, então eu já termino.

Portanto, gostaria de saber se o Sr. Secretário tem algumas ideias sobre algumas medidas ou experiências diferentes que pretenda implementar na área da animação turística, para além daquelas que hoje em dia estão já em funcionamento na Região.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se é certo que é mais importante aprofundar os temas que ora estão em debate do Programa deste Governo, e se é certo também que não nos cabe julgar o Governo anterior porque isso foi feito no passado dia 13 de Outubro, não é menos certo e não podemos deixar passar em claro algumas posições assumidas nesta Casa, só porque se muda de funções.

Em primeiro lugar, tenho que dizer já que é minha profunda convicção que o caso do aeroporto do Pico será equacionado por este Governo, dentro do Plano de Médio Prazo. Tenho essas garantias e sobre esse assunto não preciso de mais dados concretos, porque isso aparecerá nos documentos próprios e a seu tempo.

Quando o Sr. Secretário Regional da Economia se refere a estudos, eles são para resolver um caso, porque é preciso que se diga aqui e agora que houve estudos que vieram tratar deste problema, mas que à partida já estavam de tal ordem postos em questão, que a conclusão era evidente, ou seja, era para não se fazer.

Eu recordo, por exemplo, que quando no Plano de Médio Prazo 1993/96, nos dois últimos anos, estava claramente inscrita uma verba, aprovada nesta Casa por aquela bancada que na altura era a maioria e quando se chegou à altura da execução passou-se e aprovou-se com os votos contra **desta bancada**, esse estudo.

Para os menos avisados nalgumas destas questões, nessa altura o Deputado que hoje se senta na bancada do PSD, o ano passado estava no Governo. E quando o Governo foi ao Pico e nós colocámos-lhe claramente a questão, esse Sr. Deputado, então governante, não teve a preocupação que hoje tem e demonstra nesta Casa, mas ainda bem que o demonstra, para bem do interesse do povo dos Açores e da minha ilha. Ainda bem que hoje já está connosco nessa preocupação.

Era só. Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Economia:

Era apenas para dizer que tratando-se de um assunto de magna importância para a população das ilhas do Grupo Ocidental, eu também faço questão de estar presente e tomar parte nas conversações que vierem a ter lugar sobre a problemática das ligações marítimas e aéreas para a Ilha das Flores e por tabela - vou dar uma ajudinha - para a Ilha do Corvo.

*(Aplausos da bancada do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

**Deputado Manuel Azevedo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente tenho que dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila e à Câmara.

Quando o Governo esteve no Pico, Sr. Deputado, nunca me foi presente nem sequer ao conselho do Governo, qualquer questão relativa à ampliação do aeroporto do Pico. Tão só, tenho conhecimento do Sr. Secretário Regional dos Transportes da altura, ter feito chegar às forças vivas do Pico um estudo que tinha relativamente ao assunto. E daqui desafio-o para dizer se alguma vez, quando estive sentado naquela bancada, pública ou privadamente, disse que não devia ser melhorada a operacionalidade do aeroporto do Pico!

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila para responder.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero esclarecer uma situação de... presença física ou não física. O Governo (o sexto) teve o condão de quebrar, na sua visita à Ilha do Pico, com a tradição anterior. Isto é, o Governo reunia com deputados e autarcas, no entanto em Julho deste ano tal não aconteceu. E o Sr. Presidente do Governo anterior, preferiu ir reunindo por capelinhas, como na altura o dissemos.

Portanto, quanto à presença física do Sr. Deputado Manuel Azevedo, na altura Secretário Regional do Turismo e Ambiente, estamos entendidos.

Porém, quando ele esteve aqui sentado nesta bancada e quando eu daquela tribuna falei, mais do que uma vez, em recuperar o Plano de Médio Prazo aprovado principalmente em relação a essa questão, ele simplesmente ficou "mudo e queto".

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia para prestar esclarecimentos. Dispõe de 10 minutos.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação aos centros de congresso é evidente que estes não são a mesma coisa que um hotel.

Ainda temos hotéis, nomeadamente em S. Miguel, que estão em situação bem complicada, como sabem. Basta olhar para o passado.

Um hotel emprega muitas pessoas. Um centro de congresso é apenas uma infraestrutura. Abre quando começa o congresso e fecha quando este termina.

É preciso um investimento inicial, é verdade. Também é preciso que haja coordenação para a sua utilização. Procuraremos encontrar essa coordenação e esse investimento inicial, com o apoio do Governo e com as entidades interessadas.

Quanto à animação, cada ilha tem que ter as suas próprias particularidades.

O Sr. Deputado sabe muito bem que na Ilha do Pico há determinadas coisas e na Ilha de S. Miguel há outras.

Há, portanto, que explorar zonas que nós sabemos que são potencialmente importantes para a animação turística.

Por exemplo, no caso de S. Miguel, há zonas que têm sido muito mal tratadas, como é o caso das Furnas e de Vila Franca.

Se nós fizermos um concurso de ideias para certos pontos das Furnas, ou da Vila Franca, podemos encontrar atracções fenomenais, em que o turista seja obrigado a ir lá, porque tem um parque extraordinário.

Se olharmos bem para o caso de S. Miguel, verificamos que as principais atracções turísticas não foram feitas por nós, mas sim pelos nossos antepassados. Por isso, é preciso mudar esse estado de coisas.

O que é que nós fizemos a não ser hotéis?!

Olhe-se para o parque das Furnas, por exemplo.

É evidente que há outras coisas a fazer dentro da animação, tais como passeios a pé, visitas aos principais monumentos, etc.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Ó Sr. Secretário, isso não é bem animação turística!

**O Orador:** Relativamente ao que disse o Sr. Deputado Herberto Rosa, é óbvio que terá o seu lugar assente nessa reunião.

Penso que esse encontro vai ser proveitoso. E todas essas descoordenações vão acabar de uma vez por todas, logo que seja financeiramente viável.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

**Deputada Fernanda Mendes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste momento em que pela primeira vez subo a esta tribuna as minhas palavras são de saudações a V. Exa<sup>a</sup> Sr. Presidente, às Sras. e Srs. Deputados e aos Srs. Membros

do Governo, e referir, ainda, a honra que me é dada sentir por fazer parte desta Assembleia, Instituição primeira do Sistema Autónimo Açoriano, cujo papel procurarei desempenhar de uma forma idónea e responsável, de acordo com o que é suposto ser-se quando somos mandatados, para o efeito, através do voto popular.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta minha intervenção, ao contrário do que se poderia supor, não irá no sentido de minuciar os diferentes aspectos contidos no capítulo 8 do Programa do Governo, que entendo estarem bastante explicitados, e sim para discorrer sobre os princípios que nortearão a implementação dos conteúdos do referido capítulo.

Relembrar princípios, base das intervenções de ordem política, quer de índole geral quer sectorial, deve, no meu entender, fazer parte de momentos como estes para melhor se compreender o sentido das propostas apresentadas.

Assim, começo por relembrar, pois nunca é demais repeti-lo, nos Açores, somos 9 - todos diferentes e todos iguais - dizeres sábios daqueles que procuram conhecer os fenómenos relacionados com as pessoas e suas manifestações sócio-culturais.

Esta verdade, universal e universalista, deverá ser a premissa de onde emerge o justo equilíbrio que pretendemos para o desenvolvimento da terra e gentes açorianas, muito particularmente no que diz respeito ao seu bem estar biológico, psicológico e social.

O nosso século trouxe-nos este conceito de saúde, (bem estar biopsicosocial), abrangente e pleno, tal como o é o ser humano - um ser que é, e está, um ser em desenvolvimento constante na sua interacção com o Meio que o rodeia, incluindo neste o social e ambiental.

Desta forma, para que possamos encetar a tarefa de proporcionarmos mais Saúde, e por consequência, mais e melhores anos à nossa população, não podemos esquecer que é necessário a existência de paz, habitação, educação, alimentação, um ecossistema estável de recursos "sustentados", justiça social e equidade.

Assim, a Saúde, situa-se numa encruzilhada de múltiplos factores onde obrigatoriamente o acesso aos cuidados de saúde se incluem.

Se a acessibilidade aos cuidados de saúde é a "porta" que deverá estar permanentemente aberta aos cidadãos, esta questão, enquanto problemática do Sistema de Saúde, relacionada com a **prestação de cuidados**, costuma, no entanto,

estar presente no discurso e preocupações de ordem política, o mesmo já não se passa com aquelas questões que poderão levar à melhoria efectiva da qualidade da saúde e longevidade dos cidadãos, e que são as políticas de **Promoção da Saúde e Prevenção da Doença**.

A nossa aposta, nestes dois pilares - Promoção da Saúde e Prevenção da Doença - passará forçosamente pela cooperação intersectorial em áreas como as da Educação, Desporto, Juventude, pois problemas como as Doenças Sexualmente Transmissíveis, Infecção pelo HIV (SIDA), as Hepatites B, as Toxicodependências, são sempre doenças do foro sócio/individual onde a multifactoriedade é a regra por excelência.

A aposta na Promoção da Saúde e Prevenção da Doença passará por uma série de medidas (programa do governo págs. 62, 63, e 64) tais como o reforço dos serviços de saúde pública, a vigilância sanitária e epidemiológica, promoção de rastreios e exames sistemáticos devidamente testados e controlados, apoio a programas de auto e entajuda para toxicodependentes, tanto de drogas lícitas como ilícitas.

Se este programa do governo, põe um acento tónico nesta área da Saúde, não poderá, em consonância de atitudes, deixar de imprimir, também, uma dinâmica crítica e reformadora na componente relacionada com a prestação de cuidados de saúde.

Importa assim: flexibilizar o Sistema e inovar nas áreas carenciadas, como por exemplo, criando alternativas à falta crónica de médicos de família na Região; gerir com rigor os recursos de instalações, equipamentos e recursos humanos, criando outros modelos de gestão, quer para os Hospitais quer para os Centros de Saúde; melhorar a oferta de cuidados de saúde nas Unidades de Saúde nas ilhas onde não há hospitais, incentivando a deslocação de especialistas a essas Unidades de Saúde, ao mesmo tempo que se desburocratiza a acessibilidade a essas especialidades fora da ilha, através da reformulação das regras de encaminhamento/deslocação dos doentes.

No entanto, importa, ainda, lembrar, que sendo o utente/doente um ser único e uno, não poderá ser dividido em níveis ou categorias de cuidados de saúde, pois uma coisa é a organização das Unidades/Serviços de Saúde, outra é a qualidade/tipo de cuidados médicos que o cidadão necessita num dado momento do seu percurso de vida.

Com isto queremos dizer que a dignidade, eficácia e eficiência que se possa imprimir ao atendimento e realização do acto clínico tem a ver, sempre com o princípio relacional técnico/humano, independentemente de ser efectuado numa unidade de saúde - Centro de Saúde ou Hospital.

A manutenção da qualidade dessa relação passa pelo investimento na formação contínua e sistemática dos técnicos de saúde, bem como de todos os funcionários que lidam com os doentes/utentes - tarefa em que pretendemos intervir de uma forma incisiva e coerente.

É necessário salientar ainda que, a especificidade intrínseca do acto médico, consubstanciada na relação médico/doente nada tem a ver com a especialidade do médico e sim com o encontro de duas pessoas, num dado momento, em que uma precisa de ajuda e outra é detentora do saber que a pode proporcionar.

Isto quer dizer tão somente que, a questão maior, quando referenciamos o cidadão como sendo o centro de qualquer sistema de saúde, não é saber se as Unidades de Saúde A e B têm os recursos para tratar todas ou a maior parte dos problemas de saúde daquela população, e sim, a qualidade e eficácia dos que se podem prestar, em íntima relação com a acessibilidade aos restantes cuidados, onde eles existam, o mais próximo possível dessa comunidade, para conforto da mesma.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para mim, médica nada e criada à volta do 25 de Abril de 1974, participante activa do estado nascente da descentralização e generalização dos cuidados de saúde a todos os cidadãos, do nosso país, e que se vieram posteriormente a organizar em Serviço Nacional de Saúde e Serviço Regional de Saúde, pertenço, ainda, aqueles que acreditam e persistem na tarefa de procurar novos caminhos para a Saúde, mesmo quando o cepticismo das dificuldades económico/financeiras nos torna anémicos e cisma em nos tornar falhos de inspiração e forças.

Nesta tarefa, com certeza, não estou só, quanto mais não seja porque a partilha da angústia de nos vermos, ou de virmo-nos a sentir doentes, a todos, mais dia menos dia, chega por igual.

Tenho dito!

*(Aplausos das bancadas do PS ,Governo, PP, PCP e dos Deputados Sociais-Democratas Aurélio da Fonseca e Ana Carolina Silva).*

**Presidente:** Depois deste belo som novo na música desta Assembleia, vamos regressar à música tradicional com o Sr. Deputado Humberto Melo.

*(Risos da Câmara)*

Desculpe, Sr. Deputado Humberto Melo, mas é que o Sr. Deputado António Menezes pediu a palavra para esclarecimentos. Terá que aguardar um pouco.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Menezes.

**Deputado António Menezes (PSD):** Sr Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Fernanda Mendes:

Eu estava para me ausentar da Sala, quando ouvi o Sr. Presidente chamar V. Ex<sup>a</sup>. para intervir. E, imediatamente, voltei para trás e preparei-me para ouvir uma intervenção que sabia que à partida ia ser muito bem pensada, muito profunda e no fim da qual, devo confessar, estou completamente de acordo com as ideias e princípios que a Sr<sup>a</sup>. Deputada acabou de desenvolver.

Penso que não é nada de estranho esta minha concordância, na medida em que em termos de princípios, de filosofia de base, efectivamente pelo conhecimento que tenho de si, há realmente uma grande base de consenso e de acordo.

Por consequência, se houve alguém da minha bancada que também estaria à espera de que eu discordasse profundamente da Sr<sup>a</sup>. Deputada e desse início, a partir de hoje e aqui, a uma grande polémica, vai ficar frustrado, porque esta minha intervenção será para dizer que concordo com os princípios desenvolvidos pela Sr<sup>a</sup>. Deputada. Divergências, porém, existirão, quando entrarmos na concretização dos princípios que V. Ex<sup>a</sup>. aqui defendeu.

Muito obrigado.

**Presidente:** Pelos vistos, boa era a música e boa era a letra.

*(Risos da Câmara)*

Tem então a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo para uma intervenção.

**Deputado Humberto Melo (PSD):** Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Deputados:

Ao subir, nesta legislatura, pela primeira vez, à tribuna dos oradores desta Casa, quero saudar cordialmente o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa e os Srs. Deputados, como legítimos representantes do Povo dos Açores.

Estendo, também, os meus cumprimentos ao Sr. Presidente do Governo e aos Srs. Secretários Regionais:

Todos trabalharemos na certeza de que a procura do bem comum e o espírito de serviço são os pilares da Autonomia, como o melhor caminho para o desenvolvimento dos Açores e para o progresso e o bem-estar dos açorianos.

Assim, cumprimos Portugal!

Sr. Presidente da Assembleia, Sras e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Secretários Regionais:

O resultado das eleições legislativas do passado dia 13 de Outubro, responsabiliza o Partido Socialista como factor de mudança na orientação e na estratégia política nos Açores.

Deveria, assim, o Programa do Governo, apresentado à Assembleia Legislativa, corresponder às expectativas criadas junto dos eleitores, traçando, portanto, um novo rumo e novos objectivos políticos para a nossa Região Autónoma.

É esse o ponto de partida para a avaliação do documento em apreço.

Se é verdade que o Programa do Governo contém medidas que mais não são do que variantes de propostas ou opções de sempre do Partido Social Democrata, é também verdade que não subscreveríamos muitos pontos por discordarmos ou por considerarmos que são de realização impossível, por falta de sentido prático ou por inviabilidade financeira.

Mas, a realidade é que a maioria relativa dos açorianos votou no Partido Socialista, acreditando sobretudo nas **novas propostas** e nas suas **promessas eleitorais**.

Agora é preciso cumprir!

O julgamento já começou!

Ainda estando em discussão o seu Programa, o Governo e o Partido Socialista já dão sinais de arrepio de caminho no cumprimento das suas promessas, não se poupando mesmo a algumas contradições e assumindo, com leviandade política, de que tudo está um caos logo é muito difícil, ou quase impossível, endireitar.

É preciso estar preparado para governar!

É preciso falar verdade aos açorianos.

Falam da dívida pública e pesada herança, lançando insinuações e suspeições e insinuações para habilidosa e matreiramente se desculpabilizarem.

Não será que as Contas da Região são públicas e que sempre foram submetidas a parecer do Tribunal de Contas que, em confronto com as Contas do Orçamento do Estado, as considerou exemplares?!

A dívida pública **contraída legalmente** pela Região, foi para fazer face a **investimentos essenciais** e imprescindíveis para arrancar as nossas ilhas de atrasos seculares. E, se ela hoje atinge o limiar dos rácios para um saudável equilíbrio orçamental, é porque da parte do Estado não obtiveram as verbas justas e adequadas para podermos assegurar nos Açores os padrões médios de vida do nosso País.

Estava em causa o direito de cidadania e princípios de coesão económica e social, constitucional e estatutariamente consagrados.

Se, no passado lutámos, agora, vamos continuar a lutar para encontrar um novo modelo de transferências financeiras entre o Estado e a Região que introduza princípios de certeza e critérios objectivos que possibilitem acelerar a convergência real entre a nossa economia insular e a economia nacional.

Manteremos sempre a nossa coerência de princípios.

Antes, o Partido Socialista, defendia que o Orçamento do Estado de 1997 era BOM no que se refere às transferências para a Região a título de custos de insularidade.

Hoje, no Governo, diz que é **satisfatório** e, ontem, que é mesmo insuficiente.

Então têm duas medidas: uma na oposição e outra quando é governo?

Onde está a defesa do interesse regional?!

O Partido Socialista diz não pretender a transferência de competências para Lisboa nas áreas da saúde e da educação, mas sim o seu financiamento, enquanto o Sr. Ministro das Finanças diz (e cito) "não é possível estabelecer formas de

financiamento que não correspondam a um poder efectivo de decisão sobre o destino das receitas".

Quem tem razão, afinal?

Em que ficamos!?

Falam de filhos e enteados, acusando o PSD de clientelismo, quando no actual Governo e na Bancada parlamentar do Partido Socialista estão elementos que desempenharam altas funções públicas na Administração e no sector Empresarial, por designação de Governos Social-Democratas e com alguns dos quais tive então gosto e o privilégio de trabalhar.

E, a procissão ainda vai no adro!!

Apontam o dedo acusador ao PSD no que diz respeito a sistema de incentivos, parecendo esquecer que, hoje em dia, nos apoios financeiros ao investimento participam as autarquias locais, as câmaras do comércio e até existe um Conselho de Incentivos que tem por objectivo principal proceder à gestão e à coordenação global dos sistemas financeiros de apoio ao investimento.

Não se podem fazer insinuações capciosas, antes há que agir no cumprimento rigoroso da lei.

No plano da promoção dos produtos açorianos no exterior da Região, tem sido imprescindível a participação das Câmaras do Comércio e os resultados são aplaudidos pelos empresários.

Falam tanto de relacionamento com a Região Autónoma da Madeira, sobretudo numa perspectiva de intensificação da cooperação económica, particularmente, nos domínios da exportação de produtos açorianos e na inclusão dos Açores nos interessantes fluxos turísticos da Madeira, como se até agora nada tivesse sido feito.

É preciso recordar o importante papel que a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores tem feito nesta área. E, por ironia do destino, o Sr. Deputado José António Monjardino, então Presidente daquela Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e eu como responsável da SRE, integrámos entre outros, a delegação açoriana que participou em 1991 na Cimeira Insular Madeira/Açores.

Como se constata, é um trabalho de há vários anos, que exemplifica que o Partido Social Democrata privilegia o diálogo e a participação dos agentes económicos e sociais no processo de desenvolvimento dos Açores.

Nós, no Partido Social Democrata, sempre tivemos espírito de humildade democrática, apesar das vitórias expressivas que obtivemos no passado, e sempre praticamos o diálogo em detrimento de falar em diálogo. Nunca um Presidente do Governo da responsabilidade do PSD aí sentado, para contrapor a uma intervenção de um Sr. Deputado que mostra um documento de suporte a um discurso, ripostou - "isso é para rasgar" - fazendo também expressivamente o gesto correspondente.

**Presidente do Governo Regional** (*Carlos César*): O Sr. quando chegar ali fora diz que era a brincar!

**O Orador:** Deve tratar-se de ARROGÂNCIA DIALOGANTE, Sras. e Srs. Deputados.

**Presidente do Governo Regional** (*Carlos César*): Os Srs. até chegaram a meter o nosso programa no lixo!

Foi o próprio Dr. Mota Amaral, ali mesmo à minha frente!

**O Orador:** Ficou demonstrado no debate do vosso Programa que o Governo e a sua Bancada estiveram mais preocupados em criticar o passado do que a apresentar, como lhes competia, as medidas políticas a prosseguir durante os próximos quatro anos, estabelecendo prioridades e estratégias para atingir os grandes objectivos a que se propõem.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nas últimas eleições regionais, funcionou o velho princípio da alternância democrática.

O Partido Social Democrata recebeu o mandato do povo para ser o maior partido da Oposição.

Assumimos tal mandato democrático com sentido de responsabilidade e com humildade, convencidos de que em Democracia é tão importante ser governo como ser oposição.

Seremos uma oposição firme.

Não ficaremos agarrados ao passado!

Jogaremos antes ao ataque, trabalhando hoje com o sentido de estarmos a construir o amanhã!

Não hajam, todavia, dúvidas de que o Partido Social Democrata tem orgulho justificado pelo que fez nos Açores durante duas décadas, em que teve responsabilidades de governação e de condução dos assuntos políticos na Região.

Foi tempo da arrancada para o progresso e para a modernização.

Foi tempo de preparar os Açores para o novo milénio.

Foi um tempo histórico.

Se nesse período o Partido Social Democrata exerceu com eficiência e dignidade as funções de Governo e Maioria, assume agora com ânimo e de cabeça erguida as tarefas da Oposição.

Podem os açorianos, o Governo e os partidos políticos com assento parlamentar, contar com o Partido Social Democrata para uma oposição séria, responsável e leal.

Não praticamos a demagogia!

Não ampliaremos os conflitos.

Não vamos explorar as insatisfações!

Não fabricaremos problemas!

Nós, Partido Social Democrata, queremos ser sempre um partido de projecto, com alternativas claras e objectivas, e preparado para o funcionamento da alternância democrática, através de eleições.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Sendo o Programa do Governo um contrato de legislatura, aconselharia a que fossem estabelecidos objectivos mensuráveis ou mesmo fixadas algumas metas e prioridades e até preconizadas estratégias.

Tal não aconteceu e só, excepcionalmente, foram referidos objectivos verificáveis, o que vem dificultar a avaliação do cumprimento do Programa.

Antes, talvez à pressa com receio das infidelidades da noiva, entregou o Governo um documento demasiado genérico ou vago, omissos em áreas sensíveis e estratégicas, que mais pretende descrever aquilo que gostavam que acontecesse, como se bastasse falar num assunto para que ele se resolva!

Infelizmente, assim não é!

Ficamos então a aguardar a concretização do Programa no Plano e no Orçamento que, anualmente, serão apreciados nesta Câmara, para então podermos avaliar o cumprimento pontual e integral das promessas eleitorais.

É essa a tarefa que cabe à Oposição.

O PSD, respeita a vontade soberana do povo e mantém-se fiel ao valor da estabilidade como factor de progresso e de desenvolvimento.

O Partido Socialista ganhou as eleições regionais e, assim, a obrigação de governar, respeitando o mandato democrático que lhe foi conferido pelos eleitores e cumprindo os compromissos que assumiu perante os açorianos.

Mas, desde já, fica claro que o PSD se opõe ao Governo e não avaliza o seu Programa.

Parece que, assim, alinhamos com o Primeiro-Ministro, Eng.º António Guterres, que rejeitou os modelos de Michael Porter e de Belmiro de Azevedo que enformam o modelo económico e a orgânica do Governo do PS/Açores.

O julgamento definitivo caberá aos açorianos e só pode ser feito em razão das medidas e das políticas concretas que o Governo conseguir empreender durante o seu mandato.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento** (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas um breve apontamento, até para agradecer as palavras que me foram dirigidas pelo Sr. Deputado Humberto Melo e também para fazer um reparo.

Efectivamente, nós temos a perfeita consciência do que nos espera num caminho árduo e difícil de percorrer.

Nós temos perfeita consciência - e pegando em palavras do Sr. Deputado - de que "a procissão ainda vai no adro", mas Sr. Deputado deixe sair pelo menos o "andor"!

E, neste caso, o andor será precisamente a Lei de Finanças Regionais. E aí, como referi na minha intervenção ontem, nós pomos muito esperança.

Gostaríamos também que quando esta lei conhecesse a sua aprovação na Assembleia da República e entrasse em execução, tivesse o mesmo acolhimento aqui nos Açores que teve o decreto que instituiu a nossa Autonomia em 1895 e que foi descrito por Francisco de Faria e Maia da seguinte maneira:

"Não faltaram manifestações de regozijo, iluminações, bandeiras, foguetes, músicas e correlativa sessão solene na Câmara Municipal.

A ela concorreram regeneradores governamentais, regeneradores autonomistas, progressistas, esquecidos ressentimentos, zangas e dissidências que os haviam separado por ocasião das últimas eleições.

Agora todos confraternizavam e reclamavam a glória de terem obtido desejado decreto".

*(Risos dos Membros do Governo)*

Nós não nos importamos nada de partilhar convosco e com todos os partidos com assento parlamentar, a glória de conseguirmos uma Lei de Finanças Regionais vantajosa para a nossa Região.

**Vozes do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

**Deputado Humberto Melo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata sempre defendeu o interesse regional acima de tudo.

É uma missão histórica e podem o Partido Socialista e o Governo contar com o PSD.

Não há aqui alterações de estratégia. Aliás, isso está patente na minha intervenção, ou seja, que o PSD mantém o seu rumo firme, porque é um partido de princípios e de coerência.

Muito obrigado ao Sr. Secretário pelas suas palavras simpáticas, naquilo que se refere à nossa caminhada numa determinada fase do processo em que trabalhámos juntos, e volto a repetir aqui nesta Câmara que foi um gosto e um privilégio trabalhar com V. Exa..

Votos também de um bom trabalho no desempenho destas novas funções.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Sousa.

**Deputada Fátima Sousa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sendo a 1ª vez que subo a esta tribuna, permitam-me que em 1º lugar cumprimente Vossas Excelências a todos desejando as maiores felicidades para o desempenho das suas funções.

Formulo sinceros votos para que o nosso trabalho em conjunto seja profícuo, assente em princípios de diálogo, criatividade, coragem e determinação política, pressupostos que considero necessários ao desenvolvimento humano, ou seja, ao bem estar da sociedade Açoriana.

São também esses desejos e aspirações daqueles que nos elegeram.

Ao analisarmos o Programa do VII Governo Regional dos Açores, podemos verificar, com muito agrado, que o mesmo baseia-se em pressupostos de solidariedade social em todos os seus capítulos, o que era previsível, uma vez que, a sua elaboração teve por base o resultado da reflexão de um grupo apreciável, de dinâmicos cidadãos açorianos, empenhados em contribuir para um novo modelo de política social, geradora de um novo tipo de sociedade, que proporcione uma distribuição equilibrada das oportunidades, assegure maior equidade, coesão social e cooperação entre os indivíduos.

Os Açorianos desejam, e merecem, uma sociedade mais justa e solidária.

Foi nesse modelo de Sociedade que a maioria dos cidadãos votou e deu a vitória inequívoca ao Partido Socialista.

Considero que o Programa do VII Governo Regional dos Açores, agora em discussão, preconiza as medidas necessárias para a concretização das referidas aspirações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Uma Política Social só tem sucesso se se basear em princípios de partilha e participação activa dos cidadãos. Estes querem e devem participar nas decisões acerca dos assuntos que lhes digam directamente respeito, o que produz medidas diversificadas e adequadas às situações, porque faz a articulação entre os recursos existentes e as necessidades sentidas, além de responsabilizar e de gerar uma cultura de verdadeira solidariedade.

Apraz-nos verificar que a participação é um dos pressupostos preconizados pelo referido programa.

Deseja-se que a prática corrente de actual governação assente no paradigma da participação efectiva dos cidadãos, desde a planificação das acções passando pela sua execução, até à avaliação dos resultados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Reforçar o apoio à Educação, como se propõe este Governo, é fornecer às pessoas os conhecimentos e meios para escolher comportamentos e estilos de vida saudáveis. É investir na Prevenção contra a delinquência, marginalidade, toxicodependência e outras situações que provocam disfunções sociais que conduzem à exclusão social e à pobreza.

Todo o investimento efectuado na educação terá efeitos multiplicadores positivos.

Não poderemos esquecer que associadas aos mais altos níveis de escolaridade estão: mais baixa taxa de mortalidade infantil; os mais eficientes programas de planeamento familiar; melhor gestão dos recursos familiares; melhores condições de alimentação e saúde; maior conservação das habitações; maior respeito pelo ambiente e maior capacitação para obtenção de rendimentos.

Este Governo ao investir na Educação, prestará um enorme contributo na minimização de situações de pobreza e exclusão social, já com algum peso na

sociedade açoriana, porque a Educação é o maior pressuposto para o desenvolvimento humano e conseqüentemente para o exercício pleno da cidadania.

Temos de ter presente, que promover o acesso à educação é expandir as oportunidades de emprego, o que vai ao encontro das necessidades e aspirações das populações.

As oportunidades têm de ser suficientemente expandidas para inverter a crescente vaga de desemprego, absorver a força de trabalho em crescimento, melhorando a produtividade e o rendimento dos mais pobres.

Os mais afectados pelo desemprego são, e serão sempre os menos qualificados, os que tiveram menos acesso à formação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

No que se refere à Habitação, o Programa do Governo aponta medidas gerais de apoio que nos parecem ser as mais eficientes e eficazes na prossecução de uma política de habitação cujo alcance deve ser o de atingir um maior número de famílias e beneficiar em primeira instância as mais carenciadas e os casais jovens.

No apoio a prestar à Habitação, este Governo não irá descurar a dimensão adequada ao número dos elementos que constituem o agregado familiar, tendo em conta a necessidade de preservar a intimidade pessoal e a privacidade da família, porque o futuro da humanidade joga-se na família, na capacidade de gerar novos seres humanos e de os educar, para isso ela necessita de condições e de espaço, onde floresça o amor, a coesão e se pratique actos de solidariedade, o que constitui um pré-requisito para o desenvolvimento humano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

No que respeita às Instituições Particulares de Solidariedade Social na Região Autónoma dos Açores, estas têm vindo a desempenhar uma importante função, prestando apoio social sobretudo à infância, a jovens, a deficientes e a idosos, mediante financiamento concedido pela Segurança Social.

O actual Governo vai estabelecer um novo modelo de relacionamento com as Instituições Particulares de Solidariedade Social, baseado em critérios de parceria,

com regras de funcionamento e de financiamento claras, transparentes e uniformes para cada valência, fomentadoras de acções de verdadeira partilha e solidariedade social.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Neste Programa é referida a necessidade de reestruturar os Serviços de Acção Social, consequentemente do Instituto de Acção Social.

Ora, trabalhar no Social não é fácil, pois os problemas sociais surgem todos os dias, e são complexos, porque os factores que lhes geram encontram-se associados uns aos outros, o que implica intervir globalmente e com persistência, nem que seja o que acontece em muitos casos, cada dia começar de novo, analisar com as pessoas as situações, e com elas elaborar "projectos de vida", ou pequenos planos desse projecto, avaliá-los em conjunto, respeitando sempre o ritmo de cada "ser humano", a sua especificidade, ajudá-los a crescer, a saber fazer, a saber ser, trabalho este sempre assente em métodos e técnicas específicas e adequadas a cada situação, de modo a não provocar o agravamento das situações, mas antes ultrapassá-las, ou pelos menos minimizá-las.

É um trabalho com resultados lentos e com pouca visibilidade, porque a maioria dos seus clientes são simultaneamente os menos saudáveis, os menos capacitados, os mais desmotivados.

Reestruturar e redefinir o âmbito do exercício das competências do Instituto de Acção Social e consequentemente da Acção Social, é indiscutível, necessário e desejável por parte de muitos que nela trabalham, e deverá ser feita com base nos princípios que norteiam todo o Programa deste Governo, que é a participação activa das pessoas nela envolvida, e com elas redefinir o campo de intervenção e contrariar a prática usual de lhes exigir respostas a todos os problemas, muitas vezes gerados por medidas de política sectoriais, não planificadas, injustas, até desatempadas e desadequadas, que não promovem a integração social dos indivíduos e das famílias, pelo contrário, alimentam a dependência e geram situações de pobreza e exclusão social.

Na Acção Social este Governo vai planificar as acções a desenvolver e as metas a atingir, tendo em conta os problemas actuais e os emergentes, evitando sempre intervenções de "urgência" que são sempre desmotivadoras, porque fazem dos interventores sociais autênticos "bombeiros", actuando em situações de "ruptura" com poucas probabilidades de obtenção de resultados minimamente satisfatórios.

Estamos convictos de que o VII Governo ao reestruturar os Serviços de Acção Social, terá em conta a necessidade de apetrechar os quadros com o número mínimo de técnicos suficientes para cobrir as zonas geográficas da Região, de modo a poder prestar um serviço efectivamente descentralizado, articulado, que envolva e responsabilize toda a comunidade, serviços e instituições, na resolução dos problemas dos indivíduos e famílias desta Região Autónoma, sobretudo das mais carenciadas, dos que têm maiores dificuldades em enfrentarem os desafios que se lhes coloca diariamente.

Deste primeiro Governo Regional dos Açores de base socialista, vamos ter medidas e desempenhos eficientes e eficazes, propiciadores de maiores equilíbrios sociais, de melhores condições de vida para todos os Açorianos, que bem merecem.

Obrigada!

*(Aplausos das bancadas do PS e Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ao intervir pela primeira vez nesta Legislatura, permita-me Senhor Presidente, que felicite Vossa Excelência e lhe deseje as maiores felicidades no desempenho da sua nobre missão. A todos os Srs. Deputados desta Assembleia, quero igualmente levar-lhes as minhas felicitações, por terem sido os escolhidos pelo Povo dos Açores, para seus representantes, e daqui desejar-lhes também, que sejam muito felizes no desempenho da importante tarefa que o Povo Açoriano nos confiou no passado dia 13 de Outubro.

Para o Sr. Presidente do Governo e seus Secretários, igualmente vão os meus votos de um bom trabalho, porque se este for capaz, por certo, que será bom para todos os açorianos e eu que muito me orgulho de ter nascido nestas ilhas, para mim também os Açores estão primeiro.

Após estas formalidades, é sem dúvida o Programa do Governo o mote que me leva a esta intervenção.

Um Programa é sempre um programa, quer este contenha mais ou menos conteúdo, no entanto, quando este é um instrumento que vai servir de orientação a um governo que provavelmente irá governar durante quatro anos, não pode nem deve de modo nenhum, ser somente um punhado de ideias, atiradas ao acaso para umas folhas de papel, com o sentido premeditado talvez de no futuro as encaixar aqui ou acolá ou até as esquecer, consoante a feição ou o balanço político da época.

Um programa, é um objecto de trabalho que neste caso concreto, resulta de um Programa eleitoral, só que este, e dado a informação do Sr. Presidente do Governo, já resulta apenas só em parte. Por outro lado, dada também a falta de clareza ou transparência na sistematização das linhas de força deste Programa, somos levados a concluir que quem levou 20 anos a idealizar um Programa de Governo, tinha obrigação de o fazer muito melhor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quando olhamos para este programa, em termos de agricultura, ficamos sem dúvida com a nítida sensação que aquele que é um dos sectores mais importantes da nossa economia foi realmente, como se diria em gíria rural, tratado apenas "pela rama".

E isto porquê?... Porque em sectores importantes desta actividade tais como, ordenamento agrário, abastecimento de água e energia à lavoura, podemos dizer que aqui nada de novo é avançado, e até no caso da energia, este programa nem tão pouco a contempla.

Há tempos atrás era entendido por elementos do próprio PS, ser este um bem essencial à lavoura, agora, só porque mudámos de governo, deixou ao que parece de interessar.

Quanto ao ordenamento agrário, não nos parece que com a troca de terras ou sua aquisição, versões estas já aplicadas no passado, os resultados vão além daquilo que

foram nessas épocas, a não ser que os subsídios à aquisição de terras sejam de tal ordem que permitam vencer a inflação, que por certo se estabelecerá no sector. E neste caso, enriquecem poucos e empobrecem muitos, nomeadamente os contribuintes que são os que pagam a factura final. Nem aqui os erros do passado serviram de lição ao PS. Paciência!...

A água, é outro elemento que aqui não podemos deixar de referenciar, porque não é só necessário fornecer este elemento à exploração agrícola. Se queremos produtos de qualidade como o leite, carne e queijo, temos necessariamente que fornecer à lavoura água em quantidade e qualidade, porque este elemento é sem dúvida o bem mais precioso em toda a produção agrícola.

Alegremo-nos no entanto, com o regresso da Extensão que espero seja rural e que daqui faço votos para que seja uma verdadeira Extensão Rural, que no nosso entendimento, já há muito deveria funcionar na Região.

Na área florestal, entre muitas outras, fica-nos uma dúvida que aqui não poderemos de modo nenhum deixar de colocar, e que é a seguinte: o Programa do Governo avança com um programa ou projecto, da reconversão das matas na Região. Isto sem dúvida, merece da nossa parte este reparo. Uma vez que reconverter, significa substituir as espécies existentes nessas matas, por outras diferentes, colocamos a seguinte questão: vamos ter a substituição de eucaliptos por criptomérias ou criptomérias por eucaliptos? Ou vamos para a reconversão, com espécies de crescimento lento que só à terceira ou quarta geração de agricultores é que são passíveis de abate, e à respectiva compensação económica?

É verdade que poderão ser introduzidas novas espécies mas essas, sem uma verdadeira adaptação ainda à Região, o que em termos técnicos quanto a nós, não seria nada de aconselhar. Esta é sem dúvida uma lacuna que é preciso que o Governo esclareça, porque não podemos de modo nenhum deixar que este Governo destrua sem mais nem menos um sector, que embora já referido nalguns aspectos, ainda se encontra em grande parte bem preservado.

Mas se nos voltarmos para a área do ambiente, concluímos que neste sector praticamente o negócio é o mesmo, apenas o saneamento básico e a educação ambiental merecem no Programa do Governo, alguma relevância. No entanto, áreas

como a Protecção da Orla Costeira, recuperação de zonas de interesse ecológico especial ou a eutrofização de lagoas e o desassoreamento de lagunas, são problemas puramente esquecidos.

Será que estes assuntos são talvez passíveis de passarem despercebidos ao Governo? Julgamos que não, mas é preciso necessariamente dar a esta Assembleia o devido esclarecimento.

Por outro lado, não podemos de modo nenhum deixar aqui de realçar a nossa discordância em relação ao casamento entre a agricultura, ambiente e ordenamento do território. É uma opção dirá o Governo!...

No nosso entendimento é uma opção, mas que ao princípio já nasceu coxa.

Entende-se sem dúvida este atrofiamento, se tivermos em atenção que os interesses se chocam.

A agricultura é uma actividade produtiva que utiliza na sua produção elementos químicos tais como, adubos, pesticidas, herbicidas, maneia animais e utiliza técnicas que podem causar erosão hídrica ou eólica. Muitos destes elementos e práticas podem sem dúvida, levar a prejuízos na área do ambiente que põem em confronto o Agricultor e o Ambientalista. Nestes casos, permitam-me o juízo de valor, de que lado fica o Sr. Secretário da Agricultura Pescas e Ambiente?

Não queremos de modo nenhum acerca do assunto fazer humorismo, mas atrevemo-nos a invocar a genial Dona Ivone Silva, na sua rábula de Revista, "da Alzira costureira e a Alzira Patroa". Qual delas será Sua Excelência, quando uma das partes achar que a outra está a prejudicar a sua área de competências?

Se tivermos presente a verve do nosso povo, diremos que "Deus o guarde". Mas como estão em causa altos interesses da Região, ficamos preocupados.

O Ambiente é sem dúvida um sector que à medida que ganha conhecimento da sua importância, cada vez se torna mais irreverente na defesa dos seus direitos e dos interesses de todos nós.

Tem de existir como contra-poder de forma e constituir uma visão diferente do habitual.

Existe a necessidade dos seus especialistas e defensores mostrarem que os interesses deste sector são muitas vezes contrários às pretensões dos utentes, lobbies e sectores poderosos da economia.

Quando neste clima for introduzida uma força muito mais forte que a Direcção Regional, ou que a própria Secretaria, veremos de que lado fica Sua Excelência.

Deste modo, parece-nos que juntar interesses por vezes tão distantes na mesma tutela, é talvez estarmos a fragilizar uns em relação aos outros, daí a nossa discordância com tal casamento.

Tudo isto, leva-nos a concluir que este Programa de Governo bem poderia estar melhor estruturado, mais preciso e sobretudo, ter mais conteúdo de interesse para esta Região, porque conforme já o frisámos, parece-nos que 20 anos deveriam ter sido tempo suficiente para um melhor trabalho.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo para prestar um esclarecimento.

**Deputado Silva Melo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel Brasil:

Estranhei muito a sua intervenção, porque parece que ao longo destes 20 anos o PSD, o seu governo e o seu grupo parlamentar, foram os paladinos na defesa do ambiente. Contudo, basta-me apontar o que se passou na Serra da Várzea em S. Miguel, o que se passou na eutrofização das lagoas que o Sr. Deputado referiu, o que continua a passar-se na orla costeira da ilha que conheço mais de perto que é S. Miguel. E agora aparece-me o Sr. Deputado aqui como paladino da defesa do ambiente - é uma coisa que estranho imenso!

Até porque essa sempre foi a preocupação do PS, por isso não precisa de ter metade do Programa com referências ao ambiente, pois essa sempre foi uma área que aqui foi defendida por nós e nunca vimos que tenha tido execução total, nem sequer parcial, pela vossa bancada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil para prestar esclarecimentos.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Silva Melo:

Não é minha intenção ser paladino do ambiente, mas sim defensor do ambiente, tal como V. Ex<sup>a</sup>: tem sido nesta Casa.

Recordo V. Ex<sup>a</sup>. que as minhas intervenções estão publicadas nos Diários das Sessões, tal como as suas, e podem servir de guia - já que V. Ex<sup>a</sup>. está tão esquecido de as ter ouvido na altura em que eu as proferi aqui.

De qualquer modo, Sr. Deputado, gostaria de dizer-lhe que me admira que sendo V. Ex<sup>a</sup>. um acérrimo defensor do ambiente, não tenha dado um melhor contributo a este seu Programa de Governo. Pelo menos era isso que eu esperava de si.

Daí a minha admiração, Sr. Deputado, pois sei que V. Ex<sup>a</sup>., sim, é um paladino da defesa do ambiente.

**Presidente:** Para a continuação do debate tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para prestar um esclarecimento.

A apresentação e debate de um programa de governo, tem uma formalidade.

Não é por acaso que se escreve um texto, que esse texto tem que dar entrada na Assembleia em determinado prazo, que tem que ser discutido em determinado tempo e é este texto a versão oficial do Programa do Governo Regional dos Açores.

Sempre que o PSD diz que algo não está no Programa, alguém se levanta da bancada do Governo ou do Partido Socialista para dizer que não precisa, porque o PSD sempre pensou e sempre defendeu determinada coisa.

Não é assim que se respeita o Parlamento.

Se o que querem é que o PSD entenda que tudo o que não está no Programa pode passar a estar, tendo em conta a leitura dos Diários das Sessões, vai-se ver que esse Programa além de ser desmemoriado, promete ainda muito mais do que parece.

E nós precisamos de saber a medida certa das promessas, das intenções, dos princípios e dos objectivos. Porque senão, ninguém se entende.

Já basta não saber o que é que é do PP que está no Programa do PS. E isso não é transparência!

Já basta não saber o que é que o PS aceita do PP!

Seria preciso saber tudo, a bem da transparência!

E este Programa do Governo, a continuar desta maneira, é tudo... e não é nada!

E nós precisamos de saber, afinal de contas, o que é que é?!

**Vozes da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

**Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais** (*Álamo de Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação ao nosso Programa do Governo ele é aquilo que está aqui presente.

Na realidade, houve apenas uma página que dizia respeito à comunicação social, que por lapso não foi incluída.

Foi isso que o Sr. Presidente do Governo referiu. Mais nada.

De resto, o que o Programa do Governo é, traduz-se no documento que os senhores têm na mão e é esse o Programa que nós nos comprometemos a cumprir - que isso fique bem claro!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz** (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Então, Sr. Secretário, entenda-se com o Sr. Presidente do Governo!

Porque se é uma página que não aparece, há muitos outros assuntos que são assumidos, só porque o PS no passado os defendeu.

E isso é assumido como sendo pontos essenciais da estrutura deste Governo, da estrutura programática deste Governo.

Portanto, para nós, seria importante saber, pois não é pela ausência de uma página que se coloca que ficamos a saber o que é o Programa do Governo.

Nós nem sabemos o que é que do PP faz parte deste Programa!

Nós só sabemos que o PS aceitou o que não era conflituante e, como é evidente, o PP propôs o que não é passível de conflito.

Mas não acha, Sr. Secretário, que os açorianos precisavam de saber qual é o contributo do PP neste Programa?!

Não acha que isso seria um sinal de transparência?!

Não disseram que fariam negociações à luz do dia e não à porta fechada?!

Está quase a acabar o debate e ninguém sabe o que é que se passa!

Além do mais, tem que se entender e confrontar com aquilo que disse o Sr. Presidente do Governo.

Sempre que falha qualquer coisa, em vez de dizerem humildemente - o que esta bancada aceitaria perfeitamente - "por acaso falhou", "não havia uma página", "é qualquer coisa de que nos esquecemos", e aí estaria bem, nós perceberíamos.

Não senhor, diz-se com ar elegante, por vezes até arrogante, que "está tudo lá", dizendo com ironia algumas coisas que depois se nega!

É isso que merece o protesto do PSD!

A bem da transparência, a bem de sabermos o que é que é o programa do Governo do Partido Socialista!

E não vale - e os açorianos saberão bem isso - dizer tudo o que disseram no passado do Programa do Governo, porque aí há muita coisa que não está no Programa. Para depois vir-se dizer que "não concretizámos, porque não estava no papel!", ou então vir dizer-se "concretizámos, apesar de não estar no papel!".

**Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais** (*Álamo de Menezes*): Quando chegarmos lá o Sr. Deputado verá!

**O Orador:** Mas há o Programa do Governo!

Quem respeita o Parlamento, deve fazê-lo assim!

Não deve fazer como o Sr. Secretário está a tentar fazer a defesa!

Isto é uma contradição profunda, tal como outras que virão com o tempo.

Desafio o Sr. Secretário a dizer mais uma vez o que é que é vosso, o que é que não é e se assumem ou não tudo o que disseram no passado!

Nós precisamos de saber!

**Vozes da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo para prestar esclarecimentos.

**Deputado Silva Melo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não era minha intenção intervir mais, mas já que o Sr. Deputado Victor Cruz levantou a questão do que está e do que não está, eu lembraria que não são necessárias muitas palavras, pois este princípio genérico que aqui está cobre aquilo que o Sr. Deputado Manuel Brasil dizia que não estava. E já agora, uma vez que parece que ninguém leu, eu pelo menos dou-me ao trabalho de ler:

"Garantir a correcta gestão dos recursos hídricos, com protecção adequada dos mesmos que impeça a degradação da sua qualidade" - mais do que isto, meus senhores, para quê?!

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Afinal estava lá!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

**Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Menezes):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Victor Cruz, devo dizer que o que consta do Programa do Governo é o compromisso assumido por este Governo, bem como do partido que o apoia.

Se o Sr. Deputado tem algumas questões quanto ao que foi o contributo do PP, se é que ele houve, faça o favor de perguntar ao PP.

Muito obrigado.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Não, tenho que perguntar ao Governo e não ao PP!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Silva Melo:

É evidente que li a passagem que acabou de ler, só que - permita-me - isso não diz nada.

*(Risos da bancada do PSD)*

Isso é apenas um "salto no escuro" que vai cair onde nós não sabemos!

Fala-se em recursos hídricos, é verdade. Mas para quê?!

Portanto, são apenas meras intenções e mais nada. E nem sabemos em que sentido são dirigidas essas meras intenções.

Penso que estamos esclarecidos sobre este aspecto, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Parece-me que já está tudo esclarecido.

Eu quero apenas reafirmar que o Sr. Secretário de tantas competências, pede a um deputado para perguntar aos outros o que é que têm no seu Programa.

**Deputados Francisco Sousa e Manuel Serpa (PS):** Isso é falso!!

**O Orador:** Registo que o Sr. Secretário diz que nem sabe se tem determinadas coisas. Pede para que se pergunte ao PP se há ou não há coisas no seu Programa do Governo!

O que o Sr. Secretário disse foi que se perguntasse aos outros se tinham escrito coisas que estão no seu Programa.

Eu acho que devia saber se os outros fizeram ou não.

E a minha pergunta deve ser dirigida ao Governo e não para o PP.

É o Governo que tem o seu Programa e não o Partido Popular!

O Partido Popular faz o que bem entender.

O Governo é que tem que saber para responder a um deputado do PSD, se tem ou não tem coisas do PP no seu Programa. E o que é que tem!

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Se estão assumidos, o que é que há para perguntar?!

**O Orador:** O problema é que não estão assumidos, Sr. Deputado!

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Ah não estão?!

Pelo amor de Deus!!

**O Orador:** Não estão não!

Só se diz que **não são conflitantes!**

Isso não é transparência e é péssimo exemplo!

É um péssimo primeiro passo deste Governo, no sentido daquilo que anuncia!

Contra isso nós estamos, **orgulhosamente**, deste lado!!

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Vozes das bancadas do PS e Governo:** Orgulhosamente sós!

**Deputado Humberto Melo (PSD):** Vai ser preciso chamar o Alvarino Pinheiro!

*(Risos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo.

**Deputado Silva Melo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel Brasil:

Acho que já se está a falar demais nisto, porque um Programa de Governo é um princípio genérico que não tem que especificar. Ou seja, quando se fala na gestão dos recursos hídricos, julgo que não é necessário estar-se aqui a falar na lagoa das Sete Cidades, na lagoa das Furnas, na lagoa do Capitão, na lagoa do Fogo, do Caiado, na lagoa Escura e por aí fora.

Portanto, penso que isto que está aqui é mais do que suficiente, para bom entendedor, para explicar o que é que se pretende com a protecção dos recursos hídricos.

**Presidente:** Estando na hora para interrupção regimental de almoço, vou suspender os nossos trabalhos.

Recomeçamos às 15,00 horas.

*(Eram 13,00 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Agradecia que retomassem os vossos lugares.

*(Eram 15,15 horas)*

Para começar, vou dar uma informação sobre os tempos, pois não foi possível dá-la no final da manhã.

Assim temos:

Governo- 1 hora, 37 minutos e 40 segundos;

PS- 2 horas, 23 minutos e 10 segundos;

PSD- 55 minutos e 10 segundos;

PP- 12 minutos e 55 segundos;

PCP- 7 minutos e 40 segundos;

Retomamos as nossas inscrições.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

**Deputado António Gomes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Antes de iniciar a minha intervenção saúdo Vossa Excelência, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, assim como todos os Srs. Deputados e desejo a todos os maiores êxitos no exercício das suas funções de legítimos representantes do Povo desta Região.

De igual modo saúdo o VII Governo Regional na pessoa de Vossa Excelência Sr. Presidente do Governo, fazendo votos sinceros de um profícuo trabalho em prol do desenvolvimento dos Açores e sobretudo do bem estar de todos os que vivem nas nossas nove Ilhas.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

No dia 13 de Outubro virou-se mais uma página da História dos Açores e encetou-se uma Nova Autonomia, emersa da confiança que os açorianos conferiram ao Partido Socialista e expressa nos 45,8% de votos obtidos.

Estou certo que muito em breve o novo estilo da administração regional (baseado na transparência dos processos de decisão, numa nova relação entre os órgãos regionais, Governo e a Assembleia da República, bem como entre a administração regional e os açorianos, para além de uma efectiva política económica e social da Região, irá acabar com os mitos maldosamente arquitectados por quem usou meios, moralmente

impróprios, para atingir fins e o VII Governo Regional dos Açores será positivamente reconhecido por muitos e muitos mais dos que nas passadas eleições acreditaram numa mudança tranquila. A Nova Autonomia, protagonizada pelo Partido Socialista, e por desejo deste, mobiliza de uma forma diferente a sociedade civil para a vida pública regional e os oportunistas, bem como todos aqueles que praticaram ilegalidades, incluindo o uso abusivo de património regional e dinheiros públicos, já sabem que este Governo não lhes dará guarida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sendo certo que (por força da alínea i) do artigo 56º da Lei nº9/87, de 26 de Março) está em discussão o Programa do recém empossado Governo, vou por razões óbvias inflectir a minha intervenção sobre esta matéria, pronunciando-me sobre o sector da Protecção Civil. Contudo, antes de o fazer quero felicitar os obreiros deste Programa e congratular-me com os objectivos que pretendem alcançar, traduzidos não só no que acima já disse, mas especificamente numa gestão equilibrada da administração regional através da incidência na contenção de despesas correntes, no fortalecimento das empresas, na criação de novos postos de trabalho, na execução de infraestruturas ao nível dos transportes, num novo regime fiscal e de incentivos, numa política de promoção dos produtos açorianos e de defesa dos mercados tradicionais, na melhoria da qualidade de ensino, aumentando o peso das vertentes tecnológicas e profissionalizantes no ensino secundário. De tudo importa realçar a manifesta solidariedade, explícita no citado documento, com os mais pobres e os sem emprego.

Não vou continuar a falar deste Programa em termos genéricos.

Passo de imediato a tecer algumas considerações sobre o sector da Protecção Civil, aproveitando esta oportunidade para, mais uma vez, realçar a relevância que ele assume entre nós, simplesmente, pelo facto de sermos uma Região, infelizmente, bastante sujeita a catástrofes naturais, nomeadamente tremores de terra, inundações, ciclones e deslocamento de terras, situações que comprometem a segurança de pessoas e bens. Experiências passadas, e uma delas já referida nesta sessão plenária pelo Sr. Deputado do Partido Socialista eleito pelo círculo eleitoral das Flores, reforça-nos a certeza de que toda e qualquer parte da Região pode ser vítima de uma

catástrofe natural, num determinado momento, com o mínimo ou sem qualquer aviso prévio.

Esta preocupação conduziu os anteriores Governos Regionais a um avultado investimento financeiro (com expressão física na execução das estruturas do Serviço Regional de Protecção Civil, na construção de quartéis de bombeiros e na aquisição de equipamentos) que eu, pessoalmente, registo com agrado. Todavia, a complexidade adjacente à segurança das pessoas e bens não depende exclusivamente do que atrás mencionei. Passa também por medidas de prevenção com incidência na recuperação do parque habitacional (sabemos que, de uma maneira geral, o Homem passa a maior parte da sua vida sob um tecto) e nesta matéria devo dizer que muito mais se poderia ter feito e só não se verificou, mercê da desmedida e escandalosa oferta de materiais de construção civil à revelia da transparência e da legalidade. A Ilha de São Jorge foi o modelo mais perfeito desta "pouca vergonha" e afirmo-o, nesta Casa, perante os digníssimos representantes do Povo dos Açores.

Como vinha sendo hábito, as eleições passadas também foram contempladas com este abuso...

**Deputado João Cunha (PSD):** Foi por isso que o Sr. Deputado não foi eleito!

**O Orador:** ... e para não perderem tempo, logo no primeiro dia de campanha, e pela manhã, cruzei-me com quatro camiões de um serviço público carregados de cimento que se destinavam ao Topo. Ainda cheguei a ver uma viatura no norte da Ilha com dois trabalhadores, à responsabilidade de uma Junta de Freguesia, que distribuíam cimento ao domicílio.

*(Risos da bancada do Governo)*

A abundância, lá para os meus lados, foi sempre de tal ordem que chegou a ser descarregado à porta de quem o não tinha pedido...

*(Risos da bancada do Governo)*

...e até conheço beneficiados, com bons recursos financeiros, que aceitaram cimento, porque lhes disseram que era para todos.

**Deputado João Cunha (PSD):** E tu apanhaste algum?!

*(Risos da Câmara)*

**O Orador:** Pelos vistos era para todos só que o pobre, no critério de quem se habituou a agir dessa forma, não é gente!

Mas há mais. Como se isso não bastasse, constato, com constrangimento, que muitas das criptomérias, de bom porte, plantadas nas sobras das estradas regionais, foram selvagicamente ( sem dó nem piedade) abatidas e parte da madeira, no valor de milhares de contos, foi distribuída sem critério.

**Tudo isto se faz sem o mínimo de consideração pelo património regional e por quem necessita de um tecto!**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voltando a Programa do VII Governo, verificamos ainda que aposta na informação e formação da população, sendo importante uma continuada sensibilização sobre o procedimento em caso de catástrofe, nomeadamente ao nível das escolas.

Também se refere a uma adequada coordenação das operações de emergência, aponta para a revisão da orgânica do Serviço Regional de Protecção Civil, clarificando competências e articulando-as com a área dos bombeiros, certamente no pressuposto de que os Soldados da Paz representam uma das mais profícuas forças de intervenção social, cujas actividades se desdobram desde o socorro na emergência até à prestação dos mais diversos serviços às populações. A natureza e a qualidade dos serviços prestados exige que o poder local e regional, bem como as comunidades onde estão inseridos, os respeite e acarinhe.

O documento em análise fala da efectiva criação dos Serviços Municipais de Protecção Civil, estrutura que considero de relevante importância. Importa que as Câmaras Municipais da Região assumam um verdadeiro e efectivo papel nesta matéria, ultrapassando o péssimo contributo que algumas delas deram no contexto das Comissões Locais de Protecção Civil.

Deve o poder local estar atento a esta problemática, e para tal colaborar não só com o Serviço Regional de Protecção Civil, mas sobretudo com as Corporações de Bombeiros que são a verdadeira coluna vertebral destes serviços e a maior força concelhia de intervenção.

É incompreensível e inadmissível que ainda não sejam garantido subsídios, por parte de uma qualquer Câmara Municipal, para prevenção diurna do quartel do respectivo concelho.

Nestas situações e quando não se empenha com a estrutura local de protecção civil, não faz sentido que o presidente da edilidade e/ou seu legal substituto seja o seu responsável máximo, porque não pode nem deve coordenar acções desta responsabilidade quem vulnerabiliza a eficácia do sistema.

Esta questão não pode passar em branco e estou certo que este Governo tomará as medidas necessárias ao bom funcionamento de todo o sector da Protecção Civil. Este programa refere-se a uma fiável e eficaz rede de comunicações, equipamento que os anteriores Governos prometeram, mas nunca concretizaram a respectiva aquisição. Tendo em atenção a importância da referida rede, estou em crer que finalmente será adquirida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Termino a minha intervenção, particularmente satisfeito com a Proposta do Programa do Governo e a propósito da área da Protecção Civil vou citar um filósofo que, se não me falha a memória, morreu no ano de 479 a.c. . Disse ele:

"Se o Homem não pensar nos problemas quando eles ainda estiverem distantes, então ele preocupar-se-á com eles quando estiverem próximos."

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques para prestar esclarecimentos.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para dar um esclarecimento à Câmara e não para pedir.

Sr. Deputado António Gomes:

Nós, os jorgenses, nomeadamente os três Deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral de S. Jorge e que estão nesta bancada, compreendemos a angústia e a desculpa que o Sr. Deputado tem que dar perante o seu partido, pelo desaire e pela batalha (não a guerra) que perdeu na Ilha de S. Jorge.

Durante a campanha, o Sr. Deputado e os outros candidatos, afirmaram sempre que o PSD distribuía cimento.

Foram desafiados, o Sr. e o outro candidato, a provarem isso! Nunca o fizeram!

Nós fomos acusados de mentirosos e intriguistas!

E os senhores nunca o provaram!

Acontece que nas urnas o resultado foi de 3-1 para o PSD!

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Nós também tivemos muitos remates à barra!

**O Orador:** E depois nós é que somos os intriguistas e os mentirosos!

Em relação às Câmaras Municipais, o Sr. Deputado devia saber disso melhor do que eu, porque está há 8 anos nesta Casa.

Não é o Sr. Deputado quem vai fiscalizar as autarquias. E mais: as autarquias de Velas e Calheta, têm sempre apoiado a habitação em S. Jorge - é uma verdade!

Nunca se negou isso, pelo menos ninguém desta bancada.

Portanto, eu desafio o Sr. Deputado a provar na próxima Sessão, com nomes, datas e quantidades!

Muito obrigado.

**Deputado Francisco Sousa** (*PS*): Foi dito o dia, a hora e o local. Querem mais?!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

**Deputado António Gomes** (*PS*): Sr. Presidente, é para defesa da honra.

**Vozes do PSD:** Da honra?!

*(Risos da bancada do PSD)*

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não era preciso este estímulo do Sr. Deputado Mark Marques para que eu requeresse ao actual Governo Regional informações sobre quantidades de cimento que têm sido fornecidas, através de processos de habitação. Já tencionava fazê-lo.

Espero é que os papéis não tenham desaparecido, porque se isso não aconteceu, deve haver lá qualquer coisa que o prove.

Mais: nas fichas de atribuição de materiais...

**Deputado Mark Marques (PSD):** Olha que a tia Maria do Nordeste caminhou hoje!

**O Orador:** ... às pessoas contempladas pelos programas de habitação, devem constar os quantitativos.

Eu gostaria era de ter acesso a isso, para ir bater à porta de quem teve o seu processo de habitação, para comparar o cimento que recebeu com o cimento que se calhar está lá na respectiva ficha de contabilidade. Porque é provavelmente por aí que saem os sacos de cimento!

**Deputado João Cunha (PSD):** Ah é?!

**O Orador:** Eu conheço alguns casos que foi assim. Podem até não ter sido todos, mas foram alguns!

O Sr. Deputado Mark Marques sabe muito bem - o Sr. vive em S. Jorge e eu posso testemunhar a minha afirmação - que no dia em que abriu esta campanha eleitoral em S. Jorge...

**Deputado Mark Marques (PSD):** Pode dizer meu amigo!

**O Orador:** E eu quero que o Sr. Deputado saiba que eu não estou aqui preocupado com o resultado eleitoral!

Eu estou sim preocupado com o erário público, Sr. Deputado!

**Deputado Mark Marques (PSD):** Eu estou comovido, Sr. Deputado!

**O Orador:** Isto envolve dinheiros públicos que são maldosamente investidos com objectivos que o Sr. Deputado bem conhece!

**Deputado Mark Marques (PSD):** Eu vou cá estar no futuro para ver isso!

**O Orador:** Por outro lado, há pouco fiz uma afirmação que posso perfeitamente provar.

Eu não digo coisas aqui como deputado, que depois não posso provar lá fora como cidadão!

Se eu estou a fazer determinadas afirmações, é porque as posso provar!

E até posso indicar-lhe quem é que recebeu cimento e, inclusivamente, há facturas que já me passaram pelos olhos!

Portanto, eu quando faço aqui afirmações, tenho fundamentos para tal!

E posso prová-las lá fora como cidadão que sou, independentemente do meu estatuto de deputado!

Era só isto.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Gomes:

Eu não vou utilizar a defesa da honra...

**Deputado Mark Marques (PSD):** Nós deste lado não somos assim tão sensíveis!

**O Orador:** É apenas para um pedido de esclarecimento, porque não me sinto desonrado.

O Sr. Deputado disse que ia pedir esclarecimentos ao Governo e eu acho muito bem que o faça.

E quando os tiver, faça o favor de prestá-los a esta Câmara. Esperemos que não sejam precisos 4 anos para sabermos o resultado desses pedidos de esclarecimento.

Em segundo lugar, gostaria também de dizer ao Sr. Deputado que quando fala que em S. Jorge houve desonestidade eleitoral da parte do PSD, eu devo dizer-lhe que não foi bem assim.

Eu não sei se realmente houve ou não desonestidade da parte do PSD, porque eu não sou obrigado a saber tudo. Mas se houve... olhe que da parte do PS também houve muitas!

Houve até alguém que andou a dar consultas ao domicílio nas casas dos seus doentes...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Eles não estavam doentes?!

*(Risos das bancadas do Governo e PS)*

Consultas gratuitas, precisamente para cativar votos!

Há provas disso, Sr. Deputado.

Quanto a mim, isso é que é desonestidade pura, ou seja, utilizar-se doentes seus para percorrer as casas todas, fazendo consultas gratuitas. Só que passados 3 dias essa mesma consulta já custava 3 mil e 500.

Coitados, uns aproveitaram só uma consulta, mas quando acabaram as eleições também as consultas de graça acabaram!

*(Risos da bancada do PSD)*

Eu queria propor aqui que este senhor que praticou isto durante a campanha, volte a praticar e continue com o serviço de consultas gratuitas!

Porque - quero afirmar isto perante a Câmara - se ele o fizer no futuro, estará a prestar um grande serviço à população de S. Jorge e congratulo-me com isso.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** E o meu amigo vai votar nele!

*(Risos da bancada do PS)*

**O Orador:** Não é só durante o período de campanha.

Isso é que é desonestidade, Sr. Deputado!

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

**Deputado António Gomes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para um pequeno esclarecimento na sequência da intervenção do Sr. Deputado Manuel Brasil.

Eu não sei se a pessoa a quem se refere fez ou não consultas a domicílio durante a campanha eleitoral. Mas se o fez, fê-lo com base na sua competência e com o direito que lhe assiste, numa ou noutra circunstância, isto é, recebendo ou não dinheiro por isso.

Porém, o que está aqui em questão é completamente diferente. Ou seja, o facto de haver pouca transparência na distribuição de cimento que é comprado com dinheiros públicos. É essa a diferença, Sr. Deputado.

Não me afecta nem me sinto diminuído pelo facto do Partido Socialista só ter eleito um deputado por S. Jorge.

Eu encaro essa situação com muita humildade. Aliás, eu sou suficientemente democrata para aceitar isso.

Estão aqui duas questões distintas.

Eu preocupo-me com o lado moral desta questão.

Era só isto.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil para defesa da honra. Dispõe de 3 minutos.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Gomes:

Vamos lá a ver se a gente se entende numa questão muito simples: "Quem tem telhados de vidro, não atira pedras aos do vizinho"!

Portanto, V. Exa. é quem trouxe a esta Câmara um conjunto de acusações, as quais não pode provar inclusivamente. E quando nós lhe dissemos que podemos provar as acusações que fizemos em concreto, o Sr. Deputado "deu o dito por não dito", do tipo "não é consigo é com o vizinho"... então afinal como é?!

Que eu saiba, V. Exa. fez parte da campanha eleitoral em S. Jorge, ou foi apenas um mero boneco teleguiado que só servia quando era preciso?!

*(Risos da bancada do PSD)*

Se assim foi, eu não quero "bater mais no ceguinho" e não vale a pena a gente continuar esta discussão!

Obrigado.

**Deputado António Gomes (PS):** Mesmo por isso não há resposta!

**Deputado João Cunha (PSD):** Tens que usar outros argumentos!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais para uma intervenção.

**Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais** (*Álamo de Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Antes de começar a minha intervenção, gostaria de saudar V. Ex<sup>a</sup>. Sr. Presidente da Assembleia, bem como a restante Mesa, e ainda os Srs. Deputados. E ao mesmo tempo quero manifestar a minha disponibilidade para, nas minhas funções, responder a todas as questões que me queiram colocar agora e depois, dentro da tal política de diálogo e transparência que este Governo se propõe.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O conjunto das medidas que este Governo se propõe implementar na área social, isto é, no âmbito das políticas que directamente dizem respeito às pessoas e às comunidades, norteia-se pelo princípio de que as pessoas devem estar primeiro.

Face a esse princípio, o Governo assume como sua prioridade primeira a solidariedade social, assumida não como uma forma esporádica de resolver problemas individuais, mas como uma actividade sistemática de promoção social de toda a comunidade. A execução de uma política social coordenada, como aquela que este governo se propõe, implica necessariamente um muito elevado grau de coordenação intersectorial já que as políticas de solidariedade envolvem toda a vivência humana nas suas múltiplas vertentes.

Assim, pretende-se que todas as políticas sociais funcionem como um todo coerente/subordinado a um objectivo último: potenciar maior desenvolvimento e maior bem estar a todos os açorianos. Do ponto de vista operacional, essas políticas serão desenvolvidas nas seguintes vertentes:

1. Emprego e formação profissional, em ligação directa com o sistema de ensino e com o mundo empresarial;
2. Solidariedade e segurança social, em estreita ligação com a acção social directa e com a educação e formação profissional/emprego;
3. Intervenção directa junto dos grupos mais vulneráveis da população (jovens, idosos, excluídos sociais, incluindo os repatriados);

4. Saúde, em estreita ligação com a segurança social e com as políticas de solidariedade;
5. Educação, em ligação com a formação profissional/emprego e com a política de acção social;
6. Uma política de Cultura integrada com o sistema educativo e com a sociedade civil, com particular ênfase para a preservação do património cultural (móvel e imóvel) e voltada para o aumento do acesso à cultura, particularmente a criação de uma rede de leitura e para o aumento da fruição cultural dos açorianos.
7. Fomento do desporto em todas as suas vertentes, tendo em conta a ocupação dos tempos livres dos jovens e a influência salutar que o desporto pode exercer na sociedade;
8. Uma política de juventude integrada e horizontal, ligada a todos os sectores das políticas sociais, com particular ênfase para a integração com a formação profissional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Após esta breve exposição da envolvente das políticas sociais, passaria agora a uma, necessariamente breve, explanação das políticas específicas de cada sector.

#### EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

As políticas de emprego e formação profissional assumem um importância fundamental no âmbito das políticas sociais. O desemprego é já nos Açores um problema que assume proporções graves.

Números provisórios indicam que a 15 de Novembro de 1996 o número de pedidos de emprego registados nos centros de emprego era já 9014, número muito superior àquele que ainda em Setembro era apontado (8531). O programa MEFÉ ocupa, de forma artificial, 1547 desempregados. Em Outubro estavam inscritos como desempregados 7184 trabalhadores (o que somados aos ocupados pelo MEFÉ eleva a 8731 o número de açorianos oficialmente sem emprego. Admitindo uma população activa de 96.000 pessoas, a taxa de desemprego seria então de 9,1%! Numa população tão pequena, e numa economia tão débil como a açoriana, estes números são de extrema gravidade e exigem medidas imediatas.

Assim, a prioridade é, em ligação directa com o sistema formal de ensino, com o sistema de formação profissional e com o mundo empresarial, dar prioridade ao combate ao desemprego, pois ele é a causa primeira de muitas das disfunções sociais que afectam as nossas comunidades e está por detrás de muitos dos fenómenos de exclusão social que se verificam um pouco por todas as nossas ilhas.

Para isso é preciso deixar de dar ênfase às medidas meramente conjunturais, que mais não fazem do que esconder a realidade. Os programas de ocupação temporária de trabalhadores, inegavelmente importantes na sua vertente sazonal, têm que ser complementados, ou mesmo substituídos, por políticas estruturais de fomento ao emprego e à empregabilidade dos açorianos. Essas medidas passam pela adopção de medidas concertadas no âmbito do apoio ao crescimento económico e às empresas, que o Sr. Secretário da Economia oportunamente explanou, e por uma política agressiva de formação profissional.

Ainda na área directa do Emprego, o governo propõe-se melhorar o funcionamento dos serviços de emprego, dignificando-os e aproximando-os progressivamente das estruturas de segurança e solidariedade social. Pretende-se também repor clareza nos processos de atribuição de subsídios e prestações sociais, prestigiando o aconselhamento profissional e a formação profissional em caso de desemprego.

Na concertação pretende-se a via do diálogo e a participação de todos os interessados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No âmbito das políticas de emprego que cabem à área social deste Governo, a melhoria da qualificação profissional dos açorianos, nas áreas onde a economia já apresenta carências de trabalhadores qualificados, ou onde é previsível a criação de emprego, assume-se como a maior prioridade. Só assim será possível melhorar a inserção dos açorianos no mercado de trabalho e potenciar o crescimento da nossa economia. Assim, o governo propõe-se:

1. Implementar um programa integrado de formação profissional, privilegiando as profissões onde haja carência e onde se preveja crescimento das necessidades;
2. Alargar a formação profissional e melhorar a ligação à escola e ao mundo laboral e empresarial;

3. Aplicar com eficácia e transparência os fundos do FSE e de outras origens destinado à formação, em cooperação com as escolas, às empresas e às autarquias; Melhorar a estrutura da formação profissional na Região, dando-lhe carácter sistémico e evitando o aparecimento de escolas e cursos desgarrados e sem controlo de qualidade e qualificação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Se o desemprego está na base de parte considerável dos problemas de pobreza e exclusão social, o combate a estas situações não se esgota nas políticas de apoio ao emprego e à qualificação profissional.

Existem situações em que a sociedade tem de prestar uma especial atenção e apoio aos indivíduos e às famílias. É aí que a solidariedade social tem de se fazer sentir.

Infelizmente nos Açores ainda há muitas famílias que vivem abaixo do limiar da dignidade humana, subsistindo em condições que nos deveriam envergonhar a todos.

Também aqui, tal como no combate ao desemprego, queremos aplicar medidas estruturais e não apenas actuar de maneira conjuntural.

As políticas de solidariedade e segurança social deste governo, incluindo as questões relacionadas com a aplicação do Rendimento Mínimo Garantido, nortear-se-ão pela integração com as restantes políticas, com particular destaque para a educação, a formação profissional e a saúde.

Pretende-se aumentar a presença junto das comunidades dos técnicos da área social, passando a actuar de maneira personalizada junto das famílias e das comunidades em carência. Nesse trabalho será privilegiada a actuação concertada com as Instituições Privadas de Solidariedade Social, as associações e outros parceiros da sociedade civil. Neste âmbito, o voluntariado social terá de assumir um papel central.

Nas políticas sociais será dada particular atenção aos chamados grupos de risco, particularmente no apoio à infância, em estreita ligação com o sistema educativo; à juventude, em estreita ligação com a área da saúde e da educação, particularmente na prevenção e combate ao alcoolismo, à toxicoddependência, à SIDA e a outras situações de risco; e aos mais idosos, onde se privilegiará o apoio domiciliário e o acolhimento em instituições adequadas, quando outras soluções não forem possíveis,

e um adequado programa de saúde geriátrica que garanta melhor qualidade de vida e maior longevidade aos nossos idosos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Porque a educação, ou, melhor dizendo, o insucesso educativo está na base de boa parte dos problemas de exclusão e pobreza, a melhoria do sistema educativo e a promoção do sucesso educativo dos jovens é um dos caminhos privilegiados de combate a essas situações.

No sector educativo, propomo-nos melhorar o parque escolar de todos os graus de ensino sob tutela regional, criando condições para uma escola mais atractiva e com mais sucesso.

A formação profissional dos docentes, a melhoria do funcionamento das escolas através de uma maior autonomização do seu funcionamento, e de uma maior responsabilização da comunidade educativa de cada escola pelo seu sucesso, são vias que tentaremos implementar. A redução do abandono escolar precoce, do absentismo e do insucesso são o nosso objectivo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo:

Na área da Saúde temos como objectivo fundamental garantir a todos os açorianos um atendimento humanizado e com as condições de qualidade e de igualdade de acesso que se querem apanágio das sociedades desenvolvidas. É nosso objectivo tentar encontrar soluções que, sem empolar irrealisticamente os custos, permitam a todos os açorianos, mesmo os das ilhas menos populosas, acesso aos cuidados de saúde.

Para isso, queremos reformular o funcionamento do Serviço Regional de Saúde, redefinindo o seu modelo orgânico e funcional, aumentando a interligação entre as unidades de saúde que integram. Queremos com isso racionalizar o sistema e melhorar a sua capacidade de resposta, reduzindo os custos através do aumento da produtividade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo:

Queremos uma política de Cultura integrada com o sistema educativo e com a sociedade civil, com particular ênfase para a preservação do património cultural (móvel e imóvel) e para o aumento do acesso aos bens culturais, particularmente a

criação de uma rede de leitura. Nesse contexto assume particular ênfase a conservação do nosso património arquitectónico - monumentos e conjuntos -, mesmo aqueles que não obstante a sua modéstia, assumem grande importância cultural. São exemplos desse património que urge preservar, as Fajãs de S. Jorge, com a sua arquitectura e estruturas de povoamento típicas, e as casas do Ramo Grande, na Terceira - património hoje em boa parte delapidado. Também o rico património associado à cultura da vinha e à produção do vinho - com os seus expoentes no Pico e nos Biscoitos - exigem o reforço dos processos de protecção ora em curso e o seu alargamento a outras áreas.

Angra do Heroísmo, cidade património mundial, terá a nossa atenção e envolvimento, aliás já anteriormente aqui anunciado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

No âmbito da política desportiva, pretendemos o fomento do desporto em todas as suas vertentes, tendo em conta a ocupação dos tempos livres dos jovens e a influência salutar que o desporto pode exercer na sociedade. A generalização do desporto e o seu entrosamento com outras áreas da sociedade, sem esquecer o desporto escolar e a sua ligação ao sistema educativo e à sociedade, será a nossa prioridade nesta matéria. É preciso dar uma função social ao desporto.

Na política de juventude, queremos uma política integrada e horizontal, ligada a todos os sectores das políticas sociais, com particular ênfase para a integração com a formação profissional. Para serem efectivas, as políticas dirigidas à juventude têm de estar integradas com os diversos sectores da área social, e mesmo, da área económica. Por isso, queremos uma integração tão perfeita quanto possível das políticas de juventude com as restantes áreas da SREAS e uma cooperação estreita com as áreas económica e da habitação, entre outras.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

**Deputada Ana Carolina Silva (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Num Programa de Governo, na minha opinião, não é aconselhável fazerem-se críticas. Críticas ao passado, como são feitas neste Programa deste Governo. Críticas aos autarcas, alguns acusados de incúria. Mas a mim parece-me muito mais grave fazerem-se críticas aos açorianos. Senão vejamos o Programa do Governo na página 51:

"Incentivar um melhor aproveitamento dos edifícios polivalentes das casas do povo, evitando que sejam apenas botequins ou salas de arrendar".

Eu penso que há muita gente por esses Açores fora que têm feito muito e boa utilização das nossas casas do povo.

Para que não fiquem todas sob suspeita, gostaria que o Sr. Secretário me dissesse qual a realidade que o fez escrever tais palavras.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

**Deputado Sidónio Bettencourt (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Também me chocou um pouco essa expressão de "botequim", porque habituei-me a ver por todas as ilhas o enaltecimento de grandes líderes de comunidade.

De facto, penso que não se pode generalizar de uma forma tão acentuada, isto é, o todo não deve esquecer as partes que devem ser enaltecidas.

Por isso, gostaria de sublinhar esse pormenor, porque há de facto grandes casas do povo, com grandes líderes de comunidade que não podem ser abrangidas por esta expressão de "meros botequins".

Por outro lado, gostaria de fazer uma ou duas perguntas ao Sr. Secretário relacionadas com a interligação e a multidisciplinaridade da sua Secretaria.

Quanto à política editorial, creio que é intenção do Governo não ter uma cultura dirigista, ou seja, este Executivo pretende dar possibilidade à criatividade, iniciativa com a qual estou de acordo. Mas, simultaneamente, o Governo diz que pretende apoiar os criativos, apoiar aqueles que fazem livros, embora não queira ser uma editora, querendo no entanto apoiar essas iniciativas.

Em face disto, gostaria que me dissessem o que é que se pretende significar com isto de "apoiar"?

Será novamente um apoio através de subsídios, ou será apenas um apoio moral às manifestações de lançamentos de livros?

Em relação ao intercâmbio de jovens, fala-se aqui muito da nossa diáspora e da troca de experiências entre os centros culturais das Américas e dos Açores. Porém, não encontro uma relação inter-ilhas nessa movimentação, em particular ao nível desportivo - se é que vai continuar - e, concretamente, gostaria de salientar um outro pormenor relacionado com aqueles que não se dedicam ao desporto, mas que se dedicam às artes.

Penso que nos Açores há uma pequena discriminação.

Por exemplo, os jovens que enveredam pelo caminho do desporto têm intercâmbios suportados pelo Governo e os jovens músicos têm grande dificuldade em sair de um conservatório e irem tocar a outra ilha, sem o apoio desse Governo, e esses subsídios até são dados pela mesma Secretaria.

Gostaria de saber se é intenção do Governo confinar mais à juventude essa possibilidade, indiscriminada e independentemente, de serem artistas ou serem desportistas?

Uma palavra também em relação ao desporto da alta competição, onde os Açores têm naturalmente marcado uma posição de relevo, a nível internacional.

Penso que é intenção do Sr. Secretário apoiar a alta competição.

Portanto, em relação ao desporto profissional, sector que é relevado pelo Governo como um aspecto a promover, gostaria de saber em que medida pensa o Governo apoiar este sector, que já existe no Arquipélago dos Açores?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

**Deputado Joaquim Ponte (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tinha alguma esperança que a intervenção do Sr. Secretário viesse clarificar algumas dúvidas que tinha, nomeadamente no que diz respeito ao sector da Saúde. Todavia, esta intervenção sobre este sector, na minha opinião, quedou-se por uma pobreza acentuada e por generalidades apenas relativas a este sector, a avaliar por aquilo que ouvi da intervenção do Sr. Secretário.

Nesta circunstância, eu gostaria de focar ao Sr. Secretário três aspectos que são os seguintes: na página 1 do sector da Saúde, Capítulo VIII, a determinada altura diz que "cada ilha deve ser dotada de equipamentos colectivos indispensáveis"; para mais adiante no ponto 3 dizer-se que "cada ilha deverá tendencialmente ser auto-suficiente em cuidados de saúde essenciais".

Face a isto eu perguntaria, conjugando os cuidados de saúde essenciais com a auto-suficiência, o que é que o Sr. Secretário entende por "cuidados de saúde essenciais"?

Conheço cuidados de saúde primários, conheço cuidados de saúde diferenciados ou secundários. Mas, a avaliar por aquilo que se diz de início "equipamentos colectivos indispensáveis", fico sem saber se estes cuidados de saúde essenciais em cada uma das nossas ilhas, a tenderem para uma auto-suficiência, se referem apenas aos cuidados de saúde primários ou se estes cuidados de saúde essenciais revestem - o que na minha perspectiva me parece correcto - essenciais em termos de auto-suficiência, devem ser todos os cuidados de saúde e, por conseguinte, não vejo também em termos práticos, nem sequer em termos teóricos, que isto seja possível conciliar-se com a nossa realidade insular.

A segunda e a terceira questões que queria colocar, traduzem-se no seguinte: diz o Programa do Governo, a determinada altura, que "é necessário reformular o modelo de gestão", quando refere a nova política para o Serviço Regional de Saúde.

Concordo com esta mudança, no entanto gostaria de saber - uma vez que não ouvi nem li nenhuma medida política que corresponda a esta vontade do Governo — em que termos é que ela se traduz.

A terceira questão, em concreto, diz respeito à desburocratização e simplificação da administração no sector da Saúde, "nomeadamente através da eliminação de procedimentos importados da administração central".

Gostaria também de saber, uma vez que não vi nada escrito nem foi dito pelo Sr. Secretário, que medidas de política se procuram ou que se vão adoptar, para desburocratizar e simplificar a administração na Saúde e também quais são os procedimentos importados da administração central e que este Governo tenciona banir na sua administração.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Procurei tomar nota dos números que o Sr. Secretário referiu sobre o emprego e desemprego, porque ontem essa matéria já foi objecto de debate nesta Casa.

V. Ex<sup>a</sup>. diz que o total de desempregados em Setembro passado era de 1581. E que tinham sido anuladas as inscrições de 1051, que eu depreendo que sejam aquelas inscrições que são anuladas, porque a pessoa não devolve aquele cartãozinho e, portanto, é imediatamente abatido, o que perfaz 9582 desempregados, se eu fiz bem a conta.

Posso ainda fazer a seguinte conta: V. Ex<sup>a</sup> diz que são 1547 os empregados do MEF, com os 8531 desempregados (de acordo com os dados estatísticos), dará qualquer coisa como 10 078 desempregados.

Para uma população activa de 96 000 trabalhadores, eu direi que certamente o Sr. Presidente do Governo não se enganou quando disse que andávamos nos cerca dos 10% de desempregados na Região.

Portanto, era só para o Sr. Secretário me confirmar se as minhas continhas de 4<sup>a</sup> classe estão certas?

No que diz respeito à Sr<sup>a</sup>. Deputada Ana Carolina, gostei de ouvir as "críticas ao passado". E cá está um para fazê-las mais uma vez, porque nesta Casa fi-lo várias vezes.

Diria que várias vezes - quase no mesmo sítio onde V. Ex<sup>a</sup>. está hoje sentada - chamei a atenção para o papel das casas do povo. E disse mais: disse que era uma monstruosidade que nesta Região se fizesse, na mesma freguesia com 600 habitantes, uma casa do povo, um centro paroquial do Sr. Padre da freguesia e mais a casa da banda. E as três estarem transformadas em três bares.

Disse também, e V. Ex<sup>a</sup>. estava cá por isso sabe-o muito bem, que achava inaceitável que o Governo desse subsídios para a feitura de bares na Rua da Calheta da cidade de P. Delgada, porque esta já tinha quase mais tabernas do que casas de moradia - disse-o nessa bancada e repito-o hoje.

Portanto, quero dizer-lhe que não tenho qualquer dúvida de que há muitas e boas casas do povo e posso dar-lhe dois ou três exemplos, como são o caso da freguesia da Ribeirinha na Ribeira Grande que quer fazer novamente eleições e não consegue, porque ninguém se candidata. O meu amigo Álvaro Feijó lá vai continuar por mais um mandato.

Na Casa do Povo do Pico da Pedra, vai lá continuar o meu amigo Manuel Jorge, porque ninguém quer ir para lá.

Portanto, infelizmente, o que as nossas casas do povo não têm é a dinâmica, a acção, a actividade - aí concordo plenamente que elas não têm, por isso algumas delas se transformaram em bares.

**Deputados António Menezes e Ana Carolina (PSD):** Quais?!

**O Orador:** Eu já dei alguns exemplos e os Srs. Deputados sabem perfeitamente quais as freguesias que têm esse problema.

*(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)*

**O Orador:** Posso dizer-vos que no concelho da Ribeira Grande só há **um** edifício de casa do povo!

Enquanto que nas ilhas de Faial, Pico, S. Jorge e Graciosa, na mesma freguesia o PSD durante 20 anos chegou a fazer 3 salões paroquiais com 3 bares!

Vamos embora, estou disponível para fazer essa viagem. Podemos até começar Segunda-feira!

**Deputado Victor Cruz (PSD):** A pergunta não é essa!

**Deputado João Cunha (PSD):** O Sr. não conhece as ilhas!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Menezes.

**Deputado António Menezes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

De maneira nenhuma posso concordar com o que aqui foi dito. E tenho a certeza absoluta que o Sr. Secretário da Educação e Assuntos Sociais quando começar a visitar as casas do povo desta Região...

**Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo Menezes):** Já visitei muitas!

**O Orador:** ... vai reconhecer que é uma profundíssima injustiça aquilo que vem dito neste Programa.

O Sr. Secretário já foi às casas do povo da Ilha Terceira?

Ora, os presidentes dessas casas do povo, bem como os do Pico - e o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila sabe qual é a actividade das casas do povo do Pico - e outros amigos do Faial e de outras ilhas, vão ficar muito satisfeitos em saber que a apreciação que os deputados e que o Governo do Partido Socialista fazem à sua generosa e altruísta actividade, é a de que são meros... **promotores de alcoolismo e botequins!**

**Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais** (*Álamo Menezes*): Espere pela minha resposta e verá!

**O Orador:** Ora aí está uma coisa que fica registada para a história vos julgar!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Infelizmente, e ao contrário do que aconteceu com a intervenção da Sr<sup>a</sup>: Deputada Fernanda Mendes, devo dizer que a intervenção do Sr. Secretário no que diz respeito à área da Saúde, foi para mim uma profundíssima desilusão.

Porque em mais de 1 hora e 40 minutos que o Governo ainda dispõe para falar, o Sr. Secretário não levou sequer 2 minutos da sua intervenção a falar na área da Saúde.

**Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais** (*Álamo Menezes*): A Sra. Deputada já disse tudo!

**O Orador:** Desculpe, nós estamos aqui a apreciar o Programa do Governo e que eu saiba, o Sr. é que é o Secretário, não é a Sr<sup>a</sup>. Deputada Fernanda Mendes!

Porque se fosse, talvez o diálogo tivesse sido mais promissor!

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Sabe, é que nós formamos uma equipa.

**O Orador:** Há aqui uma questão que me parece fundamental.

Na minha intervenção sobre a estrutura do Governo, elogiei o mesmo por na sua estrutura ter seguido os conceitos e as formulações de um diploma que foi feito há 14 anos. Mas não consigo compreender como é que, passado todo este tempo, o Governo do Partido Socialista pretende como estrutura orgânica para o novo Serviço Regional de Saúde recuperar uma estrutura que foi cedida por esta Casa, por proposta do PSD, em 11 de Dezembro de 1980 - há 16 anos! - e que criava exactamente aquilo

que os senhores neste momento estão a propor. Ou seja, hospitais de ilha e um centro hospitalar regional.

Nós, PSD, abandonámos essa estrutura, porque a considerámos ultrapassada, porque os tempos e os conceitos de organização de serviços evoluíram ao longo dos anos e porque era inexequível.

Os senhores, passados 16 anos, propõem como grande medida retomar uma opção que tem 16 anos de idade e que nós próprios abandonámos por ser inexequível!

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Faltou foi a coragem política!

**O Orador:** Gostaria de perguntar-lhe muito concretamente a si, Sr. Secretário, o seguinte:

- O que é um hospital de ilha?

- Que diferença é que há entre um hospital de ilha e um centro de saúde?

- O que é um centro hospitalar regional?

Eu estou a fazer perguntas sobre o Programa do Governo.

Eu tenho a seriedade suficiente para não estar aqui a perguntar, a um nobel secretário, números de políticas sectoriais. Eu estou a falar apenas daquilo que faz parte do Programa do Governo, porque já estive sentado nesse lugar e pelo menos aquilo que estava no Programa do Governo eu sabia em pormenor. O que não está no Programa do Governo eu não exijo.

Pergunto: o que é um Hospital de ilha e como se diferencia em relação a um Centro de Saúde?

O que é um Centro Hospitalar Regional?

Com isto quer dizer que os três Hospitais existentes em Angra, Horta e Ponta Delgada vão ser fundidos num único?

A autonomia administrativa, financeira e técnica que é indispensável que os nossos três hospitais tenham, atendendo à nossa dispersão regional, vai ser fundida numa única administração regional? Sabe-se lá onde estará sediada.

Não conseguem ver que há uma diferença essencial entre os Açores e a Madeira — o Funchal tem um centro hospitalar — porque eles têm 3 hospitais, mas a realidade da Madeira é diferente dos Açores?

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que procurasse terminar, porque o seu tempo esgotou-se.

**O Orador:** Peço desculpa, Sr. Presidente. Vou já sentar-me, embora com imensa pena porque tinha mais perguntas para fazer, mas estas ficarão para outra altura.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem, após a curtíssima intervenção do Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, coloquei-lhe uma questão, concretamente sobre a formação profissional no que se refere à criação de escolas profissionais no sector das pescas.

Coloquei-lhe, porque julgava que ele era o responsável pela formação neste sector.

Ele remeteu-me para o Sr. Secretário, o que me leva a deduzir que o Sr., a partir de agora, é responsável pela formação do sector das pescas.

Gostaria que indicasse quais as vertentes que estas escolas profissionais vão abranger?

Qual o tipo de formação base? Mestre, contramestres, são escolas semelhantes às escolas que funcionam pelo país, vai funcionar através dos protocolos actualmente já existentes entre a Direcção Regional das Pescas e o organismo a nível nacional que tem essa responsabilidade?

Para terminar, desafiava o Sr. Deputado Francisco Sousa, que falou na existência de casas do povo pelas várias ilhas, nomeadamente na Ilha do Faial, para que me indicasse uma casa do povo nesta ilha que não tem dinâmica e cuja sua função principal seja um botequim?

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco Sousa:

Em primeiro lugar, queria dizer-lhe que não precisava de voltar a fazer as contas que o Sr. Secretário da Educação e Assuntos Sociais fez para eu lhe responder, porque eu já tinha pedido a palavra só que, pelo que vejo, o debate está bastante animado e há muita gente para intervir.

A questão que quero reafirmar é que me desagrada bastante que este Governo, com uma semana de existência, já tenha um serviço paralelo de estatística.

Disse ontem e reafirmo hoje que só há um Serviço Regional de Estatística. É esse que reconheço e foi esse que reconheci ao anterior Governo, porque acho muito mal e de muito mau sinal que se comece a manipular números quando eles nos interessam, porque daqui a dias eles podem ser manipulados ao contrário!

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção, talvez por ser a primeira, vai ser mais um pouco calma que as últimas.

Em primeiro lugar, quero dar os parabéns ao Sr. Secretário da Educação e Assuntos Sociais pela consagração de uma visão de política de juventude precisamente que não é a consideração desta política, como uma área estanque da actuação governativa, mas sim como uma política que atravessa diversas áreas, nomeadamente educação, saúde, emprego e formação profissional.

Por outro lado, pretendo também colocar uma questão no que diz respeito à formação, ou seja, quando fala no Programa do Governo, na página 83, no alargamento dos estágios como medida de maior ligação do sistema de ensino à vida activa, concretamente, gostaria que me indicasse em que é que se traduz este alargamento.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fala-vos um humilde Deputado que há 30 anos está ligado às casas do povo.

Tive o prazer de reabrir a primeira casa do povo desta zona, Candelária, nos tempos difíceis em que ninguém lá queria entrar. Apenas havia aquela casa do povo e a dos Cedros.

Desde essa altura até agora, estou sempre ligado às casas do povo, mas já disse naquela tribuna e lamento profundamente, que muitas das nossas casas do povo caminhem para tabernas em ponto grande.

Eu não tenho vergonha nenhuma de o repetir, porque é um aviso em relação ao que acontecia.

Eu lamento muito que as casas do povo tenham que ter um bar para sobreviver e contra isto ninguém me pode questionar.

Eu lamento muito que em nome da tripolaridade louvada — isto para mim foi uma **delícia**, vai servir de tema para 4 anos, este louvor à tripolaridade à tradição — existam casas de cultura onde se pratica apenas o violino e piano. Só que a cultura não é só violino e piano, é também bandolim e violão e de quem baila e canta no povo.

Não basta dar subsídios ao longe. Não basta mandar um fardamento ou instrumentos. É preciso acompanhar e alinhar.

As casas de cultura têm uma incidência nas cidades onde estão colocadas, as casas de cultura não têm nenhuma ramificação com a cultura.

**Vozes da bancada do PSD:** As casas do povo!

**O Orador:** Desculpem, eu sei o que é que estou dizendo.

O Governo anterior nunca percebeu — o Sr. não quer que eu diga, mas tenho que dizê-lo — que se podia pegar em coisas que estavam nas casas de cultura e estendê-las ao mundo rural, às casas do povo, para que fossem locais onde se pudesse entrar, onde as famílias visitassem e que fossem de facto centros de cultura.

Eu não sou contra as casas do povo. Evidentemente sou a favor e tenho lutado e trabalhado pela cultura das casas do povo, mas essas deficiências têm que ser reconhecidas e não se pode exigir que para haver um bocadinho de dinheiro, tenha que se vender brandi e café se não, caso contrário, não há dinheiro para elas sobreviverem.

Não basta construir a parte física. É necessário também o acompanhamento humano que foi o que faltou.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Reconhecendo o vigor e calor empregado pelo meu colega e companheiro de bancada, e com o direito que lhe é reconhecido nesta Casa o qual eu lhe reconheço, vou usar da palavra porque o Sr. Deputado António Menezes pronunciou o meu nome.

Infelizmente tenho que dizer aquilo que, na minha opinião, poderia passar sem referi-lo nesta Casa.

Foram inauguradas este ano na Ilha do Pico 4 sedes de casas do povo e nos discursos proferidos foi dito, mais ou menos com a mesma nuance, por alguém que representava V. Exa, que desejava que uma dessas sedes não se transformasse nisto que aqui vem, nesta frase, e que tantos problemas tem causado a V. Exas., começando pela Sra. Deputada Ana Carolina, mas que mais não é do que procurar dizer que se quer evitar chegar a este ponto limite.

"Botequim" pode ser atendido como um sítio onde se vende mercearia. Portanto, não é uma situação tão grave no meio rural.

Vamos com calma.

V. Exas. estão preocupados porque sabem a herança que deixaram.

Há casas do povo que não funcionam na Ilha do Pico.

**Deputada Ana Carolina Silva (PSD):** Quais?

**O Orador:** Pelo amor de Deus! Vamos dar algum nível a estas coisas.

A Casa do Povo de São António, a Casa do Povo de Santo Amaro não têm estruturas próprias funcionam como um mero estabelecimento administrativo.

Não vamos entrar por aí. Todos nós conhecemos a Região e se não conhecemos devíamos conhecer.

Essa história do "quais?" é muito bonita quando não há argumentos. Aqui é uma questão séria que tem que acabar.

E digo-lhe mais: não há estruturas na Piedade e em muitos mais sítios, mas isso não interessa agora. O que interessa é que quando estavam na situação admitiam-a e queriam evitá-la.

Não se preocupem com uma situação que não é nova. É preciso é que seja debelada e juntos devíamos dar as mãos para debelá-la nos sítios onde ela existe.

Estejamos meramente conscientes de que o caso não se encobre como alguém já o disse aqui.

**Presidente:** O Sr. Deputado António Menezes pediu a palavra, mas tenho algumas dúvidas se o poderei inscrever duas vezes.

**Deputado António Menezes (PSD):** Sr. Presidente, eu não quero de maneira nenhuma violentar o Regimento.

Se o Sr. conseguir encontrar uma forma regimental para eu poder usar da palavra...

**Presidente:** Tem a palavra Sr. Deputado.

**Deputado António Menezes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

A frase que está no Programa do Governo é a seguinte (é bom ler em português e eu ainda sei ler):

"Incentivar o melhor aproveitamento dos edifícios polivalentes das casas do povo evitando que sejam apenas botequins ou salas para arrendar, tornando-os verdadeiros pólos de desenvolvimento comercial".

**Deputado Fernando Menezes (PS): Apenas!**

**O Orador:** Está aqui escrito de uma forma que qualquer leitor que sabe o mínimo de português...

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral):** São todos!

**O Orador:** ... generaliza isto que está aqui.

Essa não é a realidade.

Os Srs. sabem, concretamente, que a Ilha do Pico é das ilhas do Açores que tem mais edifícios polivalentes, que tem maior actividade cultural, recreativa e desportiva nas casas do povo, e isto aplica-se a quase todas as ilhas da Região.

Eu já reconheci que a ilha que tem menor actividade associativa nas casas do povo é a Ilha de São Miguel — reconheço-o porque já o reconheci aqui — e nas outras ilhas, com as excepções que foram dadas pelo Deputado Francisco Sousa, a **esmagadora**

maioria das casas do povo têm tido um enorme incremento em actividades recreativas, culturais e desportivas.

Quem colocou uma afirmação destas no Programa do Governo, ou tinha esta ideia mal formada, ou desconhece completamente a realidade da Região.

Eu tenho a certeza absoluta que não vão passar 3 meses e este Governo vai alterar completamente a sua análise sobre o assunto em questão.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome do Governo Regional pretendo reiterar o respeito pelo movimento associativo em geral, designadamente por aqueles que exercendo funções, por exemplo, nas casas do povo, exercem-nas com eficiência e com empenho.

Em toda a Região existem instituições bem ou mal geridas. As casas do povo não escapam a essa situação.

O facto do nosso Programa do Governo conter essa frase que anunciou e bem, apenas quer dizer que nós temos uma grande preocupação, no sentido de que as casas do povo que são mal geridas e que, pura e simplesmente, não existem em termos práticos e de actividades, venham a alcançar uma notoriedade e um grau de actividade compatível com as razões da sua existência.

Aquilo que nós dizemos na terminologia própria que quisemos utilizar é, com muita franqueza, algo que não tem originalidade nenhuma.

É algo que já foi aqui repetidamente dito, designadamente pelo agora Sr. Deputado António Menezes e recordo-me bem da discussão que aqui envolveu uma Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre as casas do povo, por ele apresentada, e que todos nós discutimos.

Lembro-me como se fosse hoje, das críticas que ele fazia a casas do povo inexistentes e revoltando-se inclusive pelo facto do Governo subsidiar e dar fundos a essas casas do povo que nada faziam.

Era algo semelhante perdoando, necessariamente, o facto destas palavras poderem não corresponder rigorosamente ao que disse, mas o seu sentido era inquestionável.

O que é um botequim...?

É um bar, uma casa de bebidas ou até na versão da VI Edição do Dicionário da Porto Editora, resultante de uma importação da palavra italiana "botteghino"...

*(Risos da bancada do PS e Governo)*

... pode ser... uma casa de venda de bilhetes para o teatro!

*(Risos da Câmara)*

Se V. Exa., Sr. Deputado, se ofende com um bar, ou com uma casa de bebidas, deleite-se e esteja connosco para que as casas do povo, nesse sentido, possam ser entidades promotoras e vendedoras de bilhetes de teatro.

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PS e Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

**Deputado Aurélio da Fonseca (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

Embora compreenda que com tantas matérias tenha que fazer uma exposição "banda larga", como fez referências pontuais a algumas situações ou matérias e para sossego de algumas famílias, ponho-lhe também três ou quatro questões pontuais.

A Região participou na Bélgica na exposição da EUROPÁLIA, em Sevilha na exposição internacional na área da cultura.

O que se passará com a Expo'98?

Coloco esta pergunta, porque não há referências nem na sua exposição nem no Programa do Governo.

Em relação à educação para todos, não há referência ao desporto para deficientes que ultimamente vem sempre como posição de referência.

Em relação à gestão do parque desportivo escolar, com o binómio comunidade/escola e como ao que consta vai ter uma Direcção Regional dos Desportos, quem ficará com a gestão desse PAC (Direcção Regional de Educação/Direcção Regional dos Desportos)?

Em relação ao ensino artístico, às escolas básicas com ensino integrado de música onde estavam prontos os programas base com os estudos feitos para os blocos musicais, com insonorização e todas aquelas características próprias avaliadas em qualquer coisa como meio milhão de contos, aplica-se ou não o critério dos tais 600 alunos?

Se se aplica, quantas destas valências temos que fazer?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

**Deputado José Manuel Nunes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

O Sr. falou em reduzir os custos com a saúde. Acho bem.

Existe um médico no Corvo que ganha mais de mil contos.

Seria muito mais útil haver lá mais um médico pelo mesmo dinheiro. Assim, as pessoas teriam opção de escolha, poderiam consultar um ou outro médico, uma vez que existem pessoas na mesma ilha com medo de ir à consulta daquele que lá está.

Gostaria de saber que medidas o Sr. vai implementar no sentido de atenuar esta situação?

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

**Deputado Augusto Elavai (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para participar na discussão sobre as taxas de desemprego, porque ontem participei nessa questão e gostaria de ver mais um pouco especificada este problema das taxas.

Como eu disse ontem, Sra. Deputada Berta Cabral, a taxa de desemprego em 95 segundo o Serviço Regional de Estatística, era de 7,9%.

A Sra. Deputada disse que no terceiro trimestre era de 5,2%. Isto está correcto, segundo esse mesmo Serviço.

Mas se virmos a evolução, no ano de 95 são os tais 7,9 que eu referi. No primeiro trimestre 7,3; no segundo trimestre 7,1 (anda à volta dos 7) e no terceiro trimestre 5,2%.

Qualquer pessoa que lida com estatísticas, começa a achar que aqui houve um "boom" económico, isto é, foram criados demasiados postos de trabalhos para as empresas.

Eu não sabia explicar esta situação, porque ela não se encontrava na estatística. Pedi explicação mas ninguém me soube dar, no entanto o Sr. Secretário conseguiu encontrá-la, isto é, foram anulados, antes das eleições, 1051 postos de trabalho, mais precisamente os trabalhadores que se encontravam ao abrigo do MEFE.

Se fizermos a diferença, ou seja, se esses 1051 postos de trabalho não fossem anulados, a taxa do segundo trimestre em vez de ser de 7,1 % seria de 7,5% — subia.

Outra fonte indica-nos 10%. Com duas fontes podemos utilizar uma ou outra.

Mas em termos de estatística sem esses 1051 que foram anulados, eu acho que não é natural que de 7,1 num trimestre se passe para 5,2, o que se nota aqui uma jogada política. Eu não estou a atacar ninguém, mas antes das eleições foram anulados 1051 postos de trabalho.

**Presidente:** O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

**O Orador:** Obrigado Sr. Presidente.

Por outro lado, podemos utilizar outra fonte, ou seja, a do Sr. Secretário.

Os últimos números que aqui tenho já são de Outubro de 96, ou seja, o terceiro trimestre.

Se fizermos a evolução, verificamos que o desemprego aumentou. Isto verificou-se não com o novo Governo, porque ele só tomou posse no dia 9 de Novembro, mas sim com o anterior Governo.

Com isto verificamos que o desemprego num mês aumentou 9,4%, ou seja, de 6566 passou-se para 7184, segundo a fonte que o Sr. Secretário aqui referiu.

Não podemos comparar uma fonte com a outra, mas podemos ver as evoluções na mesma fonte.

Era apenas isto que pretendia esclarecer.

**Presidente:** A Sra. Deputada Berta Cabral, pede a palavra com que finalidade?

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Para prestar um esclarecimento.

**Presidente:** Sra. Deputada, eu já abri uma excepção para consentir que alguém interviesse pela segunda vez e, de facto, as excepções não se devem abrir, mas sim fechar, no entanto, vou-lhe conceder a palavra atendendo a essa dificuldade.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu quero agradecer ao Sr. Deputado Augusto Elavai por ter reconhecido que tinha razão, porque confirmou todos os números que tinha dado, inclusivamente reconheceu que a taxa de desemprego nos Açores nunca chegou a 10%, pelo menos oficial.

É bom que não se manipule números, nem se tente desculpar as coisas com números daqui ou números dali.

Vamos ser coerentes.

Ela crescer cresceu e estaremos cá para saber porquê.

Se ela baixar, melhor.

Nós estamos cá para isso, para trabalhar com números correctamente oficiais, falar sobre eles e não para falar de coisas que ninguém sabe de onde vêm e como são trabalhadas.

Muito obrigado por me ter dado razão.

Eu disse ontem que não estou aqui para ter razão, mas para debater uma questão com seriedade e com base em dados conhecidos, publicados e oficiais.

Era só isso que pretendia e não introduzir aqui uma discussão de natureza política, mas exclusivamente técnica, porque não há memória de que o desemprego nos Açores alguma vez tenha atingido 10% e isso está na página 23 do vosso Programa.

Foi apenas isso que quis esclarecer ontem. Não pretendi introduzir outra questão ou discussão.

Queria também afirmar que ainda esta semana o Sr. Presidente da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores numa entrevista que deu — estava no estrangeiro numa reunião das regiões ultra-periféricas — disse que os Açores era a melhor Região em termos de emprego.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Álamo de Menezes.

Em princípio deveria-lhe conceder a palavra por 10 minutos, mas uma vez que houve 15 intervenções pode ir até aos 45.

**Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais** (*Álamo de Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Antecipadamente peço desculpa por alguma baralhação nas questões, porque acabou por haver um confronto tão aceso acerca destes temas que posso falhar alguma questão, mas no caso de isso se verificar agradecia que me dessem sinal.

Começando pelas críticas que foram levantadas pela Sra. Deputada Ana Carolina sobre a frase que está no nosso Programa do Governo, para além daquilo que o Sr. Presidente do Governo já disse, gostava de dizer-lhe que orgulho-me, na minha juventude, de ter feito parte de um grupo de teatro que era de uma casa do povo e por isso tenho mantido com essa instituição e com outras uma relação muito estreita e muito amiga.

Infelizmente há muitas exceções e as exceções marcam a realidade da casa do povo. Reconhecemos a importância das casas do povo e queremos reforçá-la e é isso que está no nosso Programa.

Nós queremos dar o melhor uso à estrutura e, nalguns casos, à magnífica estrutura que está feita à volta das casas do povo — nós temos todo o interesse em que as coisas funcionem bem e queremos corrigir as situações em que elas se transformaram em meros botequins. Isto sem desdouro para as outras casas do povo que têm funcionado muito bem e que são focos e pólos de animação das nossas freguesias.

As casa do povo são uma realidade multi-facetada em que há que reconhecer o que está bem e o que está mal.

Em relação às questões levantadas pelo Sr. Deputado Sidónio Bettencourt, julgo que no que diz respeito às casas do povo, o assunto está esclarecido e em relação à política editorial, na verdade, a intenção deste Governo não é ter uma editora, mas sim apoiar as edições feitas por outrém.

O nosso apoio pretende-se que vá além das meras palavras. Quer-se substancial dentro das medidas e das disponibilidades financeiras que vão surgindo.

Queremos apoiar edições feitas por editoras da Região e fora da mesma, desde que sejam de autores ou temáticas que digam respeito à Região.

É esta a nossa política e vai além da mera retórica e do apoio moral.

Em relação ao intercâmbio de jovens, eu estou perfeitamente de acordo consigo. Na verdade, os jovens que se deslocam para outros efeitos que não o desporto devem ser apoiados tanto quanto o desporto e faremos os possíveis para que isso aconteça.

Quando nós falamos em intercâmbio de jovens, estamos a falar em intercâmbios de todos jovens. Aliás, isso consta do nosso Programa de Governo.

Em relação ao apoio ao desporto de alta competição, dentro das nossas disponibilidades e atendendo que as disponibilidades financeiras da Região não são muitas, ele deve manter-se e deve-se incentivar a alta competição sempre que possível.

É evidente que há situações em que é extremamente caro e complicado manter a estrutura e obviamente que nós não podemos investir de forma desmesurada nessa área, porque aí estaríamos a descurar daquilo que é a realidade do nosso desporto, no entanto teremos sempre em conta a alta competição.

Em relação ao desporto profissional, para além das medidas que foram aprovadas por esta Câmara e que estão em vigor — em breve iniciar-se-á o processo de apreciação dos apoios a conceder a associações que já entregaram a sua candidatura — vamos tentar encontrar alguma forma para prolongarmos o prazo de entrega das mesmas. Provavelmente, isto terá que voltar a esta Câmara, porque trata-se de um decreto legislativo regional e temos interesse em que a maioria das associações possam ter acesso a isso e que haja um apoio efectivo a elas.

Nós queremos apoiar o desporto em todas as suas vertentes.

Em relação ao desporto profissional, eu digo a mesma coisa que referi em relação à alta competição. Realmente, é uma forma do desporto que também é importante e dentro da medida daquilo que for possível, será apoiado sem esquecer que essa é a área mais pequena e temos que olhar para a área maior.

Em relação às questões levantadas pelo Sr. Deputado Joaquim Ponte, eu gostava de dizer que o meu discurso estava pensado e estava feito para uma altura em que julguei que o Governo talvez dispusesse de menos tempo e penitencio-me por isso. Sendo assim, acabei por retirar algumas coisas do discurso sobre a saúde, porque muito daquilo que eu iria dizer já foi dito por uma senhora Deputada da bancada que apoia o Governo e não fazia sentido que estivesse a repetir as mesmas coisas.

Portanto, subscrevo aquilo que ela disse e tudo o que está no Programa do Governo. Os Srs. Deputados sabem ler, leiam e creio que a questão ficará esclarecida.

No que diz respeito à auto-suficiência em cuidados essenciais, primários e secundários, nós falámos em auto-suficiência, no sentido de dizer que todas as ilhas e todas as nossas comunidades devem dispor, na medida que for económica e tecnicamente possível, do máximo de cuidados tendo em conta a dimensão demográfica e disponibilidades técnicas da Região.

Nós teremos que partir para um sistema que terá que ser extremamente flexível e terá que levar em conta a realidade de cada um dos lugares.

Nós não podemos estar aqui a prometer que vamos pôr consultas de especialidades em todas as ilhas, porque obviamente não vamos ter capacidade para isso, mas prometemos que dentro das disponibilidades técnicas e financeiras que existirem na Região, faremos os possíveis para levar a todos os açorianos, independentemente do lugar onde residem, o máximo de cuidados possíveis.

Esta questão da auto-suficiência, prende-se com uma questão que tem sido central nos debates desta Câmara ao longo dos últimos anos, ou seja, a questão da deslocação de doentes e os problemas que daí resultaram.

Nós queremos minimizar as deslocações de doentes e levar às pessoas o máximo de cuidados que for possível.

Obviamente que a resposta tem que ser diferenciada, porque cada ilha e cada lugar é um universo diferente.

Isto leva-me à questão da reformulação da gestão.

Neste capítulo, devo chamar a vossa atenção para um erro que se encontra no Programa do Governo. Quando fala em hospitais de ilha com letra grande, deveria

estar hospitais de ilha com letra pequena. A ilha encontra-se com letra grande em todas as páginas e dá a entender que aquilo é uma entidade separada.

Nós pretendemos juntar sempre que possível todas as unidades de saúde que existam em cada ilha sobre a mesma gestão, sem alterar a sua gestão geográfica e as suas valências, de forma a dar maior racionalidade e maior grau de inter-penetração nos cuidados que podem fazer.

Em relação à questão dos três hospitais, nós queremos mantê-los com toda a sua autonomia. Não queremos alterar a autonomia dos nossos hospitais. Vamos continuar a manter as três unidades que temos com moldes de gestão iguais aos que temos agora.

Pretendemos criar uma forma de coordenação inter-hospitalar que permita — esta é uma novidade que pretendemos integrar — coordenar as actividades dos diversos hospitais e no que diz respeito à deslocação de doentes vindos de ilhas em que não há unidades hospitalares, permite que os doentes sejam encaminhados para os sítios em que as valências sejam melhores e em que o atendimento possa ser mais rápido e mais efectivo.

É isto que nós queremos dizer e não há nenhuma ameaça à independência dos hospitais.

Em relação à simplificação do sistema, aquilo foi escrito em parte pela Secretaria que o Sr. Deputado António Menezes presidia e que ameaçava introduzir um sistema de controlo das receitas, afinal acabou por não ser implementado.

Era para entrar em vigor antes das eleições, mas como não entrou adiaram para depois, acabando por ser cancelado.

Na verdade, procedimentos deste tipo e uma burocratização excessiva que existe nas deslocações de doentes, tem que acabar.

Nós queremos fazer com que o encaminhamento de doentes possa ser decidido nas ilhas em que os doentes residam.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** A questão das juntas médicas tem que passar a ser feita pelos médicos de ilha. Nós não queremos ter doentes a viajar para trás e para diante, de ilha para ilha.

Quando nós falamos em simplificação do sistema é neste sentido. Nós queremos humanizar o sistema e aproximá-lo das pessoas.

No que diz respeito à questão levantada pelo Sr. Deputado Francisco Sousa, os números do desemprego, em boa parte o que eu pretendia referir já foi mencionado no debate entre o Sr. Deputado Elavai e a Sra. Deputada Berta Cabral.

Em relação às questões levantadas pelo Sr. Deputado António Menezes no que diz respeito ao que eu disse sobre a saúde, o que referi para o Sr. Deputado Joaquim Ponte, aplica-se às questões de V. Exa..

Na verdade eu não respondi porque, na minha opinião, seria "estar a chover no molhado", ou seja, estaria a repetir as mesmas coisas que aqui já tinham sido ditas.

Em relação ao Centro Hospitalar Regional, creio que a resposta já está dada.

O que é um Hospital de ilha?

O hospital de ilha, nesse sentido, é um hospital que está numa ilha. Portanto, não é nenhuma entidade em si. Lamento esse erro, porque já tinha reparado que havia por aí uma ilha com letra grande e que induzia em erro.

No que diz respeito à autonomia dos hospitais, julgo que o assunto está esclarecido e no que se refere às questões levantadas pelo Sr. Deputado Eugénio Leal sobre formação profissional no sector das pescas e a sua certificação, na verdade esse sector passou para a tutela da Secretaria da Educação e Assuntos Sociais, mas gostaria de dizer que a formação profissional no sector das pescas tem que ser uma prioridade desta Região, porque na verdade é um dos sectores em que ela é mais necessária.

Portanto, nós queremos incentivar todas as iniciativas que apareçam e que tenham cabimento, ou seja, que sejam coordenadas e que tenham a necessária certificação.

Nós queremos manter os protocolos existentes e queremos continuar a trabalhar com a certificação feita por entidades que já têm experiência e que, nalguns casos, até têm a tutela legal dessa área.

Quanto ao nível de formação, nós queremos tentar criar um sistema com nível de formação diversificada em todas as grandes comunidades piscatórias, como seja, Rabo de Peixe, Ribeira Quente, Horta e São Mateus na Terceira. Julgo que aí há possibilidade de haver formação para os níveis iniciais.

Como aqui na Horta existe o Departamento de Oceanografia e Pescas e que tem valências nessa área, nós pretendemos criar uma escola que centralize essa formação para os níveis mais avançados. Esse é um processo que ainda está em estudo e daqui a algum tempo eu trazê-lo-ei a esta Câmara.

Em relação às questões levantadas pela Sra. Deputada Berta Cabral, creio que com o debate havido entre a Sra. e o Sr. Deputado Elavai isso ficou esclarecido.

No que diz respeito à questão levantada pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro sobre o que vem na página 83, o que nós pretendemos é alargar o universo de estágio, ou seja, queremos que haja um maior número de estágios oferecidos por um maior número de empresas em diversas áreas de forma a que os jovens possam beneficiar deles.

Em relação à questão levantada pelo Sr. Deputado Aurélio da Fonseca sobre a Expo'98, informo V. Exa. que este Governo mantém todo o empenho para que a participação dos Açores se faça de forma relevante. Inclusivamente, tenho aqui uma informação dada pelo Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos que diz que a Expo já tem um guião aprovado e que na próxima semana vai reunir uma Comissão em coordenação com a Universidade dos Açores no sentido de aprofundar a questão.

Nós queremos que a participação dos Açores seja um êxito e que tenha a relevância que a temática dos oceanos, numa região oceânica como a nossa, deve merecer.

No que se refere à questão do desporto para deficientes, todo o relacionamento do sistema educativo e social com os deficientes, inclusivamente o desporto, merece a nossa atenção, porque na verdade esta é uma área onde existe vários problemas e onde eles se levantam de forma bastante aguda.

Na verdade, nós temos todo o empenho em colaborar com as associações que apoiam os deficientes e queremos que as escolas, no que se refere ao sistema desportivo e todos os sistemas apoiados por esta Secretaria, tenham os deficientes em conta. Esse assunto merecerá a nossa atenção.

Aliás, já houve um encontro do Sr. Presidente do Governo com uma associação e isto foi-lhe prometido.

Em relação às duas direcções regionais, desportos e educação, esta tem sido uma área que tem merecido alguma atenção da nossa parte e essa questão da nomenclatura já foi pensada.

Estamos tentando arranjar uma forma de cooperação para evitar os conflitos que nalguns casos eram conflitos crónicos, que tinham que passar pelos conselhos directivos e a Direcção Regional da Educação Física e Desporto.

As instalações desportivas têm que ser separadas em dois grupos, ou seja, aquelas cujo uso é essencialmente feito pelas escolas e aí a sua gestão deve ser feita essencialmente pelos conselhos directivos das escolas, sem prejuízo da coordenação que devem ter com os parques desportivos e com a Direcção Regional dos Desportos, e aquelas que são predominantemente destinadas ao desporto não escolar, deve acontecer o contrário sem prejuízo da coordenação que tem que existir com o outro lado.

O que nós pretendíamos era acabar com estas questões crónicas de maus entendidos e de quezílias entre os dois lados e fazer com que a gestão destas áreas se fizesse de forma integrada e o mais efectiva para todos, isto é, para as escolas e para os açorianos.

Em relação ao ensino artístico, nós vamos prosseguir com os projectos que aliás contam das nossas promessas eleitorais e dos nossos compromissos assumidos.

No que diz respeito à questão dos 600 alunos, o que nós pensamos é que sendo o artístico, pelo menos na sua forma especializada, dirigido a um universo mais pequeno, os alunos que queiram enveredar nessa área terão que ser canalizados essencialmente para as escolas que podem responder a essas necessidades, em detrimento de outros que serão canalizados para as escolas que não têm essa valência. Como essas escolas localizar-se-ão nos centros urbanos mais populosos, terá que haver o devido reencaminhamento, porque em todas essas cidades vai haver, pelo menos, uma ou outra escola que poderá receber alunos.

Em relação às questões levantadas pelo Sr. Deputado José Manuel Nunes sobre a redução dos custos, eu gostaria que houvessem muitos médicos e que fosse possível ao sistema colocar dois médicos no Corvo. Obviamente que dois médicos seria melhor que um, mas como o Sr. Deputado sabe os médicos não abundam.

Portanto, essa questão terá que ser analisada no contexto geral da Região e no contexto da gestão de recursos que vai ser feita na Região.

Julgo que respondi a todas as questões, mas se por acaso falhei alguma, agradecia que me lembrassem, porque na verdade foram muitas as questões e os cruzamentos e posso ter falhado.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário Regional:

Nós estamos a debater o Programa do Governo o que implica um momento de relevância política. Portanto, temo-nos que cingir aquilo que se encontra no mesmo.

O que é um facto, é que há uma afirmação no Programa do Governo que merece ser esclarecida.

A afirmação que é feita em relação às casas do povo, na nossa perspectiva, é grave, porque põe em causa o trabalho altruísta de muita gente que tem procurado com trabalho e dedicação algo pela sua comunidade.

Quando se procura imputar às casas dos povo a transformação "em botequins", mesmo que se procure de uma forma pouco séria a interpretação de botequins em lugar de "venda de bilhetes", isto é pôr em causa o trabalho que as casa do povo têm feito e de homens que ao longo do tempo têm trabalhado de uma forma abnegada pelas mesmas.

Por outro lado, o Sr. Presidente do Governo quando não tem resposta para dar, responde com ironia e fá-lo num área que elegeu como a sua paixão, mas pelos vistos se esfumou mais depressa do que a educação pelo Sr. Engenheiro António Guterres.

É importante que se retire essa afirmação ou então que se deixe claro — para não se generalizar uma afirmação que põe em causa todos as casas do povo e que põe em causa a credibilidade e o respeito que elas devem merecer — quais as casas do povo que estão transformadas em botequins e em venda de bebidas alcoólicas.

Na nossa opinião, o Programa do Governo, generaliza de uma forma infundada e injusta o trabalho dessas instituições.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

**Deputado Aurélio da Fonseca (PSD):** Antes de iniciar, gostaria de saudar V. Exa. Sr. Presidente da Assembleia, as Sras. e os Srs. Deputados, V. Exa. Sr. Presidente do Governo e os Srs. Membros do Governo, desejando a todos um óptimo trabalho.

Sendo a **educação** um direito que assiste a todos os homens, ao estar indissociavelmente ligada ao projecto global da sociedade em que vivemos, através da relação directa que mantém com a **cultura** e a **solidariedade** uma componente indispensável na vida humana, na sua vertente social, é sempre com o maior interesse que me dedico ao estudo, à análise, à reflexão sobre uma temática tão gratificante, muito embora exigente, como a presente, fruto também, em parte, não só da profissão que abracei como dos muitos anos de vida que me foram, até agora, proporcionados dedicar a tão relevante causa, à qual tenho procurado, honesta e humildemente, dar tudo quanto posso e sei, enriquecendo-me, simultaneamente, verdade se diga, com o muito que os outros me têm ensinado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

Li com a maior atenção o Programa do VII Governo Regional dedicando-me, em especial, à área que está confiada a vossa excelência.

Com toda a sinceridade lhe digo que, na generalidade, concordo com o que lá vem enunciado. Muito embora, e é bom que isto fique bem claro, este não seja o **instrumento de trabalho** a que eu gostaria de estar vinculado, também é bom que se diga que, como **carta de intenções**, tem uma abrangência apreciável. É que fora uma ou outra lacuna ou esquecimento, ou ao notar-se dois tipos de redactores sem que tenha havido a necessária uniformização duma comissão de redacção, na área da educação, é tão vasto o campo de promessas que o pobre forçosamente tem de desconfiar.

Congratulo-me com o facto de, pela 1ª vez, a **Educação**, a **Formação Profissional** e a **Juventude** estarem sob a alçada do mesmo departamento operativo. O mesmo já não poderei dizer, e são muitos os que partilham desta opinião, acerca do acréscimo das áreas da **saúde**, da **segurança social** e do **emprego**. É que, duma penada, tornou-se algo que se afigurava como **lógico**, **funcional**, com grandes possibilidades de

**conceber e executar de forma integrada e articulada**, o que se impõe e espera dessa secretaria, num "**monstro ciclópico**" que vai ter de gerir cerca de 2/3 do funcionalismo público desta Região Autónoma e 82% do volume das despesas correntes, segundo precisou Sua Excelência o Presidente do Governo, numa área tão vasta e diversificada que, não obstante estar no mesmo âmbito dos **chamados Recursos Humanos**, tem tantas especificidades que muito dificilmente poderão ser abarcadas por um só responsável.

Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

Conhecemo-nos de há alguns anos a esta parte e guardo de si e do seu desempenho profissional, como docente e responsável, a nível de direcção, no **Pólo Universitário da Terra Chã**, boas recordações, pelo empenho que sempre colocou, extensível aliás também ao **Sr. Professor Doutor Eng.º Duarte Ponte** e a outros docentes e responsáveis da nossa universidade que bastante se bateram e continuam a lutar pela melhoria das suas condições de ensino e de investigação.

Com a frontalidade com que sempre abordámos as questões, mesmo as mais melindrosas, lhe digo, Sr. Secretário - **não lhe invejo a sorte!**

É que conhecendo a forma como se dedica aos assuntos e à resolução dos problemas, receio, e desculpe que lho diga, **por um lado**, pela **sua saúde**, o que é o mínimo que se pode esperar da parte de quem o estima, e por outro não posso deixar de me preocupar, muito seriamente, com o **que pode acontecer** à condução diária, a curto, médio e longo prazo, de tão vasto campo de actuação e isso já **ultrapassa a dimensão pessoal** e tem a ver com todos nós, com o **futuro** da nossa Autonomia com o **progresso e bem estar** da nossa Região. É que se é certo que pode **descentralizar** o que quiser, pode **delegar** um sem número de competências, pode **aliviar** a pressão diária e o ter de fazer face a uma montanha de problemas e questões, de maior ou menor relevância, com o que o tão assoberbar.

Não é menos verdade que alturas virão em que vai estar só, entregue a si mesmo e à ajuda de Deus, e em que vai sentir a necessidade de ter o **domínio de todos os "Dossiers"**, em que vai ter de responder a questões que, se calhar, nunca pensou na vida que lhe viessem a colocar, aqui nesta Casa, nesta Assembleia, perante os parceiros sociais ou nos órgãos de comunicação social.

E aí, ou se **sabe ou não se sabe!** Ou se está por dentro ou se fica por fora, sem remédio nem agravo. Nessas alturas não se pode remeter a resposta para A, B ou C que é quem tratou do assunto ou **tem competência delegada para tal.**

Aliás, e isso não é novidade nenhuma para si, é uma atitude a que um **responsável máximo** não pode recorrer muita vez, senão corre o risco de, **na próxima**, já nem virem falar com ele e irem logo ter com quem, afinal, é que tem o domínio da questão.

Não veja nisto, Sr. Secretário Regional uma atitude de **pretenso paternalismo** ou de **falso apreço**, atitudes aliás que não são apanágio nem de mim nem da sua pessoa.

Procuro, sim, traduzir uma **profunda preocupação** com o que poderá vir a acontecer nesta vastíssima área. É que não podemos ficar só por promessas!

Em **teoria**, no **papel**, há imensas coisas nesta parte do vosso Programa de Governo, que **são música** para os nossos ouvidos! Oxalá fosse possível concretizá-los!

Ganhávamos todos com isso!

**Não queremos, não podemos**, a Região **não tolerará** que, pelo gigantismo daquilo que está em jogo, se fique, como no Continente, só **pelas promessas, só pela paixão!** É certo que a **Educação** não é a paixão deste Governo, **ficando-se só pelo ser uma prioridade.** Mas a menina dos olhos deste executivo é a **solidariedade**, que está a bordo do mesmo barco e daí é que, neste casamento forçado da Educação, **cultura, desporto, juventude, formação profissional, trabalho, emprego, saúde, segurança social**, (são 9 matérias!) as coisas se podem baralhar e complicar.

É que, Sr. Secretário Regional, face à nossa dimensão, ao que está em jogo, as expectativas criadas, não podemos ficar meses a fio a **estudar**, a **compatibilizar**, a **aferir estratégias** a atribuir **culpas a terceiros** ou a quem nos **antecedeu**, para culminar, **como no governo socialista da república**, que também tem à frente da educação um profissional independente com o gabarito do **Professor Doutor Marçal Grilo** na apresentação, até termos ido para férias, em Julho passado, de um **Pacto de Princípios** à espera de concretização, e de uma **Proposta de Lei de Bases da Educação pré-escolar!**

Até agora tem sido um **revogar**, um **suspender**, um **adiar**, um **acumular de deficiências, de enganos, de erros**, absolutamente inconcebível! Tem sido o primado

do **facilitismo** versus tudo quanto deveria ser **trabalho, exigência, tomada de decisões, acção!** Atente-se no que se passou com os **exames nacionais!** Verificaram-se, numa etapa decisiva da vida dos estudantes, porque condicionante do acesso ao ensino superior **erros na concepção, execução e avaliação** das mesmas. **Pasmai!** Provas houve que desapareceram, outras, em todo idênticas, feitas a horas diferentes, alunos classificados, numa escala de 0 a 20 com 21 e 22 valores!

Onde param as **reformas prometidas para financiamento do ensino superior** ou para a **segurança social?** É que a contestação já está na rua. Os **sindicatos** já falam de **arrogância** e de **falta de diálogo!** Veja-se o problema do **Ensino Politécnico!** Os alunos gritam na rua "**O Grilo está louco**" e os cartazes com os dizeres "**Grilos não cantam serenatas**" ainda outro dia eram mais que muitos!

É evidente, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, que todos gostaríamos de nos reger pelos padrões da UNESCO, por exemplo, no tocante às recomendações para a **dimensão** dos estabelecimentos de ensino. As escolas não deveriam comportar mais de 600 alunos, senão tornam-se em espaços **desumanizados e impessoais**. Até temos, felizmente, um conjunto interessante de estabelecimentos de ensino que se encaixam nesta recomendação, mesmo a nível dos 2º/3º ciclos do ensino Básico e Secundário - EB'S 2,3 **do Nordeste, dos Biscoitos, de Stª. Cruz da Graciosa, Maurício de Freitas, da Horta, Padre Manuel da Cunha,** etc, etc. O problema não está agora aí, muito embora precisem também de ampliações e beneficiações. Reside, sim nomeadamente nos maiores centros urbanos, por exemplo nos 3401 alunos da ES/B **Padre J.E. de Andrade**, nos 2894 da **Domingos Rebelo**, nos 2177 da **Antero de Quental**, nos 1835 da **Dr. Manuel de Arriaga**, para não falar em outras que situando-se nos 1200 e tal alunos também têm problemas!

Numa perspectiva realista, face, nomeadamente, às verbas de que dispomos, à dispersão geográfica, ao número de alunos, às **carências crónicas de efectivos** de que a **Região Autónoma dos Açores** enferma, como outras tantas partes do nosso país, criaram-se condições para a concepção e construção de estabelecimentos de ensino até um limite máximo do 1200 alunos. **Projectos e Programas Funcionais** há, que estão a aguardar melhores tempos, com mais dinheiro, dentro deste tecto máximo, para verem a luz do dia!

Propõem-se agora, V. Ex.<sup>as</sup>. a conceber e construir escolas mais pequenas. "Não às escolas indiferenciadas e inflexíveis!" Pergunto;

- **Quantas escolas de 600 alunos** é que vão construir para fazer face à **sobrelotação** das existentes? Onde? **Com que prioridades?**

- Como é que vão conciliar a vossa pretendida política orçamental de "**Libertar mais recursos para o investimento**", se tiverem de **repetir** um sem número de valências caras, com os **laboratórios de 20.000 contos** da reforma, os **espaços de informática**, as instalações **desportivas cobertas** ou ao **ar livre**, em não sei **quantas escolas de 600 alunos?**

E depois o problema maior ainda não é esse.

Suponhamos que até arranjam as verbas! Onde e como é que vão operar a **multiplicação dos Professores para os Grupos, Subgrupos, Disciplinas ou Especialidades** mais carenciadas?

**E os equipamentos?** E o agravamento dos **transportes** com mais e menos compensadores **circuitos de acesso à rede** de mais difícil conjugação com os interesses dos restantes utentes?

Em quanto é que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Secretário Regional, vai ter de ver aumentados **Plano e Orçamento** das áreas que lhe estão confiadas?

E, por amor de Deus! Para arranjam estas verbas não me digam que vão **devolver competências** a **Lisboa da Educação ou da Saúde**, das que, **desde o princípio foram efectivamente transferidas**, ou que vão pôr a República a pagar **parte dessas facturas**, a não ser através do justo reforço das transferências do OGE pois, lá diz o ditado "**Quem paga manda**," e, aos poucos, V. Ex.<sup>as</sup> podem vir a tornar-se nos **coveiros da nossa Autonomia!**

Se não tivéssemos tido, como até ao presente, nas nossas mãos o reger do nosso destino, nestas como noutras áreas, como é que V. Ex.<sup>as</sup> acham que poderíamos ter hoje as **nossas escolas com instalações desportivas cobertas, a fixação dos docentes**, o sucesso da **nossa política do desporto e da educação física**, ou a **rede invejável do ensino pré-primário?**

Foram **opções de fundo**, tomadas por nós, e que nunca veríamos implementadas, no espaço de tempo em que as concretizámos, se dependêssemos do Governo da República!

Só nestes últimos tempos, à pressão, é que se tem procurado, no **Continente**, colmatar algumas destas graves lacunas!

Sempre fomos encarados e reconhecidos, até pelos **sindicatos**, como pioneiros e exemplo a seguir, nestas como noutras matérias, o que sempre muito nos animou e **incentivou a seguir em frente!**

Por falar em **educação pré-escolar**. Há aqui, na parte da educação deste programa, parágrafos, que parecem não ter nada a ver connosco, com a nossa realidade, como que copiados de um qualquer programa nacional tendo escapado à comissão de redacção/revisão! Senão vejamos:

Quando demos tanto, e não estamos arrependidos de o ter feito, em prol da educação pré-escolar, em detrimento, nomeadamente, da **escolaridade obrigatória**, quando hoje temos uma taxa de cobertura, no ensino oficial, de 91,3%, só tendo problemas pontuais nos maiores centros urbanos, onde seria desejável a existência de **mais uns quantos jardins**, ou a instituição, aqui ou ali, de um **prolongamento de horário**, quando, infelizmente, com grande desgosto da nossa alma, fomos tendo de suspender alguns jardins por não termos aquele mínimo de 10 crianças necessárias para a **autorização de funcionamento**, gostaria que nos explicasse, Sr. Secretário Regional, o que é que V. Ex.<sup>as</sup> pretendem com o vosso "**Privilegiar a educação pré-escolar**", que, na Região, não está, nem de perto, nem de longe, na situação da do Continente?!

Propõem-se V. Ex.<sup>as</sup> a "**tornar a educação uma prioridade, não apenas nas palavras, como até aqui**". Onde será que eu já li isto? Francamente! Em consciência acha V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Secretário Regional, muito embora sendo nós os primeiros a reconhecer as insuficiências e o muito que ainda há por fazer em determinados sectores, que, por exemplo da década de 80 para a de 90, o termos passado de 56 salas de aula, na pré-escola, para 282, de 54 educadores para 324, de 1153 docentes para 2.485, de termos evoluções nas taxas de aprovação de 34% para 66.4% no secundário, de reduzirmos o absentismo, no 1º ciclo para 0,7%, de estarmos a dar

educação e ensino a mais de 11.000 alunos em apoios sócio-económicos cujos custos evoluíram de 75.000c para 170.000c ou transportes escolares que passaram de 277.000c para 735.000c, para não falarmos das 6.100 **refeições completas** nas cantinas, ou das 11.000 **refeições ligeiras** nos bufetes escolares, só para citar algumas coisas e "**ter-se ficado só pelas palavras**"!

Mais: "As expectativas criadas pela reforma educativa traduziram-se em desencanto generalizado, dada a instabilidade das equipas..." Sim, de facto desde que fui convidado para trabalhar na Secretaria Regional Educação e Cultura, do II Governo Regional até agora, conheci já não sei quantos Ministros, Secretários de Estado, Directores-Gerais, etc, mas lá fora, no Continente! Isto não é connosco! Connosco sim, a **dispersão geográfica**, a **baixa densidade demográfica** etc, etc, do parágrafo seguinte. Aqui já estamos **sintonizados, já voltámos aos Açores!**

É caso para se dizer: **Deixem-se de demagogias meus Senhores**, e preparem-se mas é para o que daqui para a frente vão **ter de fazer!**

O que é que se pretende, Sr. Secretário Regional ou melhor, como é que se irá processar o "**reequacionar o sistema do ensino politécnico**" tendo em conta, como é óbvio, as tais necessidades nas **áreas da enfermagem, educação, agro-pecuária e pescas**, sem contudo perder de vista o número de alunos que a Região Autónoma dos Açores tem e a luta da nossa universidade para aumentar a sua população escolar, com vista a fazer face aos malfadados "Rácios" aluno/custo do Ministério da Educação, em matéria de **financiamento do ensino superior**.

É bom não perder de vista o conflito que neste momento está a opor o **ensino politécnico** ao **ensino universitário**, no Continente.

Poderia continuar por aqui fora, neste exercício, mas teremos outras oportunidades para tal e o tempo é pouco. Não concluo, contudo, a minha intervenção, sem antes lhe colocar, Sr. Secretário Regional, se me permite, mais duas questões:

- Que lugar é que ficará reservado para a **Educação Física** — apesar de já me ter respondido em relação às instalações — naquela que será, de acordo com o veiculado pela comunicação social, a nossa **Direcção Regional dos Desportos**" que irá substituir a **Direcção Regional de Educação Física e Desporto**"? Como é que vai

equacionar esta questão com a **Direcção Regional da Educação**? — já ficámos com ideia depois da resposta anterior que nos deu.

- Por último, em relação à **valorização e revitalização do património cultural** digamos, Senhor Secretário Regional, se vai bater-se em relação ao **Património Subaquático**, mais do que pelo ficar-se com a sua tutela, **pela defesa intransigente da sua permanência nos Açores?**

Desejo-lhe a maior sorte, extensível ao Governo de que faz parte, para o desempenho da missão que lhes foi confiada. Do **sucesso** ou **insucesso** que virão a ter dependerão muitas coisas que são vitais para o nosso futuro e para a nossa gente.

Assim esperamos, que cumpram o que prometeram!

Disse.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Assim é que se fala!

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

**Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Menezes):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As questões levantadas pelo Sr. Deputado Aurélio da Fonseca são pertinentes, como não poderiam deixar de ser, dada a posição que ele ocupou no passado recente.

Quero começar por agradecer as simpáticas referências que V. Exa. dirigiu-me e a sua preocupação da qual eu também comungo. Na verdade, quando se começa alguma coisa de novo e um trabalho com esta magnitude como este que vamos fazer, obviamente, há sempre lugar à dúvida e um certo receio.

Eu agradeço a sua preocupação, mas peço que o julgamento seja adiado por mais alguns meses e depois veremos. No caso das coisas não correrem bem eu sou o primeiro a reconhecer, a dizer que as coisas não correram bem, baixar a cabeça e curvar-me perante as críticas.

Em relação às promessas, elas resultam de um trabalho bastante profundo de análise sobre essa temática. Como o Sr. Deputado sabe, a Convenção para a nova autonomia

reuniu centenas de pessoas à volta desse tema e essas questões foram profundamente ponderadas. As promessas que aí estão, no meu entender são concretizáveis e nós gostaríamos de as concretizar, por isso, mais uma vez pedia a paciência necessária para podermos começar a fazer mais alguma coisa e depois seremos julgados por isso.

Em relação à vastidão de áreas, na verdade elas existem e eu estou ciente disso, portanto vou dar o meu empenhamento máximo e farei os possíveis para que este projecto — que é um projecto ao qual aderi, sabendo de antemão o que é que se passava e aderi conscientemente — seja um sucesso.

Se não for não vai ser pelo meu não empenhamento, será porque mais não pude mas isso também será questão julgada no futuro.

Em relação às questões que têm a ver com a autonomia, lembro-me de uma conversa recente com a Sra. Deputada Berta Cabral que na altura era Secretária das Finanças, em que este assunto foi discutido.

Eu sou daqueles que defendem a autonomia dos Açores e sou daqueles que acredita que quem paga manda e não me vou esquecer disso.

Em relação à questão das escolas com 600 alunos, ela é extremamente importante e vai ser central na política deste Governo, porque na verdade sem instalações capazes e sem a dignificação das escolas, não é possível ter o tal ensino de qualidade que nós pretendemos.

O Sr. Deputado sabe que ao longo dos últimos anos, em cada um dos planos a médio prazo, construiu-se uma escola. Primeiro a das Laranjeiras, em seguida a Vitorino Nemésio e agora a da Madalena no Pico. Realmente a taxa de construção de escolas foi muito baixa comparada com as necessidades.

Nós vamos tentar acelerar esse processo fazendo escolas mais pequenas para que sejam mais baratas e tentar adequar o tamanho das escolas às nossas disponibilidades financeiras.

Em relação ao ensino pré-escolar, não é só a questão da cobertura que conta, também a qualidade é importante, mais propriamente a qualidade das instalações. Como o Sr. Deputado sabe, há instalações precárias em telheiros e outros sítios que é preciso resolver.

Quando nós falamos em privilegiar, estamos a falar não em privilegiar a quantidade, embora essa ainda seja preciso fazer alguma coisa, como é o caso da Praia da Vitória, mas sim a qualidade, porque trata-se de crianças muito pequenas e todo o cuidado é pouco.

Quanto à questão dos transportes, gostava de informar que os custos para o próximo ano deverão ultrapassar um milhão de contos, nem sequer são os tais setecentos que falou.

Realmente é uma área que está a crescer de forma descontrolada e que é preciso uma acção rápida e imediata.

A questão dos politécnicos diz essencialmente respeito à questão da enfermagem, uma questão candente que tem que ser resolvida. Aliás, é um dos dossiers mais urgentes deixado pelo anterior titular da pasta e que eu quero resolver o mais rapidamente possível.

No que diz respeito à questão da educação física, essa passa pela tal conciliação de que já falámos e em relação à questão do património, eu defendo com toda a minha força e energia que ele deve ficar nos Açores, obviamente.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca:

Devo dizer-lhe que o nosso programa — digo nosso, porque também estou aqui — refere que ao nível dos equipamentos escolares verificam-se algumas medidas indispensáveis.

As escolas secundárias, nomeadamente nas Ilhas de São Miguel e Terceira, são demasiado grandes.

Refira-se que, desde 1970, a UNESCO considera inadequadas as escolas com mais de 600 alunos. A partir de um determinado número de utentes, estas perdem a sua dimensão humana, tornam-se demasiadamente impessoais, facilitando o surgimento de fenómenos relacionados com o consumo de droga e/ou delinquência, criando agravantes fenómenos de exclusão.

Este é um princípio que para dar resposta, o Governo diz que pretende investir na criação de estabelecimentos escolares mais pequenos.

O Sr. Secretário já falou na matéria, mas lembraria que foi há dez anos que V. Exa. e eu entrámos na Escola das Laranjeiras, no dia da sua inauguração. Decorreram 6 anos para podermos entrar na Secundária da Praia da Vitória e só este ano se entrou na da Madalena do Pico.

Infelizmente, disse-o várias vezes e espero — não tenho um segundo de dúvida — que este Governo vai ter que modificar completamente essa situação, senão quando chegarmos ao ano 2000, não haverá quase escola nenhuma dos Açores que seja comportável com jovens em escolaridade do 10.º, 11.º e 12.º anos, que nessa altura será praticamente obrigatória.

Aqui, este Governo vai ter que desenrascar-se e arranjar milhões de contos para responder. Vai ter mesmo que trabalhar e não tenho um segundo de dúvida que ele o vai fazer.

Por outro lado, Sr. Deputado, "a minha menina dos olhos" nesta Casa foi sempre a educação pré-escolar.

O passo seguinte que disse há 4 meses atrás quando falei, hoje está no nosso Programa do Governo, isto é, a educação pré-escolar nos meios urbanos, não satisfaz a rede pública, não satisfaz as necessidades dos utentes e, sobretudo, já o disse aqui e espero que este Governo o faça, em cooperação e em colaboração com as autarquias locais, o prolongamento do período que as crianças da educação pré-escolar devem estar nas escolas, nos meios urbanos.

Por último, lembrava que há uns anos atrás, o abandono escolar do primeiro ciclo na antiga escola primária, — e lembro por exemplo que numa das vezes foi o Sr. Secretário de então, Álvaro Dâmaso — era de 10%.

Felizmente, já estamos nos 7%, mas eu lembro que a escolaridade obrigatória, hoje, é de 9 anos e estamos a falar no abandono só nos primeiros 4. Hoje, a escolaridade é de **9 anos**. Este número é **assustador**.

Não estou a falar de demagogia, Sr. Deputado, porque sabemos perfeitamente que se eu quisesse falar de demagogia, poderia dar um exemplo que ficará para quando o Plano e Orçamento.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

**Deputado Aurélio da Fonseca (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Sousa:

O nosso debate ficará para outra altura, porque eu não tenho tempo.

O Sr. Secretário da Educação pôs a bancada do Partido Socialista a responder a algumas questões, mas eu tenho que ficar por aqui.

Apenas queria corrigir que o abandono escolar não é de 7% no primeiro ciclo do básico. De acordo com as estatísticas saídas agora, é de 0.7%.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Vai ver e depois vai dizer-me!

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP) :** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Presidente e Senhores Membros do Governo:

As limitações de tempo impedem-nos, naturalmente, de fazer análises exaustivas aos vários sectores e propostas constantes no Programa do Governo.

Com grande parcimónia de palavras não queremos, no entanto, deixar de registar observações diversas sobre vários assuntos, tendo a certeza porém, que ao longo da Legislatura haverá tempo, espaço e vontade para discutir as divergências, as convergências, as ideias-força e as suas consequências na acção política.

Sempre temos sustentado que esta insularidade distante em que estamos, condiciona todo o processo de desenvolvimento económico, num grau maior quanto maior for a globalização, acrescentando sempre que tal insularidade distante impõe regras específicas adequadas.

Temos ido mesmo mais longe, para interligar a insularidade distante com a necessidade de medidas específicas e para, a partir destas, defender a actualidade e o carácter indispensável do Sistema Autónomico.

Na pagina 15 do Programa defende-se uma tese que tem o seu ponto forte na afirmação de que a nossa "economia é condicionada, mas não determinada pela geografia", como sendo uma tese de abertura a valores modernos.

Sem pretendermos entrar em discussões bizantinas, é para nós importante afirmar e reafirmar o seguinte:

**Nas condições de hoje e em relação aos legítimos anseios de atingirmos os graus de desenvolvimento próprios do espaço económico, muito amplo, em que estamos inseridos, é importante ter presente que a geografia só não será determinante, num sentido negativo, se a Região e a economia envolvente tomarem medidas adequadas e específicas que permitam uma correcta integração e o mesmo grau de desenvolvimento.**

Para estarmos abertos aos valores modernos, como se diz no Programa, não nos restam quaisquer dúvidas que tem que nos ser reconhecido, em termos profundos, o direito de produzirmos e participarmos no Mercado Único, de acordo com as nossas potencialidades e para esse direito ser cumprido tem que haver medidas que tendam a reduzir, compensar ou anular o enorme custo acrescido que esta economia regional, rodeada e separada por tanto e tanto mar, na realidade e inevitavelmente tem.

Fugir desta evidência pode ser sempre um expediente para abrandar ou não pôr ênfase na necessidade de medidas específicas — nossas, do Estado e da União Europeia — que viabilizem esta economia.

Ainda nessa mesma página 15 é enunciada como prioridade fundamental a "redução do peso da Administração Pública na economia".

A afirmação não é, a nosso ver, totalmente clara e explícita.

Estará o Governo a referir-se ao sector empresarial público?

Estará o Governo a referir-se a acções económicas de serviços públicos ?

Estará o Governo a referir-se à redução de incentivos e apoios ou à racionalização de regulamentações?

Da leitura de outras partes, poder-se-á tirar algumas conclusões, mas não muito fortes, sobre o verdadeiro sentido dessa prioridade.

Gostaria apenas de, como Deputado eleito por uma Ilha isolada e com uma percentagem de população pequena em relação ao todo regional, chamar a atenção para o facto do sector público, serviços regionais e autarquias incluídas, terem um peso absolutamente determinante em toda a Região e em especial nas ilhas mais isoladas, em todo o processo de desenvolvimento económico, de estabilidade social e de afirmação de um grau aceitável de qualidade de vida.

**Os modismos ultra-neoliberais que já cá chegaram, têm os seus afloramentos no programa, dão o mote a certos editoriais frequentes nalguns órgãos de comunicação social e constituem a parte menos explicada das roupagens pretensamente modernas que alguns apresentam, só que não se adaptam a esta economia insular e distante.**

Defendemos, sem qualquer dúvida, uma urgente revitalização das empresas privadas. Temos diversas propostas sobre essa matéria, que ao longo do tempo iremos defendendo, **mas para nós é fundamental encontrar-se o ponto certo de equilíbrio entre o desenvolvimento essencial da iniciativa privada e o papel estabilizador e complementar, do ponto de vista económico e social, de todo o sector público** — empresas públicas, serviços, autarquias.

Se com essa "redução de peso" diminuir nalguns concelhos, que muito bem conheço, a capacidade de realização própria da autarquia ou dos serviços públicos, as consequências seriam desastrosas e medir-se-iam por recuos económico-sociais de anos e anos.

Na página 19 e como princípio da acção governativa, vem explicitada a intenção de "prosseguir as privatizações".

Seria absolutamente essencial que o Governo dissesse o que quer, quando e como vai fazer essas privatizações. Estamos a falar da SATA, já que da EDA o Sr. Secretário já falou. Se estamos, a falar da SATA, como articular a intenção de a privatizar com as medidas da página 43, nomeadamente a de "gradual redução das tarifas"?

Mas voltando à questão das privatizações, como interligar esse objectivo com aquela afirmação segura, do início da página 20, segundo a qual todas as medidas (incluindo as tais privatizações) visam obter "maior estabilidade, mais empregos e melhores níveis de remuneração"? Que garantias pode o Governo dar, nessas matérias, em relação a empresas que vai privatizar?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nas páginas 32 e 33 são desenvolvidas as medidas de política para a Pesca. Notamos a flagrante ausência de alguma alusão, quanto a nós indispensável, à evolução das relações de trabalho neste sector.

Andam hoje, por cima deste nosso mar, largas dezenas de embarcações modernas, muito bem equipadas, com instrumentos e tecnologias de ponta, com uma capacidade operacional importante, mas persiste-se em pretender manter, para a maioria dos profissionais, uma remuneração do trabalho, assente apenas na teoria medieval da parte ou soldada. Como será possível captar jovens com o ensino secundário, com formação técnica e com formação complementar diversa, dizendo apenas: Se a época correr, bem ganhas muito razoavelmente, se correr mal não ganhas nada?

**O principal bloqueamento do sector da pesca reside neste ponto. Ou há vontade política de encontrar soluções, por exemplo através da criação de Fundos de Compensação, para más safras, ou então a falta de segurança remuneratória fará com que não existam jovens em número suficiente para tripular a nossa frota.**

Na página 54 é feita uma breve e ligeira referência à "integração das mulheres em idade activa no mercado de trabalho", mas o tema precisaria de um aprofundamento que não é feito. Trata-se de um problema económico e social muito importante para que seja apenas referido, sem tratamento.

**A ausência de tratamento no Programa dos problemas da comunicação social, nomeadamente no que toca aos serviços públicos de rádio e televisão, é a nosso ver, grave, uma vez que legitima a conclusão de que o novo governo se desresponsabiliza pela existência dos referidos serviços públicos regionais.**

Outros pontos discordantes, que há, poderíamos levantar se houvesse tempo, mas os exemplos referidos mostram bem aquilo que consideramos ser o carácter ligeiro e pouco inovador da generalidade do Programa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Gostaríamos no entanto de também mencionar alguns pontos que merecem a nossa concordância.

As ideias expostas sobre política de saúde, merecendo profundo debate, são inovadoras e positivas; a criação de conselhos locais de educação e das escolas de turno único; a consideração de acções específicas junto das crianças, consideradas como grupo de risco, próprio, em termos de exclusão social; a introdução da temática da educação sexual; o tratamento da questão da toxicodependência; o apoio às

minorias africana e cigana; a criação do Instituto de Formação Profissional; são, de entre outros, temas e medidas com que concordamos e que trazem, de algum modo, uma corrente de ar fresco ao programa.

**O problema de fundo estará em saber se o neo-conservadorismo económico defendido, permitirá potenciar as aberturas sociais previstas. A nossa reserva mais forte reside precisamente neste ponto.**

Disse.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz.

**Deputada Natividade Luz (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

É com satisfação e alguma expectativa que me encontro, pela 1ª vez, presente nesta Assembleia. Desejo a todas as Sras. e Srs. Deputados (caloiros, como eu, ou veteranos) felicidades no seu trabalho, a bem dos Açores. Não posso deixar de endereçar, de forma muito especial, ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, os meus votos para que tenha o maior êxito no desempenho das suas importantes funções.

Ao Sr. Presidente do Governo e aos Srs. Secretários, desejo, sinceramente, que governem os Açores durante os próximos quatro anos, para poderem levar a cabo, a concretização do Programa do primeiro Governo Socialista dos Açores, de acordo com o desejo da população, expresso na votação obtida pelo PS, em 13 de Outubro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Irei debruçar-me sobre algumas propostas, constantes do Programa do Governo, para a Educação.

A política para a Educação do VII Governo Regional dos Açores, decorre, de forma natural, de dois pressupostos fundamentais:

O primeiro, consiste no facto de termos como centro das nossas políticas as pessoas, o segundo, assenta na convicção de que é o conhecimento e a capacidade de interpretar e intervir no mundo, a riqueza de um povo. Para nós, a educação é o instrumento, por excelência, de combate à exclusão social e de fomento à promoção social.

Dizer, ou escrever, que a educação é uma prioridade, não basta, é necessário dar corpo a esta intenção.

As especificidades dos Açores, com ênfase para a dispersão geográfica, não podem ser desculpas para a falta de iniciativas e para a não concretização, sistemática, de projectos. Pelo contrário, as características arquipelágicas deverão ser aproveitadas para estimular a criatividade e a inovação. Poder-se-á, por exemplo, aproveitá-las para implementar currículos alternativos nas disciplinas de opção, ou para desenvolver o ensino artístico.

Temos condições para que se caminhe no sentido de que cada escola construa a sua "identidade", em estreita ligação e colaboração com a comunidade onde está inserida, por forma a ser um pólo difusor de valores e de saberes.

A escola, terá de ser o local privilegiado de educação para a liberdade e responsabilidade, para a tolerância, para o respeito mútuo e para a cidadania. Se assim o for, é com certeza um local onde os que trabalham e estudam gostarão de estar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os principais vectores orientadores da política de educação do VII Governo dos Açores, são:

- Dotar todas as escolas de infra-estruturas adequadas e dos meios humanos necessários;
- Regulamentar a autonomia administrativa e financeira, de forma a que cada escola tenha condições para elaborar e executar o seu projecto educativo (a burocracia e o controlo central arbitrário, negam a confiança nas pessoas, nos grupos profissionais e consequentemente nas instituições);
- Fomentar a criação dos Conselhos Locais de Educação, visando a definição de orientações adequadas às diferentes realidades concelhias e de ilha;
- Privilegiar a educação pré-escolar e o ensino básico, enquanto alicerces da formação integral dos jovens (intelectual, social, cultural e cívica);
- Criar mecanismos de apoio sócio-pedagógico e de orientação escolar e profissional, de forma a que todos os jovens adquiram, efectivamente, a escolaridade básica e prossigam, com êxito, trajectórias educativas e profissionais posteriores;

- Aumentar os níveis de frequência do Ensino Secundário, promovendo a implementação e o reconhecimento social das vias tecnológicas e profissionalizantes;
- Articular os sectores da educação, formação profissional e juventude (hoje mais possível do que ontem, dado que, pela 1ª vez, na orgânica deste Governo estão sob a alçada da mesma secretaria). Desta forma, esperamos reduzir, significativamente, o abandono pelos jovens do sistema escolar, sem a qualificação certificada;
- Promover a articulação entre os vários níveis do sistema escolar com actividades formais e informais, bem como com todos os domínios educativos e culturais da vida das comunidades;
- Criar as condições políticas e técnicas que conduzam a práticas continuadas, estáveis e avaliadas, as quais articulando interesses dos vários parceiros educativos, reponham a confiança social, externa e interna, na escola;
- Dar atenção aos alunos com necessidades educativas especiais, criando as condições necessárias, quer à integração no ensino normal, quer ao funcionamento das escolas de educação especial;
- Fomentar a formação contínua dos professores, centrada na prática pedagógica e decorrente das reais necessidades de cada escola. A escola será a principal dinamizadora da formação contínua dos seus docentes;
- Promover o ensino artístico, o qual deve existir em plena integração com o restante sistema educativo.

Para uma efectiva concretização do que enunciámos, consideramos ser, ainda, necessário, tomar as seguintes medidas:

- Procurar dotar o orçamento da educação de verbas indispensáveis à progressiva criação da escola de turno único, no primeiro ciclo;
- Elaborar a carta escolar dos Açores que completará os estudos já feitos, com vista à definição das prioridades nas construções escolares;
- Rever alguns mecanismos dos concursos, de forma a possibilitar um maior acompanhamento dos alunos pelos mesmos professores. Proceder-se-à à redefinição de algumas medidas de fixação dos docentes (remuneração, habitação, bonificação do tempo de serviço para concursos e carreira);

- Reforçar o apoio social a conceder aos alunos provenientes de meios sociais carenciados e às respectivas famílias;
- Fomentar uma adequada política de saúde, melhor forma de garantir o despiste precoce de problemas e de integração social das crianças e dos jovens;
- Proceder à dotação, progressiva, das escolas, dos equipamentos necessários às novas tecnologias de ensino, fomentando a criação de "centros de recursos".

Finalmente, considerando que a Constituição da República Portuguesa consagra que "todos têm direito à educação e à cultura" e que "todos têm o direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidade e êxito escolar", é fundamental que haja uma efectiva coordenação com o Ministério da Educação, tendo em vista um melhor aproveitamento dos nossos recursos humanos e materiais, a concretização, em tempo útil, de medidas nacionais, e a aplicação à Região de novas experiências.

Ao Sr. Secretário Regional de Educação e Assuntos Sociais, legamos a árdua, mas não menos, motivadora tarefa, de levar a cabo esta política educativa. Temos a certeza de que o fará com convicção e competência.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e Governo)*

**Presidente:** Há pouco, o Sr. Secretário Duarte Ponte tinha pedido a palavra para prestar esclarecimentos posteriores à intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão.

Como já tinha dado a palavra à Sra. Deputada Natividade Luz, vou-lhe conceder a palavra para esse efeito agora.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Eu percebo a sua preocupação em relação às economias das ilhas menos concorrenciais e em relação ao peso do sector da administração pública nessas ilhas. Percebo e concordo com as suas observações.

Assim como advogámos que o Estado não tem que ter participação em empresas que podem ser melhor geridas por privados, também acreditamos que em determinadas

ilhas, ainda será necessário, durante um certo tempo, que o Estado tenha um papel mais interventor.

É um compromisso do Partido Socialista não proceder a qualquer despedimento da função pública. Portanto, não é preciso preocupar-se em relação a este aspecto.

Em relação à SATA eu fui muito cuidadoso na sua abordagem, se percebeu bem.

Como tive ocasião de dizer na minha intervenção, a SATA precisa de resolver ainda zonas cinzentas conflituosa que tem com o Governo Central, como sejam as indemnizações compensatórias com a TAP, ANA e ainda evoluir para um espaço de manobra superior ao que tem actualmente.

Só assim, poderemos proceder à estratégia que se coloca a médio prazo de liberalização dos transportes aéreos, salvaguardando sempre os interesses legítimos das ilhas economicamente menos concorrenciais.

Acredito que quando tal acontecer, a SATA será sempre melhor gerida por um privado, ou com capitais privados, do que pelo Estado.

Há ineficiências quando é gerida pelo Estado que com o privado não existem.

Muito obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos suspender os nossos trabalhos durante meia hora.

*(Eram 17.30 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradecia que tomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

*(Eram 18.30 horas)*

Informo os Srs. Deputados dos tempos ainda disponíveis:

**Partido Socialista** — 1 hora, 47 minutos e 30 segundos.

**Partido Social Democrata** — 13 minutos.

**Partido Popular** — 12 minutos e 55 segundos.

**Partido Comunista Português** — não dispõe de mais tempo.

**Governo** — 57 minutos e 35 segundos.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Falar de Desporto, no contexto em que aqui o fazemos é, antes de mais, falar de um direito universalmente consagrado.

Com efeito, a Constituição da República Portuguesa garante que todos têm direito à cultura física e ao desporto, estabelecendo também que incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto.

Por outro lado, a "Carta Europeia do Desporto" define como desporto todas as formas de actividade física que, através de uma participação organizada ou não, tem por objectivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica - "mens sana in corpore sano" - o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis.

Temos pois que a actividade desportiva é um factor cultural indispensável na formação plena da pessoa humana e no desenvolvimento da sociedade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O VII Governo Regional reconhece no Programa que submete à aprovação desta Assembleia, que a educação desportiva é um direito do cidadão e que compete à Região apoiar a formação desportiva dos jovens dentro e fora das escolas, atribuindo ao desporto escolar paridade com as outras actividades pedagógicas e curriculares, o que se revela sem dúvida um objectivo importante.

Este reconhecimento pressupõe, implicitamente, a necessidade de criar e manter instalações desportivas adequadas que estejam ao serviço de toda a população.

Reconhece também o Governo, no seu Programa, ser fundamental uma articulação estreita do Sistema Desportivo com as políticas de Ensino, Juventude, Saúde, Turismo, Emprego e Assuntos Sociais, bem como uma ligação às Autarquias, de forma a implementar os serviços que terão por competência desencadear todo o processo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Dentro do todo que é o Sistema Desportivo, há que considerar a existência de sectores ou subsistemas possuidores de uma vocação e uma missão própria a desempenhar.

O Desporto Escolar tem que garantir a todos os jovens o direito à prática desportiva, independentemente da sua condição social, do lugar onde vivem ou até da sua habilidade.

Não pode, pois, continuar a ser despejado para dentro do Desporto Federado, nem ficar limitado à fórmula dos Jogos Desportivos Escolares, que têm em alguns casos, muito mais de actividade folclórica do que de manifestação desportiva.

Quanto ao Desporto Federado, importa reconhecer o contributo indispensável e imprescindível que o movimento associativo representa. O Programa do VII Governo contempla esse reconhecimento, dando ênfase à necessidade de serem garantidos ao movimento associativo os meios que lhe garantam a possibilidade de intervir no sistema desportivo de uma forma mais autónoma.

Por último, mas não menos importante, uma referência ao desporto de lazer e tempos livres, o Desporto para a Vida.

A filosofia deste sector deverá enquadrar um conjunto diverso de práticas desportivas formais e não formais, onde se deverá incluir a recuperação e a revitalização dos jogos tradicionais, património desportivo/cultural que importa preservar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Programa do VII Governo Regional propõe um conjunto de medidas de política para a Educação Física e o Desporto que visam a introdução de correcções e melhorias no Sistema, sem pôr em causa uma área de governação em que, sem complexos, é justo reconhecer a existência da obra feita.

Medidas que vão de encontro à ideia que partilhamos, e segundo a qual o desenvolvimento de um povo pode também medir-se pela importância dada à cultura física e ao desporto.

Medidas cuja implementação deverá conduzir a um desporto melhor, numa Região que se pretende mais próspera e desenvolvida.

Medidas que merecem a concordância e o apoio do Grupo Parlamentar do P.S. e que por isso irão, obviamente, merecer o seu voto.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No momento em que subo à tribuna pela primeira vez nesta Legislatura, seja-me permitido saudar Vossa Excelência, Sr. Presidente da ALRA, desejando-lhe um bom e profícuo trabalho em prol desta Casa e dos açorianos em geral.

Em segundo lugar saudar todas as Sras. e Srs. Deputados, de forma especial os que pela primeira vez exercem as suas funções.

Em terceiro lugar, saudar os Srs. Membros do Governo e, fazê-lo de forma muito especial, porque, pela primeira vez, em 20 anos de Autonomia Constitucional, temos um governo da responsabilidade do Partido Socialista.

É pois com muito gosto e muita emoção que saúdo Vossas Excelências, esperando e desejando da vossa governação as medidas e compromissos assumidos ao longo da campanha eleitoral que conduziu à vitória de 13 de Outubro, atribuindo uma maioria inequívoca de 46% ao Partido Socialista. Esperam e desejam os açorianos um governo honesto, trabalhador, competente e dedicado. Espero e desejo que os 4 anos desta Legislatura sejam 4 anos de progresso, de mandato em tranquilidade e estabilidade.

Por último, saúdo os trabalhadores e funcionários da Assembleia desejando o empenhamento e dedicação próprios de quem desempenha as suas funções com dignidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a debater o Programa do VII Governo Regional dos Açores.

Tal como fiz em anos anteriores, também agora, me dedicarei à análise e debate do Sector da Educação.

Faço-o começando por analisar a situação em que nos encontramos, tendo em conta documentos e elementos dados a conhecer por diversos organismos da Administração Regional.

No texto do Programa que temos em debate inicia-se o sector educativo afirmando "À pobreza associam-se, ainda, níveis de escolaridade mais fracos e tardios, saídas precoces do sistema educativo e reprovações, tudo isto, resultando numa maior proporção de analfabetos e de pessoas com muito baixa escolaridade".

Ao longo dos anos chamámos a atenção dos governantes para este facto: à pobreza, por norma, associa-se o analfabetismo. Esta situação é tanto mais agravada, quanto maiores forem os indícios de pobreza e mais longa for a duração da escolaridade obrigatória. Infelizmente, é de todos nós conhecida a situação de baixos níveis de rendimentos de inúmeros agregados familiares e os negativos reflexos no sucesso educativo.

Na brochura da Secretaria Regional de Educação e Cultura da Acção Social Escolar referente ao ano de 1994/95, pode ler-se no capítulo respeitante ao apoio sócio-económico:

"As desigualdades sócio-económicas são muitas vezes causa e consequência das desigualdades de acesso e sucesso escolar."

É neste contexto que o FRASE, através da concessão de apoio sócio-económico, tem procurado assegurar aos alunos mais carenciados de recursos uma compensação que contribua não só para o cumprimento da escolaridade obrigatória, mas também para a existência de melhores condições que permitam atenuar essas desigualdades. E continua.

Os apoios concedidos traduzem-se numa participação total ou parcial das despesas escolares do aluno com livros e outro material escolar, alimentação, transportes, alojamento, equipamento para chuva e educação física, próteses, apoios complementares ao ensino secundário e apoios especiais para os alunos do Corvo".

O VII Governo Regional propõe-se "Aperfeiçoar o sistema de apoios escolares, de modo a que haja uma melhor verificação dos rendimentos auferidos pelos pais, evitando situações de injustiça" e "Reduzir o absentismo escolar verificado no ensino

básico, através dos mecanismos que façam com que as crianças tenham, pelo menos, a escolaridade mínima obrigatória."

É de todos nós sabido que existem grandes desigualdades no tratamento desta matéria. Um exemplo para mais facilmente entendermos:

Um contínuo com o vencimento mínimo da Administração Pública e um agricultor. Enquanto o agricultor desconta pelo rendimento mínimo nacional, o outro desconta pelo seu vencimento ilíquido, enquanto um tem ajudas pelo escalão máximo, o outro aufero pelo escalão médio. É urgente que cada qual receba participação, consoante o rendimento real do seu agregado familiar. E, Sras. e Srs. Deputados, não é necessário inventar ou criar nada de novo, basta que se utilizem os dados existentes na Administração Regional e se faça justiça.

Outro exemplo claro nesta área, foi a atribuição do Rendimento Mínimo Garantido na freguesia de Rabo de Peixe. Uma das obrigações dos utentes do Rendimento Mínimo Garantido, criado pelo governo do Eng.º António Guterres, é a frequência escolar. Hoje, as crianças e jovens vão à escola, porque os pais sabem que deixarão de recebê-lo no momento em que a Escola declarar que os filhos não comparecem. Tomem-se medidas pela positiva e as populações corresponderão.

Dos processos de atribuição de determinadas participações, dever-se-ia exigir a apresentação de documento comprovativo de frequência escolar. Falamos de frequência e não de sucesso. Sabemos, naturalmente, que em múltiplos casos do processo de candidatura, não consta este documento nem ele é ou pode ser obrigatório. Mas só o facto de ser exigido já poderá funcionar com óbice à fuga à escolaridade. Outros exemplos como este deverão ser criados.

Este Governo propõe-se:

"Fomentar a adaptação dos currículos escolares de modo a que os novos problemas sociais (droga, alcoolismo, sida, etc.) sejam convenientemente abordados e reforçar os blocos práticos dos currículos (ao nível da lavoura, pescas, da gestão do orçamento doméstico, do planeamento familiar, dos direitos e deveres cívicos ...)."

Sabemos que esta é outra matéria que tem apresentado algumas dificuldades na sua implementação nas nossas escolas.

Chegou a hora de não "enfiarmos a cabeça na areia" e encararmos de frente os problemas que se nos deparam e que afectam, infelizmente, muitas famílias, causando traumas e levando ao desespero pais e encarregados de educação. Todos temos assistido à denúncia de situações altamente preocupantes. Urge formar e informar os professores e educadores em matérias como a droga, o alcoolismo, a sida, a prostituição, a pedofilia, etc.

Melhor do que ninguém, é o docente que lida no dia a dia com os alunos, quem melhor os conhece e quem deve ser encarregado de tratar destes assuntos e não alguém estranho que, eventualmente, entra na escola e faz uma palestra. Temos de formar e informar os nossos jovens nestas matérias.

Não tenhamos medo de formar a juventude na educação sexual. Deixemo-nos de pavores e terrores!

Infelizmente acontecem muitas situações de que depois nos lamentamos, por falta de conhecimento correcto por parte dos jovens. Iniciou-se, quase envergonhadamente um curso de formação de docentes na disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social. Avance-se com denodo, pois, rapidamente veremos os bons resultados da nossa opção.

Pretende o Governo Socialista "Investir na criação de estabelecimentos escolares mais pequenos". (pág. 48 do Programa).

Esta medida exige um grande empenhamento de todos os membros do governo e desta Câmara, dado que a construção de um edifício escolar acarreta despesas na ordem das muitas centenas de milhares de contos. Escolas com mais de 1200 alunos tornam-se inadequadas, impessoais, geradoras de insucesso. A Região Autónoma dos Açores tem a generalidade das suas escolas superlotadas, carenciando de ampliações e de novos edificios. Façamos um esforço e procuremos dotar todas as Ilhas com as estruturas capazes de contribuírem para um sucesso educativo que nos equipare a outras regiões insulares e do nosso continente português. Façamos da Escola um local onde dê prazer crescer!

Os nossos filhos são o nosso maior bem! Tudo quanto possamos idealizar para tornar uma criança ou um jovem feliz, realizado, empenhado na sua formação, estamos a

contribuir para a resolução de múltiplos problemas sociais que assim ficam desde logo sanados.

Outra medida deste VII Governo é :

"Evitar o critério de dividir os alunos em turmas de alunos maus e de alunos bons, o qual poderá levar a fenómenos de exclusão por parte daqueles que não se enquadram em padrões ditos normais".

Infelizmente, criou-se a mentalidade de que é preciso diminuir as taxas de insucesso escolar, esquecendo-se de que é mais importante o sucesso educativo do que o sucesso escolar. Nem todos os jovens conseguem obter sucesso escolar, mas todos podem ter sucesso educativo. Mudemos os nossos padrões de avaliação! Olhemos à nossa volta e vejamos quantos cidadãos de sucesso conhecemos que foram alunos carimbados com o selo de insucesso escolar! Todas as crianças e jovens têm sucesso. Necessitam é de ser avaliados do seu ponto de partida e não de um modelo estereotipado que a nós próprios impusemos. Façamos com que cada um cresça e se forme segundo as suas capacidades pessoais e reais. Não pretendamos fazer de todos os jovens candidatos a "emprego de escritório", quando a sociedade necessita de tantos e tão variados profissionais. Equipemos as escolas com os meios humanos e materiais capazes de permitirem a polivalência que a sociedade necessita.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Poderíamos continuar a explicitar outros objectivos a que se propõe o VII Governo, prefiro porém chamar a atenção do Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais para algumas matérias que não podiam nem deviam constar do Programa explicitamente mas que são, no nosso entender, importantes para a acção governativa de Vossa Excelência:

- Analisar os resultados dos concursos de docentes realizados em 1994/95 e 1995/96, dado que tiveram por base legislação diferente, verificar a que melhor serviu as Escolas, e aperfeiçoá-la;
- Fazer introduzir nos diplomas de concursos de professores e educadores, aprovados nesta Assembleia, as normas que permitam melhorar a sua colaboração atempada nas Escolas;

- Em coordenação entre S.R.E.A.S., A.L.R.A., Ministério da Educação e Assembleia da República, actualizar o Decreto-Lei nº338/79, de 23 de Abril de 1979, que procedeu à transferência para a Região dos serviços periféricos na área da Educação;
- Acompanhar desde o primeiro momento as propostas de iniciativas ou alterações legislativas com origem no Ministério da Educação, por forma a que no mais curto espaço de tempo se proceda à sua adaptação à Região;

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

Tal como estivemos, pessoalmente, no passado, sempre empenhados na procura das melhores soluções agora, e por maioria de razão, conte connosco, com o nosso trabalho e o nosso empenhamento. Estaremos sempre disponíveis para dizer **presente**.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Permitam-me antes de iniciar a minha intervenção que reitere os votos e a saudação que lhe fiz, Sr. Presidente da Assembleia, mas agora de um modo mais formal na tribuna, no sentido de manifestar a minha estima por uma pessoa que pela sua firmeza de carácter e pelos seus princípios soube que para atingir a verdade era preciso resistir.

Gostaria também de saudar todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas e com a mesma humildade democrática que nos levou ali, estar à vossa disposição para, dentro das responsabilidades que agora assumi, ficar com essa disposição assegurada, desde já.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Se quiséssemos sintetizar a política do VII Governo Regional para as áreas da Habitação e dos Equipamentos, diríamos que a par da solidariedade activa que também atravessa, como se viu, todo o Programa deste Governo, vamos ocupar-nos da racionalização de meios no sentido de respeitar a utilização dos recursos disponíveis, se bem que nesta altura ainda não sabemos quantos, e de otimizar a sua gestão.

Animados e convictos da responsabilidade que a materialização destes princípios exige, estamos determinados a agir em conformidade com eles, apelando em simultâneo, à co-responsabilização dos cidadãos.

De acordo com o nosso programa eleitoral e com o diagnóstico que já iniciámos após termos tomado posse, a nossa atenção prioritária recairá sobre o sector da habitação, sobretudo para os mais carenciados a quem até agora não lhes foram dadas possibilidades de deixar a triste "sobrevivência" e, alojamentos precários ou nos alojamentos degradados de absoluto desconforto. Para além, deste grupo de excluídos, há que melhorar o acesso à habitação dos jovens, dos deficientes e dos idosos com baixos rendimentos.

Mas, o sucesso de qualquer política sustentada impõe a criação urgente de uma planificação rigorosa que, no sector da habitação, estará consubstanciada no Plano Regional de Habitação deste Governo, verdadeiro instrumento de diagnóstico e de prognóstico desta área, quer ao nível dos investimentos a realizar plurianualmente, e da sua avaliação e revisão periódicas, quer ao nível das necessidades habitacionais da Região. Este conceito de planificação pode mesmo ser tomado como uma pilotagem estratégica que faremos em estreita colaboração com aqueles que se encontram "colados ao terreno", como por exemplo, as autarquias e as instituições de solidariedade social.

Trata-se de aumentar a eficácia de actuação num quadro de redução das disparidades sociais e não de ter mais um estudo sem utilidade prática, ou se quisermos, mais um documento nos armários do Secretário da tutela, traduzindo aquilo que, academicamente, se designa de "efeito de vitrina".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gravitam no sector da habitação problemas que persistem e merecem toda a nossa atenção, especulação imobiliária, uso incorrecto de solos, fiscalidade elevada que onera o preço final dos fogos, pouca celeridade nos processos e desinformação dos cidadãos em relação aos programas disponíveis.

Como se sabe, por exemplo, ao nível da fiscalidade teremos que contar com o Orçamento de Estado, já que o articulado do Estatuto da Região, em matéria fiscal, continua a carecer de regulamentação e enquadramento legal propenso ao exercício desta competência pela Região, o que será ultrapassado com um novo regime fiscal.

Por outro lado, a política de habitação na Região deve entender e atender à questão da habitação social. Este entendimento passará, quanto a nós, pela redução dos chamados "contentores institucionais de pobreza", verdadeiros "gettos" de imitação de modos, práticas, vivências e trajectórias de exclusão social. Entender o papel da habitação social num quadro de co-responsabilização é também evitar a solução de "chave na mão", o que passará por criar condições para que, precocemente, ocorram contactos dos destinatários com a sua casa, de modo a conseguir maior estima e implicação por aquilo que constitui um bem durável.

Neste sentido, o acompanhamento social pré e pós entrega das casas precisa ser alterado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Arranjar o equilíbrio nos desequilíbrios actuais é uma tarefa árdua e aliciante ao mesmo tempo, porque não construir bairros sociais e manter redes de solidariedade de vizinhança constitui um repto à política de integração das famílias em termos de realojamento.

As medidas para o sector da habitação anunciadas neste Programa vão alargar e melhorar os programas existentes no diploma 14/95/A, a par da revisão do 7/95/A, (SAFIN). Trata-se de combater iniquidades e hiatos destes programas em ordem a uma melhor justiça social.

Quanto aos equipamentos e às medidas políticas deste sector onde pontificam as Obras Públicas, obedecerão a critérios de transparência e utilidade.

Queremos que a materialização destes vectores sejam as primeiras grandes obras que este Governo legará à Região.

Desenganam-se, todavia, os que nesta altura transferiram as actividades e os problemas da anterior governação, porquanto tanto estamos disponíveis para assumir responsabilmente os compromissos inadiáveis e financeiramente sustentáveis (ou cabimentos se preferirem), como explicaremos até à exaustão (se for necessário) tudo o que não for consentâneo com os princípios deste Governo em matéria de transparência e gestão rigorosa dos dinheiros públicos.

Deste modo, anunciamos a hierarquização de prioridades nas medidas de política desta Secretaria e, podemos desde já afirmar que num primeiro diagnóstico da "enxurrada" de adjudicações e contratos verificamos o esgotamento financeiro em alguns programas. Oportunamente, traduziremos esta avaliação em dados quantitativos rigorosos.

De qualquer modo, continuaremos a cuidar da reparação dos equipamentos existentes e a assumir os nossos compromissos eleitorais em matérias de equipamentos colectivos.

Se, por um lado a lógica do funcionamento da Secretaria da Habitação e Equipamentos não poderá ser a do posto avançado de campanhas eleitorais, por outro reduzi-la a um "guichet" de informação, quanto a nós é irrealista, numa região onde a intervenção oficial não deve constituir uma esfera de controle, mas antes de corresponder a uma necessidade de atenuar disparidades sociais. Distinguem-se assim as obras das manobras.

Estamos, porém, de acordo com os que reclamam alterações de métodos e procedimentos nos sectores de habitação e nos equipamentos. Ou seja, aumentaremos a produtividade dos vários sectores da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos mediante a descentralização e a responsabilização das chefias intermédias, terminando com práticas burocráticas que sobrecarregam as Direcções Regionais e os seus Directores.

O pagamento atempado das Obras Públicas e o seu faseamento constituem outras medidas que nortearão a actuação deste Governo.

Apesar de já termos observado algumas "viscosidades acumuladas pela ferrugem do tempo", estamos determinados a assumir a diferença entre gastar e gerir.

Impõe-se, portanto, disciplinar a existência dos contratos adicionais, de trabalhos a mais, o que significará uma fiscalização mais eficaz e uma melhor articulação com outros sectores envolvidos nas obras, assim como a responsabilização objectiva dos projectistas.

Já é prática corrente o valor total da obra ser muito onerado, e tenho vários exemplos disso, porque há um conjunto de situações que não são projectadas. Uma obra como aquela que está a decorrer na Madalena, em que ainda não começou e já tem 5 mil contos de trabalhos a mais, pelo facto da gare e os barracões que lá existem, terem que ser destruídos, os quais não estavam previstos no projecto.

Outra preocupação realçada neste Governo é a dinamização do mercado das pequenas e médias empresas do sector da construção civil, tanto porque elas absorvem grande parte da mão-de-obra que transita do sector primário, como porque elas constituem um importante contributo no equilíbrio do tecido económico e social da Região.

Quanto aos apoios comunitários é preciso que se preparem, atempadamente, os processos a fim de que as suspensões e paralizações deixem de constituir uma chaga como ocorreu entre a aplicação do PEDRAA I e II, o que penalizou de sobremaneira as autarquias.

Finalmente, o papel consultivo do Conselho Regional de Obras Públicas, até agora realidade apenas na lei orgânica, terá uma importância determinante na concretização do diálogo como instrumento para decidir melhor.

Na nova orgânica deste Governo a Protecção Civil e os Bombeiros constituem uma unidade funcional e integrada. Esta nova visão de funcionamento destes sectores passará não só pela "nossa" revisão orgânica do Serviço Regional de Protecção Civil, como sobretudo pela actualização do Plano Regional e dos Planos Municipais da Emergência, e dos malogrados Serviços Municipais de Protecção Civil.

Todos estes Planos nunca funcionaram, não tanto pela falta de financiamento, mas pelas inércias a que foram submetidos. De resto, sem o estabelecimento de uma rede de comunicações de fiabilidade comprovada, em vez de protegidos, os cidadãos ficarão desprotegidos e sujeitos à ineficácia deste serviço.

Por último, os inegáveis serviços prestados pelos Bombeiros não podem ser confundidos com alguma proliferação acriteriosa de instalações e equipamentos, à luz de um quadro de racionalização dos recursos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A política deste Governo Regional revela, assim, a prioridade na habitação, pois não estamos satisfeitos com o facto de perdurarem situações de absoluta indignidade, e por isso, não trocamos a realidade por taxas estatísticas.

Na verdade, dos programas de realojamento é preciso referir que começaram tarde e estão atrasados, aliás, ninguém entende porque não se iniciaram mais cedo.

Finalmente, aqueles que não vêem medidas de Obras Públicas estão distraídos, pois o volume de obras que herdámos e, principalmente as rectificações que teremos de fazer são mais que suficientes para o Plano que se avizinha, mas não hesitaremos em introduzir as nossas próprias obras nesse mesmo Plano que correspondem aos compromissos que assumimos na campanha eleitoral.

No entanto, não se pode confundir Programa de Governo com Plano; nele estarão discriminadas rubricas relativas aos nossos compromissos eleitorais.

A solidariedade activa é, pois, o traço saliente deste Programa de Governo, a par da transparência e do rigor, sem intransigência, que levaremos até ao fim, com equilíbrio e sentido de justiça social, a bem dos Açores e de todos os Açorianos.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e Governo)*

**Presidente:** Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

**Deputado Jaime Medeiros (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A história recente pode provar que a Secretaria das Obras Públicas não foi utilizada na campanha eleitoral. Antes pelo contrário, poderei dizer que no dia da tomada de posse do VII Governo Regional — estou afirmando e posso provar — após ter subido as escadas do Palácio dos Capitães Generais, depois de cumprimentar V. Exa. Sr.

Presidente e a sua Excelentíssima esposa, caminhava pelo corredor da passadeira vermelha e atrás de mim vinham duas senhoras que não conheço, mas vou afirmar porque ouvi, que diziam:

"O José está muito bem nas Obras Públicas, porque naquela Secretaria é que se ganha as eleições".

Ouvi e obviamente que percebi.

*(Risos da bancada do PSD)*

Entrando nas questões que o Sr. Secretário levantou aqui durante a sua intervenção, posso dizer-lhe que o programa de realojamento está atrasado, porque a entidade responsável nesta Região atrasou-o, propositadamente, durante um ano por meros aspectos formais, e V. Exa. sabe isso com certeza.

Quanto à questão da informação aos cidadãos, todas as juntas de freguesia têm os elementos necessários para informar os cidadãos de cada localidade, porque é muito mais fácil ser através da junta do que distribuir um panfleto ou um documento a cada cidadão, porque este tem mais dificuldade se não for ajudado.

Uma questão que o Sr. Secretário referiu e que vem no Programa do Governo, tem como intenção, acabar com a situação actual dos residentes, nas soluções de entrega de casas de "chave na mão".

Sr. Secretário, esta é uma imprecisão do vosso Programa, porque há mais de três anos que não se entregam casas de "chave na mão". As casas são adquiridas pela Região, as pessoas vão para lá, vivem e pagam uma renda social que pode ir de 0 (zero) até ao limite máximo que a legislação prevê. Não há entrega de casas de "chave na mão".

Outra questão que gostaria de colocar, relaciona-se com a página 17 que diz que a "política fiscal é definida pelo poder central" e depois diz que "o Governo vai criar incentivos".

Se a Região não tem competência, como é que vai criar incentivos à construção civil? Que tipo de incentivos vão dar aos jovens para eles fixarem-se nas freguesias? São incentivos para aquisição de habitação através da auto-construção, ou serão incentivos para os transportes?

O ponto 6 diz: "concessão de subsídios à auto-construção a custos controlados".

O que é isto, Sr. Secretário?

No que diz respeito à questão dos equipamentos, eu perguntar-lhe-ia se os POOC ficam na Secretaria da Habitação e Equipamentos, na Secretaria da Economia ou na Secretaria da Agricultura e Pescas?

POOC é Plano de Ordenamento das Orlas Costeiras.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Menezes.

**Deputado António Menezes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em relação à área dos bombeiros, eu entendi da sua intervenção que havia intenção deste Governo em repensar e rever o programa de instalações dos bombeiros, numa perspectiva de racionalização.

Na Região, nós temos em curso duas obras: uma no quartel das Lajes do Pico e outra em Santa Cruz das Flores.

Tendo consciência de que estamos a discutir o Programa do Governo e não o Plano, e dado que isto foi uma promessa eleitoral importante feita pelo Sr. Presidente do Governo Regional quando visitou o quartel de bombeiros de Ponta Delgada, gostaria de saber se, neste momento, o Governo entende que deve avançar com o novo quartel de bombeiros de Ponta Delgada?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José António Monjardino.

**José António Monjardino (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu desejava colocar algumas perguntas ao Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Aproximadamente há 3 anos, o Partido Popular denunciou uma prática que era feita, normalmente pelo anterior Governo, inclusivamente pelo V Governo, e que gostaria que o Sr. Secretário me elucidasse se se verifica ou não ou se voltará a verificar-se.

Essa prática consistia em que no fim do ano, normalmente pela Secretaria das Obras Públicas, embora outras também o fizessem, havia uma prática de pedir às empresas para mudarem a sua facturação.

Isto foi denunciado por nós, porque viola claramente o Código do IVA, o código do IRC, e algumas empresas, inclusivamente tiveram dificuldades porque a anulação de facturação de serviços prestados não pode ser feita sem a devolução do bem.

Mas tudo isto era feito sob coacção sobre as empresas, para resolver problemas de natureza orçamental e que nos deu uma claríssima indicação de que havia uma prática decorrente de obras que não tinham cabimento orçamental e que transitavam de ano.

A primeira pergunta que coloco é se continuar-se-á ou não a fazer isso?

Em segundo lugar, perguntaria se há efectivamente, hoje em dia, despesas na sua Secretaria que não tenham enquadramento orçamental e, se houver, vão apresentar a esta Assembleia um orçamento rectificativo?

Julgo que é fundamental que o façam.

No âmbito das perguntas coloco-lhe uma pergunta inevitável:

Sr. Secretário, vão ou não reduzir o parque de máquinas das obras públicas? — "eu não largo esta nem morto".

Em terceiro lugar, gostaria que me explicitasse um pouco mais a medida prevista no apoio às empresas, ou seja, "uma política de investimento público dirigida para a economia regional onde se inclui a promoção de projectos de obras públicas adequados à dimensão e capacidade das empresas regionais".

Em que medida é que se fará essa adaptação e adequação?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra para pedir esclarecimentos o Sr. Deputado Herberto Rosa.

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Muito do que aconteceu nas Flores há cerca de 15 dias, ficou a dever-se ao facto de não terem sido feitas as limpezas nas ribeiras e nos aquedutos relativamente a 9 de Junho anterior.

Uma das razões por que não foram feitos esses trabalhos terá sido, certamente, o facto de as Obras Públicas nas Flores terem pouco pessoal. Aliás, cerca de 25% do quadro de pessoal é que está preenchido.

Por altura do sinistro de 9 de Junho, foram pedidas autorizações para contratar pessoal, quer pelos Serviços Florestais, quer pela Delegação de Obras Públicas.

Aos Serviços Florestais foi autorizada a contratação de 10 trabalhadores a termo certo. Às obras públicas não foi autorizada a contratação de pessoal.

A explicação que me foi dada há dois ou três dias foi de que na altura o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas tinha mais peso junto da Secretaria Regional das Finanças do que o Secretário Regional das Obras Públicas.

**Secretário Regional para a Presidência das Finanças e Planeamento** (*Roberto Amaral*): Do anterior Governo!

**O Orador:** Do anterior Governo, é claro.

Gostava que me garantisse se desta vez vai conseguir entender-se com a Secretaria Regional das Finanças para que as Obras Públicas das Flores receba o pessoal necessário para fazer os trabalhos de limpeza, conservação e recuperação para que não nos aconteça qualquer dia um outro nove de um mês qualquer?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

**Deputado Manuel Serpa** (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 1984, quando entrei pela primeira vez nesta Casa, a minha primeira intervenção foi sobre o ensino.

Lutei para que o Pico tivesse uma escola, não uma mera Escola Preparatória, mas sim algo mais.

Fui criticado por muita gente por talvez ter entravado esse processo.

Passaram-se muitos anos, muitas lutas.

Quem folhear os Diários desta Assembleia vai ver que eu fiz **dezenas** de intervenções a lutar por uma escola diferente no Pico e uma escola **nossa**.

Hoje, venho aqui registar a satisfação dos picoenses pelo edifício há pouco inaugurado na Vila da Madalena.

**Deputado João Cunha** (*PSD*): Mais uma obra do PSD!

**O Orador:** Registar com agrado e expressar a satisfação.

É um magnífico edifício, bem enquadrado sob o ponto de vista paisagístico e é de facto uma solução óptima para as crianças que durante muitos anos estiveram comigo no Externato da Madalena.

Eu quero agradecer e manifestar o meu regozijo e o regozijo dos picoenses pelo edificio e não tenho pejo nenhum em agradecer a quem projectou, trabalhou, sofreu e lutou para que, de facto, nós tivéssemos uma escola digna da Ilha do Pico, uma escola nossa, uma escola pintada de esperança.

Como há pouco tempo o Sr. Secretário da Habitação lá esteve e havia pormenores e alguns arranjos que tinham que ser feitos, gostaria de perguntar se os desejos expressos na altura pelas pessoas que o acompanharam, vão ou não ser concretizados?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo.

**Deputado Silva Melo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma das perguntas que pretendo deixar ao Sr. Secretário das Obras Públicas é a seguinte:

No ano transacto, assistimos em São Miguel a um acto único, cuja qualificação abstenho-me aqui de dar.

Uma das belezas das nossas estradas constitui precisamente a arborização feita pela mão do homem em quase todas elas, sobretudo na costa norte.

Esse acto que há pouco estava a referir-me foi um corte indiscriminado dessas árvores que, apesar de um requerimento aqui feito por mim e pelo Sr. Deputado Francisco Sousa, ainda hoje estamos para receber a resposta.

Nós ficámos sem saber se seria a título experimental ou se seria para continuar ou por outra qualquer razão.

Pergunto ao Sr. Secretário se essa política do corte de árvores é para continuar ou se foi uma experiência?

**Deputados João Cunha e Mark Marques (PSD):** Não é!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

**Deputado Joaquim Ponte (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Só apenas duas questões no caso do Sr. Secretário poder esclarecer melhor as afirmações que foram aqui proferidas e também uma outra que vem escrita no Programa do Governo.

Relativamente à primeira, o Sr. Secretário disse e vem escrito no Programa do Governo, que este executivo pretende "diminuir a carga fiscal do preço final de cada fogo".

Todavia, perguntava se já prevêem qual a medida que vai ser tomada para atingir esse objectivo, dado que uma das versões que tem sido levantada acerca disto, diz respeito à eventual extinção da sisa. Como sabe a sisa constitui receita das autarquias locais.

No caso de ser essa a opção, o Governo tem intenção ou não de compensar as autarquias locais da falta de verbas que elas vão ter a juntar às necessidades que já têm?

A segunda questão tem a ver com o fomento do arrendamento.

Esta é uma das propostas que vem escrita no Programa do Governo e em termos de medidas políticas propostas, fala-se em apoiar as famílias de menores recursos.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Através do subsídio de arrendamento!

**O Orador:** Pergunto se a medida de política para fomentar o arrendamento é apenas esta ou se o Governo com esta proposta tem a intenção de aumentar o número de fogos, sobretudo nos centros mais populosos que são dispensados às pessoas por arrendamento?

Pergunto isto, porque é do meu conhecimento que alguns pequenos investidores ou proprietários de casas que estão em situação degradada pretendem recuperá-las e noutras zonas do nosso país recebem apoios para essa recuperação e para a entrada dessas moradias no mercado de arrendamento.

Gostaria também de saber se este Governo prevê igualmente apoiar o fomento do arrendamento ou não, ou se prevê apenas apoiar as famílias de menores recursos?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário da Habitação e Equipamento.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamento** (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Desde já, agradeço as vossas perguntas.

Sr. Deputado Jaime Medeiros, essa conversa das senhoras provavelmente veio de alguém do PSD.

**Deputado Jaime Medeiros** (*PSD*): Não, não. Eu conheço essas senhoras.

**O Orador:** Não creio, que tivesse sucedido uma coisa relevante com esse tipo de enquadramento.

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Isso talvez está nos donos da bola.

**O Orador:** Em relação à questão da "chave na mão", é evidente que nós, independentemente de termos chegado há pouco à Secretaria, temos conhecimento dessa situação, mas o que se diz aqui é que às pessoas não tem sido indicado quando vão ter alguma casa, alguma habitação. Como prova disso basta ver o tipo de comportamento social que todos recriminam nos bairros sociais, onde tem havido entrega de casas por parte, do Governo com histórias que demonstram que não há acompanhamento nenhum nem antes da entrega da casa, nem depois.

Toda a gente sabe, aliás os que já fizeram casa e que tiveram que se esforçar e sacrificar por ela, que naturalmente o tipo de estima pela indicação que tiveram, é muito diferente no tratamento que têm após isso.

Isso é uma medida, quanto a nós, inteligente exactamente pelo facto de contrariar os apoios que depois normalmente as pessoas voltam a pedir ao Governo, passado pouco tempo da entrega da habitação, para proceder a arranjos.

Por isso, nós entendemos que esse acompanhamento pode e deve ser feito pela assistência social, por exemplo.

Em relação aos incentivos, é evidente que o artigo 33.º do Estatuto fala em concessão de benefícios fiscais e nesse sentido há enquadramento legal para nós estudarmos a melhor possibilidade de isso ser feito em pormenor. Se me perguntar como é, ainda não sei.

No que diz respeito ao ponto 6, concessão de subsídios à auto-construção, este é um caso especial de situações que não estão contempladas nos Programas actuais, como seja, a questão de cooperativas e empresas.

As empresas podem fazer habitações com programas de auto-construção, podem ter tectos e plafonds até ao limite dos quais é razoável arranjar um programa que não onere o preço da habitação em termos finais.

**Deputado Jaime Medeiros (PSD):** Empresas não é auto-construção!

**O Orador:** As empresas podem fazer...

**Deputado Jaime Medeiros (PSD):** Isso é uma contradição!

**O Orador:** Não há contradição nenhuma nessas duas expressões, se é isso que me quer dizer prove-me o contrário.

Em relação aos portos, devo-lhe dizer que o ordenamento da orla marítima está nesta orgânica do Governo na Secretaria da Agricultura, Pescas e Ambiente, embora como já foi reafirmado nesta Câmara, não há compartimentos estanques nestas quatro secretarias e isso significa exactamente que há competências que podem estar conjuntas.

Não há dramatismo nenhum por esse facto.

O dramatismo é a lógica atomística dos Governos anteriores e pior do que isso, é a lógica de quem tinha sectores completamente desfasados uns com os outros na Secretaria da Habitação, na Secretaria do Ambiente e na Secretaria da Agricultura. Isso é que é grave, não é o facto de haver cooperação e articulação entre os sectores.

Sr. Deputado José Monjardino: é evidente que os princípios que foram enunciados aqui neste Governo, pautam-se pela estreita necessidade de disciplinar situações que quanto a nós fazem todo o sentido que sejam regularizadas e é um compromisso nessa matéria que invocou, ou seja, caminharmos para a absoluta regularização da facturação.

De facto, quando me falou em orçamento rectificativo eu tenho algumas situações que até considero de alguma gravidade. Não falo naquela situação invocada ontem aqui do delegado das obras públicas da Graciosa, porque me parece um pouco caricata a ideia de que não há professores do ensino primário na Graciosa que exerçam essas competências.

**Deputado Jaime Medeiros (PSD):** Vocês tentem arranjar!

**O Orador:** Até porque no mesmo dia houve outro despacho para uma Terceira Oficial acabar por assumir algumas competências no limite de 200 contos. Mas não é isso que nos preocupa.

Em relação a alguma situação de rectificação do orçamento, há um caso que já conhecemos e que de algum modo é preocupante se for repetitivo.

Nas diversas visitas realizadas durante o ano de 1996, o Governo distribuiu diversos subsídios no montante de 190 mil contos, conforme actas elaboradas, sem ser analisada a disponibilidade financeira que no orçamento está qualificada em equipamentos colectivos, apoio diversos — Programa 22, Apoios a entidades de interesse colectivo, código 02 — que apenas tinha 145 mil contos.

O saldo actual desta rubrica é 0 (zero) e existem facturas por pagar que ascendem a 50 mil contos.

É evidente que eu não quero nesta altura trazer muitas outras situações, porque não tenho conhecimento das mesmas, mas como reafirmei junto aos Srs. Deputados naquela tribuna, levaremos até à exaustão, porque é isso que o direito, a opinião pública e os cidadãos que elegeram os deputados querem e exigem de nós e não arredaremos um milímetro, doa a quem doer.

Sr. Deputado Herberto Rosa: a limpeza das ribeiras, como nós já anunciámos esta semana, é um problema que tem persistido e que se impõe que seja tratado de uma vez por todas. Nesse sentido, esta semana o Governo já tomou a decisão da compra de uma máquina de limpeza de aquedutos. Também já anunciámos o envio de estruturas, que são as manilhas, para alterar o calibre desses aquedutos e anunciámos também a medida de operacionalizar, nas Obras Públicas, uma brigada de limpeza que de algum modo estará mais atenta e também prestará uma resposta mais rápida a essa situação.

Sr. Deputado Manuel Serpa: eu já tive a oportunidade de ver um estudo na Secretaria que de algum modo vai resolver a situação do piso dessa escola e logo que seja possível nas próximas semanas, ela pode ficar resolvida.

Em relação ao corte das árvores, Sr. Deputado Silva Melo, há um conjunto de situações que deixaram de estar nesta Secretaria e que passaram para a Secretaria do

Ambiente, mas a política deste Governo em matéria ambiental é conhecida, de maneira que nós não entendemos que esse corte das árvores seja uma medida correcta e que daqui para o futuro possa voltar a ocorrer, pelo menos com o figurino do caso que acabou de falar.

Sr. Deputado Joaquim Ponte: é evidente que nós entendemos — penso que manifestámos isso neste Programa — que as autarquias precisam de maior entrosamento e apoio.

Os programas que tiverem relação com as autarquias, essa fiscalidade pode ser perfeitamente associada ao benefício das mesmas. É evidente que, não digo todas as situações que impliquem sisa revertam automaticamente para as autarquias, mas é minha intenção que nos programas onde houver relações com as autarquias em matéria fiscal, elas possam também beneficiar dessa situação.

Em relação ao subsídio de arrendamento, este vai ser fomentado. É evidente que é ao sector privado que compete aumentar a oferta, mas o preços do mercado podem ser facultados com um subsídio às famílias com menores rendimentos.

Portanto, há uma perspectiva de solidariedade activa que enforma esta situação e penso que é possível e desejável instituir subsídios de arrendamento às famílias com menor rendimento e por outro lado, jogar com a situação da oferta e da procura pelas entidades privadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

**Deputado Jaime Medeiros (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria, e seria extremamente interessante, de continuar o diálogo com o Sr. Secretário da Habitação e Equipamento, mas infelizmente a disponibilidade de tempo não o permite, mas gostaria de deixar claro que os POOC não estão em parte nenhuma...

**Secretário Regional da Habitação e Equipamento (José Contente):** Os POOC estão em verbas não desagregadas!

**O Orador:** ... e o que está na Secretaria da Agricultura é o PROTA. São coisas completamente distintas que são regidas por legislações distintas e lá não fala nisso.

Quanto à questão das árvores, elas fazem parte da segurança rodoviária. Portanto, fique a saber que quem vai fazer a segurança rodoviária agora é a Secretaria que tem a seu cargo o ambiente.

Muito obrigado.

*(Risos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Menezes.

**Deputado António Menezes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Porventura o Sr. Secretário da Habitação e Equipamento esqueceu-se da pergunta que lhe fiz, concretamente em relação ao novo quartel dos bombeiros de Ponta Delgada?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

**Deputado Joaquim Ponte (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Se calhar eu não me exprimi bem, ou o Sr. Secretário não entendeu devidamente a minha pergunta.

A questão que eu coloquei diz respeito à sisa e certamente o Sr. Secretário sabe — na resposta que me deu fiquei com dúvida — que a sisa é um imposto que reverte a favor das autarquias locais. É arrecadado pelas repartições de finanças e constitui receita orçamental das autarquias locais.

A questão que levantei foi no sentido não de que as autarquias locais beneficiem mais relativamente à sisa, porque beneficiam tudo quanto é possível dado que é um imposto que é arrecadado e entregue às autarquias locais.

Ouvi dizer — e sublinho aqui ouvi dizer, porque nunca vi isto escrito em parte nenhuma a não ser nos órgãos de comunicação social — que a sisa será abolida.

Pergunto: o Governo prevê compensar as autarquias locais da receita que elas deixarão de usufruir por conta da extinção do imposto?

O que perguntei relativamente ao arrendamento, uma vez que não fiquei esclarecido sobre essa matéria, é se os apoios que eventualmente este Governo pensa ou não atribuir...

*(Apartes inaudíveis entre a bancada do Governo e a bancada do PSD)*

**O Orador:** Sr. Presidente, peço que desconte este tempo, porque houve aqui um diálogo e eu tive que interromper.

O que pretendia saber é se este Governo prevê, para além dos apoios ou incentivos que pretende dar às famílias carenciadas, que as pessoas que invistam as suas poupanças na imobiliária, ou seja, na construção de habitações que são postas à disposição do mercado para arrendamento, ou pessoas que tenham casas em situação degradada e pretendam recuperá-las para colocar no mercado de arrendamento (uma vez que o Programa do Governo fala em fomentar o arrendamento), podem ter alguma expectativa de apoio por parte da administração regional?

Eram estas as questões que tinha colocado. Se o fiz de forma talvez pouco explícita, penso que agora consegui explicitar melhor, e pedia ao Sr. Secretário um novo esclarecimento sobre as mesmas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quem deveria fazer esta insistência deveria ser o Sr. Deputado José Monjardino, mas compreendo que ele tenha custo em fazê-lo...

*(Risos da Câmara)*

... porque ele insistiu numa série de perguntas que aqui colocou há pouco, das quais já tinha falado hoje de manhã e julgo que ontem, relativamente à política que o Governo Regional e V. Exa. Sr. Secretário especificamente, pensa desenvolver no caso concreto dos extensos e pesados parques de máquinas da sua Secretaria.

É para essa situação, pedindo a compreensão do Sr. Presidente da Assembleia, que substituo o Sr. Deputado José Monjardino fazendo, eu próprio, minhas as palavras dele no sentido de nos informar sobre essa matéria.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, quero pedir desculpa aos Sr. Deputados por ter saltado por cima dessas questões. Não foi propositado e tenho muito gosto em responder.

Em relação ao quartel dos bombeiros que está a ser construído e aos outros compromissos eleitorais, penso que fui claro na minha intervenção de que esses compromissos vão ser assumidos e daqui para o futuro a política deste Governo é feita por este Governo, de modo que não há grande alteração em relação àquilo que disse na tribuna.

Em relação à questão do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, não em representação do Sr. Deputado José Monjardino, gostaria de dizer que essa questão preocupa-nos e ocupa-nos também.

É evidente que a tendência natural de tudo aquilo que é pesado em termos do Estado e se houver empresas privadas que consigam fazer esse tipo de serviços, fá-lo-ão como na lógica já apresentada de manhã pelo Sr. Secretário da Economia e é importante que sejam essas empresas a fazer.

Mas nós temos algum cuidado em relação ao que se passa e à realidade das nossas ilhas, porque sabemos que algumas não têm empresários com capacidade para poder assumir essas responsabilidades.

Nós temos ilhas com problemas de envelhecimento demográfico e devido a tal factor os empresários não abundam.

Para nós o equilíbrio desta situação verifica-se à medida que a iniciativa privada se mostra interessada no aligeiramento dessas estruturas, e à medida que nós o possamos fazer com a mesma naturalidade com que assumimos, ou com que foi assumido por governos anteriores, a necessidade de uma primeira fase ter esse tipo de maquinarias e esse tipo de instrumentos.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

**Deputado Francisco Oliveira** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Ao subir pela 1.<sup>a</sup> vez a esta tribuna nesta VI Legislatura, permita-me V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, que no cumprimento amigo que lhe dirijo expresse a minha enorme satisfação pela eleição de Vossa Excelência a tão elevado cargo, o qual estou certo irá desempenhar com a capacidade que todos lhe reconhecemos.

Permita-me também, Sr. Presidente do Governo Regional, que quem há 20 anos assistiu aos primeiros passos desta Assembleia, lhe expresse o enorme contentamento que representa o facto de ao cabo de tanto tempo poder cumprimentar o 1.<sup>o</sup> Presidente dum Governo Regional Socialista, que saúdo. A vossa convicção, vontade e inteligência, merecia-o.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, e Srs. Membros do Governo: Ficou o número da sorte, pois do Capítulo nº 13 se trata, destinado à habitação e equipamentos.

Em boa hora o foi, pois o tratamento que tão importante assunto como é o da habitação, tem neste programa do VII Governo Regional, representa à partida uma enorme vontade de encontrar soluções que permitam resolver convenientemente o problema habitacional, bem como uma preconizada definição rigorosa dos investimentos a realizar, e a sua hierarquização, deverão contribuir para que se evitem os anteriores hábitos de consequências funestas para algumas ilhas na área dos equipamentos.

No que respeita à habitação satisfaz-nos os princípios enumerados neste programa, na procura de "proporcionar habitações condignas, próprias ou arrendadas aos açorianos mais carenciados como idosos, deficientes, agregados sem rendimentos e casais jovens".

As 10 medidas encontradas para se conseguir atingir esta finalidade, parecem-nos as mais adequadas, ressaltando de entre elas a que se propõe criar sistemas de apoios especiais que leve os jovens a fixarem-se nas zonas rurais, a da aceleração na Região do Programa Especial de realojamento em cooperação com o INH-Instituto Nacional de Habitação, e em nome da transparência, a criação de um documento de consulta dos programas disponíveis e dos procedimentos a tomar.

Esta ressalva prende-se com o reconhecimento de que o estímulo à fixação dos jovens nas zonas rurais virá trazer benefícios de toda a ordem, que para além do menor custo dos terrenos para a construção evitará simultaneamente que se dê a desertificação destas zonas, principalmente em relação aos valores humanos que com muita frequência demandam as paragens urbanas em evidente prejuízo das freguesias rurais. No que respeita à aceleração na Região do programa Especial de Realojamento, em cooperação com o INH, esta medida aparece em nítida contradição com a anterior arrogância e pseudo auto-suficiência dos Governos Regionais da responsabilidade do PSD que através de legislação própria inviabilizaram a assinatura de protocolos entre a Região e Institutos Nacionais.

Só muito mais tarde terão reconhecido o erro, mas isso fez com que se atrasasse sobremaneira a erradicação de barracas nas nossas ilhas, ao ponto de ainda hoje eu não conhecer uma só casa construída nos Açores através dum programa que tão bons resultados tem produzido no continente português.

É por isso muito bem recebida a disposição deste Governo em acelerar este tipo de cooperação, até para que se recupere o tempo indevidamente perdido nesta área.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, e Srs. Membros do Governo:

Espera-se, pois, deste Governo que esta disposição expressa no seu programa seja cumprida e que esse facto leve os Açorianos a acreditarem nos responsáveis pela administração pública. Ao proceder-se assim com clareza, o povo habitua-se a confiar no seu governo e quando lhe disserem por exemplo, que a estrada Lajes - Santa Bárbara é para ser concluída em 2 anos, já não vai pensar que serão 8; que quando alguma via - rápida for para construir, a sua conclusão não levará 16 anos; que quando se fizer um porto de pesca, este será construído nas condições devidas, e não como se para gente de menor importância se tratasse; que quando se fizer um porto, qualquer que seja, este não ficará ali, à espera, vazio de sentido e de ideias, como se o seu necessário equipamento esvaziasse de ideais e de sentido outros portos já existentes...

É isso: se o comportamento for diferente, também o será a confiança e assim, quando quaisquer deputados afirmarem que existe o compromisso na execução de algumas obras e estas se realizarem, haverá na realidade... poder político nessa Ilha!

Eu acredito na mudança; acredito neste Governo; e sei, sinto-o, que desde Santa Maria com os seus 62% de votos no PS, ao Corvo onde o Partido Socialista não conseguiu qualquer deputado, todos os açorianos, incluindo talvez os deputados duma certa oposição, irão também constatar que valeu a pena.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e Governo)*

**Presidente:** Srs. Deputados, não havendo mais inscrições na Mesa, nem deputados inscritos para pedir esclarecimentos, vamos passar às intervenções finais de encerramento do debate, mas antes disso, pedia aos líderes dos grupos parlamentares e à representação parlamentar que se aproximassem da Mesa para conversarmos.

*(Pausa)*

Srs. Deputados, vamos suspender os nossos trabalhos durante 15 minutos. Quando regressarmos entraremos nas intervenções finais seguidas da votação do Programa do Governo.

*(Eram 19.45 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradecia que tomassem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

*(Eram 20.10 horas)*

Para apresentar a sua intervenção final, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Terminei a minha última intervenção dizendo que o problema de fundo estará em saber se o neo-conservadorismo económico defendido permitirá potenciar as aberturas sociais inscritas no Programa.

Esta é, a nosso ver, a questão de fundo que tem que ser colocada, associada a uma outra: As concepções económicas do Governo salvaguardam o desenvolvimento de todas as ilhas da Região? Por outras palavras, poder-se-á afirmar que este Programa garante a unidade regional, permitindo um desenvolvimento harmónico e equilibrado de todas as ilhas?

Abordando a mesma questão, numa outra óptica, cabe perguntar se uma política social mais justa seria possível com uma política neo-liberal e instrumental no que respeita à concentração de capital.

**A nossa resposta, à partida, é a de que esta contradição entre uma orientação económica inadequada e algumas justas preocupações sociais, marcará de forma negativa, a acção do Governo nos próximos tempos.**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Gostaria nesta intervenção final de enunciar algumas questões de uma ilha isolada — as Flores — e faço-o de **um modo simbólico deliberado**, pois nunca haverá uma autêntica unidade regional, se as ilhas mais isoladas, mais distantes, menos povoadas, menos favorecidas pelas evoluções da história, e sem possuírem cidades, não virem as suas economias desenvolvidas, o seu isolamento diminuído e as suas populações com um bom nível de vida.

O cabo submarino de fibra óptica, até agora, não inclui o Grupo Ocidental. Cabe perguntar, de cabeça muito erguida, se os florentinos e os corvinos serão ou não açorianos?

As participações da Região em unidades hoteleiras serão alienadas. Cabe perguntar se o caso da Siturflor, estará ou não, a ser devidamente examinado nas suas circunstâncias particulares?

A rede de abate será construída. Cabe perguntar se o matadouro das Flores será rapidamente construído e se será, ou não, integrado na rede de abate?

Os portos da Região serão modernizados. Cabe perguntar se o porto das Flores será, ou não, acabado e devidamente equipado, com um parque de combustível, um parque de contentores, etc?

O sistema de saúde será repensado. Cabe perguntar se a deslocação de doentes passará, ou não, a ter o novo rosto humano que hoje alguns lhe retiram.

Serão criadas condições físicas para que o ensino secundário exista em toda a Região. Cabe perguntar se o Governo assumirá integralmente a responsabilidade de fixar professores em todas as ilhas?

Poderia continuar a fazer a lista de questões genéricas referidas no Programa e a relacioná-las com os problemas concretos da Ilha das Flores, ou de outras igualmente isoladas. Em vez de seguir esse caminho, queria reafirmar aqui que não basta escrever promessas gerais no Programa, e depois desenvolver essas políticas apenas nas ilhas maiores.

Ao longo dos anos procurámos, sempre e sempre, integrar os problemas das ilhas mais pequenas e em especial, os do nosso círculo eleitoral, na nossa permanente intervenção política de âmbito regional.

**Receamos, e com toda a frontalidade o dizemos, que o neo-liberalismo económico claramente presente no Programa Eleitoral do PS, e agora presente no Programa do Governo, venha a prejudicar, com os seus critérios de economia anti-social, a normal resolução dos problemas das ilhas mais isoladas, com menos dinheiro, que constituem mercados pequenos e que na óptica desses teóricos agora na moda, apenas perturbam o enriquecimento de alguns grupos de empresas muito e muito grandes.**

Pela nossa parte reafirmamos neste momento que nunca hesitaremos na defesa da unidade dos Açores e do desenvolvimento de **todas** as ilhas.

Nunca permitiremos, sem protestar, que algumas palavras bonitas sirvam de camuflagem a políticas erradas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Para a Representação Parlamentar do PCP era absolutamente prioritário explicitar com rigor esta reserva e este distanciamento que as concepções económicas do

Governo levantam em relação àquilo que consideramos ser uma orientação adequada à insularidade distante em que vivemos.

**Não obstante essa reserva, concedemos o benefício da dúvida ao novo Governo Regional e esperamos também que este Parlamento saiba assumir as suas responsabilidades próprias e cimeiras.**

Lamentamos que, quer o Programa, quer a generalidade das intervenções governamentais, não permitam concluir quais serão as medidas que primeiramente serão tomadas, no sentido de repor equilíbrios no muito que está desequilibrado.

Achamos positivo que o Programa contenha medidas, especialmente de âmbito social, que constituem novas abordagens em relação ao passado recente.

Pensamos que o desenvolvimento dessas orientações pode ajudar a demonstrar a necessidade de haver uma base de política económica também adequada à realidade regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Aos órgãos de governo próprio dos Açores, colocam-se tarefas muito importantes e muito urgentes.

**Conseguir que a Revisão Constitucional clarifique o poder legislativo regional; adequar o Estatuto mantendo todas as competências regionais; conseguir um novo e adequado relacionamento financeiro com o Estado; adaptar o sistema fiscal e criar outras novas regras de enquadramento económico; conseguir garantias e regras da UE que permitam reduzir os efeitos negativos da insularidade distante; revitalizar os sectores económicos produtivos; combater, com actos, um desemprego que, com rigor, já ultrapassou os 10%; criar perspectivas sólidas de futuro para os açorianos, especialmente para os mais jovens, são, de entre outras, importantes questões que têm que ser equacionadas e resolvidas num espaço de tempo muito curto.**

Corremos o sério risco de deixar de ter instrumentos próprios de resolução do que nos é específico, se não orientarmos os nossos esforços nesse sentido.

Acontece, porém, que para além das referidas questões centrais é **muito urgente atacar de frente, sem preconceitos, problemas sociais gravíssimos como são os**

**do alastramento da pobreza em algumas ilhas, com o conseqüente crescimento da exclusão social.**

As medidas necessárias, se é verdade que precisam de teorização, não é menos verdade que precisarão muito mais de vontade política, instrumentos financeiros e enquadramentos legais adequados.

Temos também que ter presente que nenhum processo de desenvolvimento económico verdadeiro se conseguirá sem que seja aplicado o princípio da justiça remuneratória, princípio esse que exige medidas legislativas e de orientação que sejam adequadas.

**Das grandes tarefas de defesa da Autonomia, às grandes tarefas de viabilização da economia e de acentuação da justiça social, vai um caminho que tem que ser cumprido por uma Assembleia Legislativa Regional, sem maiorias absolutas e por um Governo minoritário.**

Se não soubermos percorrer esse caminho, a vida regional tornar-se-á difícil; se se encontrar os pontos de equilíbrio possíveis, as portas de um futuro melhor abrir-se-ão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

O diálogo político e social é um instrumento que, indispensavelmente, tem que ser usado neste momento de viragem democrática, onde todos devem assumir as suas responsabilidades.

**O PCP/Açores ajudará a viabilizar o Programa do Governo através da abstenção.**

Com essa abstenção, manifestamos a reserva que a política económica nos suscita e ao mesmo tempo não criamos dificuldade a uma investidura parlamentar que defendemos, como solução legítima face às eleições.

Com essa abstenção reafirmamos também que a via do diálogo é essencial e que tudo faremos para contribuir no sentido de haver uma política melhor.

**Não deixaremos no entanto, nunca, de trazeremos à consideração do Parlamento, do Governo e especialmente de todos os Açorianos, as opiniões, propostas, análises e críticas que considerarmos necessárias.**

Disse.

**Presidente:** Para a intervenção final, em nome do Partido Popular, tem a palavra o Sr. Deputado José António Monjardino.

**Deputado José António Monjardino (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular, congratula-se vivamente com a forma como decorreu este debate sobre o Programa do Governo.

Nesta nossa intervenção final, como consequência do que já afirmámos ao longo destes dois dias, vem o Partido Popular fundamentar o nosso voto favorável a este Programa do VII Governo Regional.

Fazêmo-lo por três razões fundamentais, que passarei a explicar:

Primeiro por razões do conteúdo específico do Programa.

O Programa contempla diversos aspectos com os quais não podemos deixar de concordar.

Princípios como:

- A redução do Peso da Administração Pública na Sociedade e na Economia, através de medidas como a redução da despesa corrente pública e a diminuição dos cargos políticos, só pode merecer a nossa concordância.

- A desintervenção das estruturas públicas na área da actividade económica através das privatizações e da venda das participações sociais detidas pelo Governo em diversas empresas, nomeadamente na área do Turismo, só pode ter a nossa concordância.

- Um conjunto de medidas que visam fortalecer o tecido económico regional privado, tais como a libertação de recursos do Orçamento Regional para apoio às actividades económicas, a diferenciação da fiscalidade directa, a aposta na formação profissional, dos quadros das empresas, a complementaridade do investimento público relativamente ao investimento privado, a adequação dos concursos de obras públicas à realidade das empresas de construção civil da Região, e eventualmente a possibilidade da redução do parque de máquinas das obras públicas, só podem ter a nossa concordância.

- A liberalização dos transportes como medida base para a diminuição sustentada dos preços, só pode ter a nossa concordância.

- Eleger como principal medida de ataque ao desemprego, numa lógica sustentada de longo prazo, o apoio às empresas em dificuldade e o fortalecimento do tecido empresarial Regional, só pode ter a nossa concordância.

- Eleger como principal medida de apoio à habitação a conjugação do fomento do mercado de arrendamento habitacional com medidas de desagravamento fiscal, só pode ter a nossa concordância.

Este conjunto de princípios e medidas consubstanciam-se claramente na teoria e ideologia por nós representada de menos estado, mais actividade privada, concorrência entre os operadores como forma de atingir os melhores preços, menos intervenção governamental, uma política social baseada no indivíduo e não no paternalismo do estado e o estímulo fiscal como forma privilegiada de fomento do investimento.

Segunda razão tem a ver com situações de natureza política.

Se tínhamos dado a nossa concordância ao convite feito ao Partido Socialista para indicar a pessoa que iria formar governo, num quadro de maioria relativa, politicamente teríamos que aprovar o Programa do Governo, desde que não violasse princípios fundamentais do nosso próprio programa.

Ora este Programa de Governo contempla, como atrás referi, não só princípios que não violam os nossos princípios fundamentais, como ainda os consagra.

A terceira razão tem a ver com razões de alternância como medida fundamental da consolidação do regime autonómico.

Já referimos publicamente o facto de que o Partido Popular acha que no voto de 13 de Outubro houve uma componente referendária à política desenvolvida pelo Partido Social Democrata nos últimos anos, nomeadamente nos últimos 8. Por isso é justo permitir a este Governo, governar. Cá estaremos para ver se o faz bem e dentro dos princípios que estão hoje enumerados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falta agora o Plano a Médio Prazo e o Orçamento para 1997. Aí verificaremos se as medidas correspondem aos princípios. Esperamos que sim.

Para o Partido Popular este é o documento de grande orientação política da Governação da Região e tem de haver coerência entre todos os documentos produzidos pelo Governo e apresentados à Assembleia.

O Partido Popular está vigilante e atento para garantir que no futuro não existam desvios sobre o que agora vamos aprovar.

É nessa perspectiva que desejamos ao Governo as melhores felicidades no cumprimento deste Programa para bem dos Açores e das suas Gentes.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz para proceder à sua intervenção final.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Agora que vivemos um momento de maior formalidade, renovamos a saudação a V. Ex<sup>a</sup>. Sr. Presidente e prometemos, Grupo Parlamentar do PSD, a melhor colaboração para o bom funcionamento e credibilidade deste Parlamento.

Fazendo justiça, cumprimentamos também os restantes membros da Mesa que preside, também eles eleitos por unanimidade, sinal - não de que a estabilidade política esteja garantida - mas de uma nova cultura político-parlamentar, nasceu e nesse contributo temos todo o orgulho.

Prestes a receber a sua investidura parlamentar, com a aprovação do Programa de Governo, quero também, em nome do PSD, desejar ao Presidente do Governo e a todos os membros do executivo regional um bom trabalho.

Não o faço com hipocrisia, porque não é pelo PSD estar na oposição que deseja mal aos açorianos.

Queremos o melhor para os Açores, tentámos explicar que as nossas soluções serviam melhor os açorianos, mas é o povo que julga.

Hoje somos oposição.

Ao contrário de outros, não consideramos que a democracia ganha quando o PSD perde ou que perde quando o PSD ganha.

Ao contrário de outros, também não pensamos que as maiorias absolutas contrariam o espírito democrático e que só as maiorias relativas confirmam a democraticidade da vida política.

Não julgamos a democracia ao espelho dos nossos interesses.

Para nós a democracia ganha sempre que há eleições livres e democráticas.

A democracia ganhou a 13 de Outubro.

É essa a leitura do PSD, partido que já foi poder e que agora é oposição.

Tal como em declarações de vitória que já fiz neste parlamento, tinha então o PSD ganho por larga margem de votos, reconhecemos o trabalho de todos os partidos políticos.

Não vi que os vencedores de hoje o tivessem feito quanto ao PSD, encantados que estão com a sua vitória, o que é compreensível depois de um longa espera.

Mais do que mera elegância discursiva, fazê-lo é sublinhar que os açorianos confiaram nos que aqui se encontram.

O povo tem sempre razão, mas é bom lembrar que os eleitores expressaram razões diferentes.

Seremos fiéis guardiões das inúmeras razões de tantos que em nós votaram.

A humildade não nos retira combatividade.

A crítica não nos fará perder o sentido da responsabilidade.

O PSD tem orgulho na obra feita em 20 anos de poder.

Durante todo este tempo houve diálogo, só assim se percebe que os açorianos tenham confiado em nós.

Muitos foram os que, da bancada do PS, nos vieram acusar de arrogância.

Estejam atentos a alguns dos vossos exemplos.

Os Governos do PSD foram governos de gente séria.

É isso que esperamos, sinceramente, do Governo do Partido Socialista.

A luta política não deve envolver desconsideração pessoal.

Não o faremos, nem sob a forma de suspeição, nem sob a forma de ironia - arma por diversas vezes usada pelo Senhor Presidente do Governo para dizer algo que depois vem a negar.

O PSD é um partido com experiência e com visão de futuro.

Por isso, como se viu, connosco o Governo não terá vida fácil.

Mas também não terá um mero negociador de circunstância, negociante de interesses sem garantias de futuro, como também não terá uma obstrução militante da acção governativa, na linha cega de que tudo o que vem dos outros é negativo.

Com a oposição também se aprende.

Já neste embate parlamentar houve muito para aprender com a oposição.

O PS levou 20 anos para aprender com o poder, senão tinha ganho eleições mais cedo.

20 anos, como foi repetidamente afirmado, é mesmo muito tempo.

Mas o argumento esgotou-se e para a próxima terão de valer mais por si próprios e menos pelo tempo que os outros estiveram no poder.

**Vozes do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Tudo faremos para levar muito menos tempo a reganhar a confiança maioritária dos açorianos.

Por isso o PSD não será a oposição do poder, mas a oposição ao poder.

Por isso o PSD não dirá apenas o que está mal, dirá como faria.

É isso que é ser alternativa, o que é muito mais do que ser apenas e só oposição.

O PSD não cantou as virtudes das maiorias relativas.

Cabe ao PP e ao PCP prová-las, agindo em conformidade com os seus próprios discursos.

E cabe ao PS aceitar as regras do jogo, com os limites que bem entender.

Isso não significa que o PSD se desresponsabilize do seu contributo para a estabilidade política, que sempre prezámos.

Nós é que não estamos mesmo reféns da estabilidade, nem somos especialistas na arte de condicionar os outros.

As nossas posições serão o retrato exacto dos nossos princípios, serão a medida certa do nosso programa político.

E isso não se aplica só ao governo, mas a todos os partidos políticos.

Não duvido que por vezes estaremos de acordo, casuisticamente, face a medidas concretas, como de resto no passado, mesmo que isso esvazie o protagonismo dos auto-denominados e, também reconhecidos pelo poder, como "charneira".

Pode-se ter um rumo, deve-se ter um rumo, mesmo na oposição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, e Srs. Membros do Governo:

Os resultados das eleições significam que uma maioria relativa dos açorianos acreditam nas virtudes de uma mudança.

O tempo dirá se era esta mudança.

Promessas não faltaram.

Com o intuito de vencer, o PS até prometeu aquilo que não sabe se pode cumprir.

Pelos vistos, a informação que tinha não permitia prometer tanto, pois vastas são as dúvidas sobre o estado da Região.

Nunca vi um Governo dizer tão cedo que pode não cumprir o que prometeu.

Pois é, o verdadeiro alcance das promessas sente-se no dia em que temos que as cumprir.

O que não vale é dizer que não as cumprimos por causa dos outros.

O estado financeiro da Região foi aqui reafirmado - não vi que alguém no debate o desmentisse.

Pressinto até que a chamada "pesada herança" seja, nalguns casos, um bom trampolim para este Governo.

Sejamos claros - este Programa de Governo tem pontos com os quais concordamos.

O executivo vai prosseguir, reforçar e continuar muitas políticas, embora nos discursos aqui feitos não o tenha confessado integralmente.

Outros há com os quais não concordamos, quer por aquilo que expressamente dizem, quer pela filosofia que lhes está subjacente, que espero não resulte em menos Autonomia, em vez de ser a apregoada "nova Autonomia".

Pior do que isso foi o que o Governo não explicou, não respondeu, não justificou.

Umhas vezes disfarçando que sabia o que não sabe, outras - dizendo que mais tarde responderiam, o que se aceita, outras ainda remetendo para os Deputados da bancada do PS.

Aos primeiros recomenda-se humildade, aos segundos damos, para explicarem o seu próprio Programa, o benefício do tempo, que não dá dúvida, aos últimos é bom lembrar que há uma divisão de poderes entre o executivo e o parlamento.

Apresentado como "o melhor governo de sempre", não o demonstrou.

A oposição do PSD esta sim, parece ser a melhor oposição de sempre.

O Governo precisará de tempo.

Pelo PSD terá, por princípio, o tempo de uma legislatura.

Não sabemos se os que hoje o viabilizam, amanhã mudarão de ideias.

Assim como não sabemos - e isso continua a ser grave, embora ainda possa ser esclarecido, - apesar de tarde para quem tanto diz respeitar o Parlamento se há ou não propostas do PP neste Programa, como foi insinuado e, se as há, quais são?

Os açorianos, os eleitores, mesmo os do PS e do PP, o próprio parlamento, mereciam - em respeito ao princípio da tão anunciada transparência - saber os recortes de uma possível negociação, já que, conforme prometido, todas as negociações, seriam feitas à luz do dia.

Apenas sabemos em jeito de resposta envergonhada que não há medidas conflitantes com os princípios e conceitos do PS.

Tomara que os houvesse.

Neste caso, o Governo tem uma transparência cinzenta.

Estamos perante um Governo assumido pelo PS, cujo Programa parece ter sido escrito pelo PS e PP e viabilizado pelo PS, pelo PP e pelo PCP.

Um Governo de um partido, com um Programa possivelmente escrito por dois e viabilizado por três.

Face a isso, alternativa há só uma - o PSD !

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, e Srs. Membros do Governo:

Sua Excelência o Presidente do Governo adiantou, na apresentação do Programa de Governo, as possíveis razões de incumprimento das suas próprias promessas.

Primeira hipótese - "...porque errámos", adiantou o Sr. Presidente do Governo.

Tememos mesmo que tenha errado nalgumas promessas.

Segunda hipótese - "...porque não podemos", adiantou o Sr. Presidente do Governo.

Em quatro anos, com as disponibilidades que terá - e esperamos que sejam muitas - do conjunto de promessas que fez, muitas são irrealizáveis.

Terceira hipótese - "... porque não nos deixaram...", adiantou o Sr. Presidente do Governo.

Não sei se o Governo da República o deixará, não sei se o PP e o PCP o deixarão, sei que por nós o deixaremos fazer o que pensamos ser melhor para os Açores e que nos opomos que faça o que sabemos não ser bom para os açorianos.

Quarta hipótese - "... porque a realidade era bem diferente do que aquela que aparentemente nos disseram legar", adiantou o Sr. Presidente do Governo.

O PS não deveria ter prometido o que não sabia se podia cumprir e, verá que esta última razão será a que menos vezes enunciará como desculpa.

Muitas vezes o PS arrepender-se-á do que disse na oposição, até porque hoje já tem um Programa de Governo parcialmente desmemorizado.

Ficou, contudo, claro que o Governo assume muito do que sempre defendeu.

As promessas assim já não são apenas as do Programa, são também as da campanha eleitoral e as que os Deputados do PS reivindicaram ao longo de tantos anos.

A nossa oposição não será passiva, ajudaremos o governo mais do que se calhar até deseja - através do processo legislativo e dos mecanismos regimentais - para cumprir as suas próprias promessas.

Agora o PS vive a versão poética do poder - mas depressa perceberá que governar é optar, por muito diálogo que anteceda as decisões.

Este é um governo decidido ao diálogo - e isso é bom.

Mas também terá de ser um Governo decidido a fazer opções, porque isso é imprescindível.

Nas sociedades modernas o diálogo serve para tomar as decisões concretas.

O PSD também dialogará com os açorianos e trará para o Parlamento o resultado dessa exigência democrática.

Não precisamos que nos concedam usufruir das virtudes da Lei das Finanças Regionais ou de outras mudanças profundas decorrentes da Revisão Constitucional e da Revisão do Estatuto.

É bom lembrar-vos que aí, o diálogo além de necessário é inevitável.

Na oposição não vamos estimular a conflitualidade, nem destruir a confiança dos agentes económicos, como por vezes fez a oposição ao PSD.

Temos uma mensagem de tolerância para a sociedade açoriana.

Este é um governo que se anuncia de mudança.

O PSD não se associa a esta mudança que se prevê que seja para pior.

O nosso desafio é demonstrar no presente que podemos fazer melhor, para no futuro fazermos mesmo mais e melhor.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Pelo Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para apresentar a sua intervenção final.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

As minhas primeiras palavras no início desta nova Legislatura, são para saudar, em meu nome pessoal e em representação do Grupo Parlamentar do P.S., o primeiro socialista eleito para presidir à Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Desejo-lhe, Sr. Presidente, sinceros votos de sucesso no desempenho de tão elevado cargo.

Prometo-lhe, Sr. Presidente, o trabalho, o empenhamento e a colaboração do Grupo Parlamentar Socialista, para que esta assembleia readquira a credibilidade pública e o lugar cimeiro que constitucionalmente detém, no âmbito do sistema político autonómico, em consonância com os propósitos enunciados por V.Ex<sup>a</sup> na sessão solene realizada no passado dia 19.

Srs. Deputados:

A todos vós, sem excepção, legítimos representantes do povo dos Açores, formulo votos de profícuo trabalho, tendo em vista a defesa dos nossos interesses colectivos.

Como não temos a presunção de ter sempre a verdade e a razão do nosso lado, desejo sinceramente que os Srs. Deputados da oposição encontrem as condições necessárias

para que possam assumir os seus pontos de vista, prosseguir na afirmação das suas posições, cumprindo, em plenitude, o mandato que lhes foi conferido.

Pela nossa parte estaremos sempre disponíveis para debater e confrontar ideias, com o objectivo último de encontrar as melhores soluções para os problemas e dificuldades que se colocam à nossa Região e às nossas gentes.

Sr. Presidente do Governo Regional e Srs. Secretários Regionais:

É com muita alegria que vos saúdo desta tribuna em meu nome e em nome do Grupo Parlamentar do P.S. e é também com amizade e alguma emoção que vos desejo o maior sucesso no desempenho de tão difíceis funções governativas.

Quero dizer-vos Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, que nos orgulhamos de partilhar convosco os mesmos princípios orientadores, consubstanciados no programa da Nova Autonomia.

Sem prejuízo do respeito pelo princípio da separação de poderes, assumiremos com firmeza, a defesa dos nossos princípios comuns, numa postura de lealdade, de intensa colaboração e num espírito de inequívoca solidariedade política e institucional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não posso ainda deixar de registar nesta minha intervenção, o enorme respeito e apreço que nos mereceu a presença de Sua Excelência o Sr. Presidente da República no acto solene de investidura desta Assembleia.

A presença do Presidente da República, para além de consubstanciar um acto político da maior relevância, traduz de forma indelével a solidariedade e o empenho das mais altas instâncias do nosso país no nosso processo democrático e autonómico.

Sublinho ainda o profundo sentido democrático contido nas palavras que então proferiu neste parlamento, e a total identidade de pontos de vista relativamente aos aspectos mais importantes do nosso actual momento político, com particular destaque para o aprofundamento da autonomia, a clarificação dos poderes legislativos, as questões de suficiência financeira e da insularidade, e os aspectos da ultraperiferia no contexto da União Europeia e da solidariedade do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Senhores Membros do Governo:

Estamos a terminar o debate do programa do VII Governo Regional dos Açores.

Posso afirmar, sem receio de errar, que este debate permitiu afirmar, de forma convicta e firme, os propósitos com que o Partido Socialista se apresentou nas últimas eleições regionais passassem a ser realidade.

O P.S. apresentou ao eleitorado as suas propostas, nada ocultando ou omitindo e o povo dos Açores conferiu-lhe expressivamente, legitimidade para governar.

Este é assim, o Programa de Governo da Nova Autonomia.

Este, meus Senhores, é o Programa do Governo do P.S.

Um programa coerente, que traduz um profundo sentido de responsabilidade política, e que revela ambição, determinação e coragem.

Este é um programa que queremos partilhar com todos os açorianos de todas as ilhas dos Açores.

Começámos a prepará-lo muito cedo no quadro da Convenção para uma Nova Autonomia e por isso o documento que estivemos a debater e a apreciar, resulta de um projecto aberto e participado pela sociedade civil.

Apresentámo-nos ao eleitorado em nome de uma nova cultura de diálogo e transparência, valorizando as pessoas e assumindo com firmeza a defesa dos interesses e dos valores dos Açores em todas as instâncias de decisão.

Nestes dias de debate foi já possível constatar a diferente postura de abertura e diálogo assumida por este Governo.

Porém, enganem-se aqueles que pretendem ver nesta atitude sinais de fraqueza ou de temor perante as dificuldades.

Somos um partido de convicções fortes e temos um Governo determinado e coeso, empenhado em cumprir plenamente o mandato que legitimamente recebeu.

Queremos uma sociedade melhor, aberta à inovação e à mudança, uma sociedade moderna e apta a enfrentar os desafios futuros, uma sociedade que assegure uma verdadeira igualdade de oportunidades entre todos os açorianos, uma sociedade solidária com os mais necessitados, uma sociedade justa e progressiva.

O P.S. conhece os constrangimentos herdados da gestão anterior e as dificuldades existentes no âmbito do Estado e no quadro da União Europeia.

Contudo, o P.S. tem quatro anos para cumprir o que prometeu. E vai cumprir!

Porque o P.S. ganhou as eleições com os votos daqueles que rejeitaram uma situação politicamente esgotada, apoiada numa administração clientelar e inoperante.

Porque o P.S. ganhou as eleições com o apoio daqueles que acreditaram numa nova mobilização de energias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É necessária uma nova cultura democrática, é preciso dessacralizar o poder político, é urgente reformar e modernizar a administração regional e é inadiável uma maior participação dos cidadãos na vida pública.

Temos pela frente uma tarefa difícil, e no que a esta Assembleia diz respeito temos pela frente e entre outros, os temas da Revisão Constitucional, da Revisão do Estatuto Político-Administrativo, a Lei das Finanças das Regiões Autónomas e a Revisão dos Sistema Eleitoral, o que exigirá de todos nós grande seriedade no método e um diálogo intenso e profícuo.

Vivemos hoje, contudo, num quadro de normalidade democrática e relegámos para o passado velhas tensões e suspeições que uns quantos, tão amplamente alimentaram nos últimos 20 anos.

Ao aproximarmo-nos do final do século temos de ter consciência de que não podemos perder oportunidades.

Para o bem dos Açores queremos ser uma geração que mereça os nossos primeiros autonomistas e que vença os actuais desafios.

Em nome do Grupo Parlamentar do P.S. convido-vos a debater os problemas até ao limite.

Convido-vos a colocar este Parlamento no centro do debate político democrático.

Convido-vos a partilhar com o P.S. a esperança.

Para o bem de todos os Açorianos.

Para o bem de Portugal.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e Governo)*

**Presidente:** Para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Presidente do VII Governo Regional dos Açores.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Compete-me, nos termos do Regimento desta Assembleia, encerrar a discussão do Programa do Governo.

Faço-o, através de um discurso breve, o qual desejo que reflita a confiança que tenho no futuro, revigorada pela elevação e qualidade reveladas nestes três dias de debate e pela esperança empreendedora que sinto bem viva no coração dos açorianos.

Foram mais de uma dezena de horas de confrontos e confluências de opiniões, ao longo das quais senti que foi pena os açorianos não os poderem ter acompanhado com maior pormenor e envolvimento, o que certamente teria sido possível se, por exemplo, a direcção de informação da R.T.P./Açores tivesse promovido a transmissão pelo menos parcial em directo ou em diferido, dos trabalhos que aqui nos ocuparam.

É com a aprovação do Programa do Governo na Assembleia, que se ratifica a vontade do povo açoriano. A sua não aprovação significaria a queda de um Governo eleito pelo povo e em exercício há pouco mais de uma semana. Contribuem para a sua aprovação os que votando a favor, garantiram a maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções.

Disse-o sempre - antes, durante e depois das eleições — que existem áreas de política em que a convergência entre todos os partidos é indisfarçável, e, até necessária.

Em outras, essa convergência não é possível entre todos. Conclui-se, assim, que no nosso Programa de Governo, não podem deixar de existir aspectos, que também encontraríamos em programas do PP, do PCP, ou do PSD, se eles os tivessem apresentado.

Mas uma coisa é certa: este Governo resulta do PS. Este Governo é socialista.

Louvo neste caso a atitude do Partido Popular, que, sendo um partido diferente do partido suporte e orientador do Governo, e, porventura, a prazo, a verdadeira alternativa ao PS na Região, soube interpretar, com clareza e sem dramatismos, o cumprimento do desejo dos açorianos de mudança.

Desde logo, quando se opôs à operação relâmpago de tentativa de golpe palaciano que, 24 horas depois das eleições, o maior partido da oposição desencadeou.

Em seguida, responsabilmente, aprofundando connosco e procurando esclarecimentos sobre as orientações programáticas do governo, o que permitiu solidificar zonas de consensualidade, que já integravam um núcleo comum de análise na anterior legislatura e na oposição ao governo cessante.

Para o que se afigurava essencial com vista à aprovação do Programa, não decorreram quaisquer conversações secretas ou compromissos ocultos. Ficamos pelo esclarecimento mútuo.

O Programa de Governo corresponde, como na sua apresentação referi, ao programa eleitoral do Partido Socialista, tal como aconteceu com a Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a "orgânica governamental". Sem maioria nesta Assembleia vencemos esses dois desafios, por mérito próprio amplamente demonstrado.

Registamos sem dificuldades e com compreensão, algumas críticas que nos foram feitas. Algumas delas já teremos em conta na nossa acção futura. Outras, não se destinavam a isso: faziam parte da cosmética que se usa para encobrir a lividez do "mau perder".

No debate que agora findo, o Governo, ainda inexperiente, mas imbuído da maior boa vontade e sentido de responsabilidade, não se furtou a responder a todas as dúvidas que lhe colocaram e tomou, com competência, a iniciativa de expor, sem reservas, os princípios orientadores da sua política.

Por vezes, ficámos com a inesperada sensação do VII Governo já ter sido VI ou V e da oposição ser a de há muito. Por um lado, porque a oposição, que não o era, revelou tanto empenho no cumprimento dos compromissos do novo Governo a que no passado se opusera ou não executara; por outro, porque o VII Governo demonstrou saber sobre o passado do VI e do V, o que a oposição de agora nunca soubera, nem talvez queria que agora se soubesse.

*(Aplausos das bancadas do PS e Governo)*

**O Orador:** A todos queremos não desiludir, especialmente se todos, como afirmam, estiverem realmente interessados no êxito governativo para o bem estar dos açorianos.

Apreciamos a posição conscienciosa dos que já anunciaram votar a favor do Programa do Governo. Certamente que os açorianos os terão em conta, tal como o Governo o fará.

Mas - que fique claro - persistimos na nossa linha de conduta inicial: com todos queremos dialogar e face a todos nutrimos a mesma vontade para convergir.

Espero que, com a regularização futura da situação do maior partido da oposição, se ganhe mais um interlocutor fiável, responsável e com uma linha de rumo definida. Aguardaremos. Os açorianos precisam do PSD. O PS também.

Garantida que se encontra a aprovação do Programa do Governo, vamos pôr mãos à obra em conjunto.

O Governo irá iniciar dentro em breve um processo de consulta dos partidos políticos, dos parceiros sociais e do movimento associativo, com a finalidade dupla de lhes transmitir, com clareza, o estado da Região nos aspectos económicos, financeiros e sociais mais marcantes e de os ouvir sobre os aspectos estruturantes do planeamento a médio prazo. Fá-lo-emos ainda para responder aos desafios de mudança de ciclo, que ocorrerão na perspectiva do novo enquadramento nacional e europeu da Autonomia e dos Açores.

Solicitaremos, também, a contribuição preciosa do poder local, através das Câmaras Municipais, para os mesmos fins, além de se afigurar indispensável com elas discutir e assentar pressupostos no que se refere ao exercício das duas competências e à cooperação entre os dois níveis de administração.

Com os objectivos definidos hoje, todos sabemos que para os cumprir podemos escolher diferentes caminhos ou utilizar diversos meios. É aqui que a prática do diálogo ganha conteúdo, e que não se torna excessiva ou ornamental a sua invocação, nem irrelevante os compromissos assumidos e sufragados pelo eleitorado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

As minhas últimas palavras vão para os açorianos de todas as nossas ilhas, quer tenham ou não votado no Partido Socialista, são palavras que lhes dirijo, em nome de

todos os Membros do Governo: contem connosco para governar o melhor que soubermos, com humildade, com honestidade, com verdade e com firmeza, para honrar a confiança que nos deram.

Contem connosco, para daqui a quatro anos, merecermos aqui estarmos de novo, numa nova arrancada e com um melhor ponto de partida para a apresentação do Programa do VIII Governo Regional dos Açores.

Muito obrigado pelo vosso apoio.

*(Aplausos de pé das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, encerrado o debate vamos passar à votação do Programa do VII Governo Regional dos Açores.

Informo a Câmara que vou utilizar o meu direito de voto.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa do VII Governo Regional, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa do VII Governo Regional dos Açores, foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 votos a favor do PP, 24 votos contra do PSD e registou 1 voto de abstenção do PCP.

**Presidente:** Com a aprovação do seu programa, fica o VII Governo Regional com a plenitude da sua legitimidade democrática junto à legitimidade eleitoral e à legitimidade parlamentar.

Ao Sr. Presidente do Governo e aos Srs. Membros do Governo, em nome desta Assembleia, os meus cumprimentos e desejos de felicidades no cumprimento desse programa.

Chegámos ao fim dos nossos trabalhos e por isso a Mesa propõe a seguinte Proposta de Resolução:

"A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare finde o período legislativo de Novembro".

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Encerrados os nossos trabalhos, restam-me duas palavras para um duplo agradecimento:

Em primeiro lugar, à benevolência e à condescendência com que encararam inevitáveis deficiências desta Mesa no começo da sua actividade.

Em segundo lugar, para agradecer as palavras que foram dirigidas à Mesa em geral, e a mim particularmente, significando com isso a interpretação que dou ao alto apreço que têm estas funções.

Todos os que se encontram nesta Mesa farão o melhor para aproximarem-se dessa imagem.

Muito obrigado e até ao final de Janeiro provavelmente.

Boa noite.

*(Eram 21.00 horas)*

---

**As Redactoras:** *Ana Paula Garcia de Lemos e Maria da Conceição Fraga Branco.*